



ÁREAS PROTEGIDAS

no Sul do Estado do Amazonas



Paulo Amaral • Andréia Pinto
Izabella da Paixão Gomes • Carlos Alexandre da Cunha
Rodney Salomão • Gabriela Galetti

ÁREAS PROTEGIDAS

no Sul do Estado do Amazonas

Paulo Amaral
Andréia Pinto
Izabella da Paixão Gomes
Carlos Alexandre da Cunha
Rodney Salomão
Gabriela Galetti





O trabalho Áreas Protegidas no Sul do Estado do Amazonas foi licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - CompartilhaIgual 3.0 Não Adaptada.

Você pode:



Copiar, distribuir, exibir e executar a obra.



Criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:



Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



Uso Não Comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

Essa licença não vale para fotos e ilustrações, que permanecem em copyright.

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação (CIP)
do Departamento Nacional do Livro

A678 Áreas protegidas no sul do estado do Amazonas

Áreas protegidas no sul do estado do Amazonas / Paulo Amaral; Andréia Pinto; Izabella da Paixão Gomes; Carlos Alexandre da Cunha; Rodney Salomão; Gabriela Galetti. – Belém, PA: Imazon, 2012.

Xx p.; il.; 32 x 22 cm
ISBN 978-85-86212-42-0

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2. RECURSOS NATURAIS 3. DESMATAMENTO 4. ÁREAS PROTEGIDAS 5. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 6. TERRAS INDÍGENAS 7. PROJETO FORTIS 8. PROJETO FRONTEIRAS FLORESTAIS 9. AMAZONAS I. Amaral, Paulo II. Pinto, Andréia III. Gomes, Izabella da Paixão IV. Cunha, Carlos Alexandre da V. Salomão, Rodney VI. Galetti, Gabriela VII. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON.

CDD: 338.17098113

Autores

Paulo Amaral

Andréia Pinto

Izabella da Paixão Gomes

Carlos Alexandre da Cunha

Rodney Salomão

Gabriela Galetti

Colaboradores

Carlos de Souza Jr.

Júlia Ribeiro

Fotos

Arquivo Imazon

Arquivo IEB

Projeto Gráfico/Capa

Luciano Silva

www.rl2design.com.br

Revisão de Texto

Luiz F. Branco



A Gordon Armstrong (1952-2011) que, com extrema sabedoria, habilidade e dedicação coordenou os Projetos Fortis e Fronteiras Florestais. Gordon tinha uma enorme capacidade em desenhar e gerir projetos, sempre com rigor técnico, competência e de forma harmoniosa, suas marcas registradas.

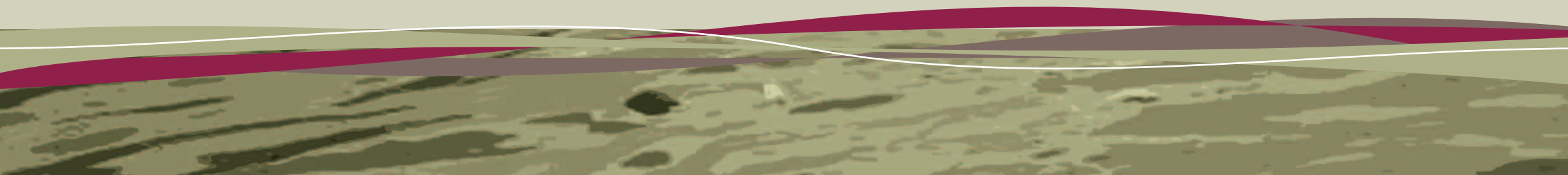
Gordon era formado em Ciências Ecológicas pela Universidade de Edimburgo, na Escócia, onde nasceu, e tinha cerca de 30 anos de experiência de trabalho em desenvolvimento rural, manejo e conservação de florestas tropicais.

Gordon nos deixa grandes lições e imenso vazio.



Sobre o Imazon

O Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) é um instituto de pesquisa sem fins lucrativos, qualificado pelo Ministério da Justiça do Brasil como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). O Imazon foi fundado em 1990, em Belém-PA, e sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informação e formação profissional.





Sobre os autores

Paulo Amaral é engenheiro agrônomo, mestre em Manejo e Conservação de Floresta Tropical e Biodiversidade e pesquisador sênior do Imazon.

Andréia Pinto é bióloga, doutora em Desenvolvimento Sustentável e pesquisadora assistente do Imazon.

Izabella da Paixão Gomes é engenheira florestal, aluna de Especialização em Gestão Ambiental (UFPA-PA) e analista ambiental do Imazon.

Carlos Alexandre da Cunha é graduando em Geografia (UFPA-PA) e técnico do Imazon.

Rodney Salomão é engenheiro florestal, especialista em Estatística e analista em Geoprocessamento do Imazon.

Gabriela Galetti é engenheira florestal, mestranda em Sustentabilidade na Gestão Ambiental (UFSCar-SP) e foi estagiária do Imazon em 2010.



Sumário

Siglas e Abreviaturas	8	
Lista de Mapas	9	
Apresentação	11	
Contexto e Objetivo	11	
Abrangência e Método	12	
Estrutura do Atlas	12	
O estado do Amazonas e os municípios-alvo	13	
Unidades de Conservação (UCs)	16	
Floresta Nacional do Jatuarana	19	
Floresta Nacional Mapiá-Inauini	20	
Floresta Nacional de Balata-Tufari	21	
Floresta Nacional de Humaitá	22	
Floresta Nacional do Iquiri	23	
Floresta Estadual de Apuí	24	
Floresta Estadual do Aripuanã	25	
Floresta Estadual Canutama	26	
Floresta Estadual de Manicoré	27	
Floresta Estadual do Sucunduri	28	
Floresta Estadual Tapauá	29	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã	30	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati	31	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu	32	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma	33	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá	34	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira	35	
Reserva Extrativista do Guariba	36	
Reserva Extrativista Canutama	37	
Reserva Extrativista Arapixi	38	
Reserva Extrativista Ituxi	39	
Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande	40	
Reserva Extrativista do Médio Purus	41	
Estação Ecológica de Cuniã	42	
Parque Nacional do Juruena	43	
Parque Nacional Mappinguari	44	
Parque Nacional dos Campos Amazônicos	45	
Parque Estadual do Sucunduri	46	
Parque Estadual do Matupiri	47	
Parque Estadual do Guariba	48	
Terras Indígenas (TIs)	49	
Terra Indígena Acimã	51	
Terra Indígena Alto Sepatini	52	
Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucuim	53	
Terra Indígena Apurinã Km124-BR317	54	
Terra Indígena Ariramba	55	
Terra Indígena Banawá	56	
Terra Indígena Boca do Acre	57	
Terra Indígena Caititu	58	
Terra Indígena Camicuã	59	
Terra Indígena Deni	60	
Terra Indígena Diahui	61	
Terra Indígena Hi Merimã	62	
Terra Indígena Igarapé Capanã	63	
Terra Indígena Inauini/Teuini	64	
Terra Indígena Ipixuna	65	
Terra Indígena Jacareúba/Katauixi	66	
Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati	67	
Terra Indígena Juma	68	
Terra Indígena Kaxarari	69	
Terra Indígena Lago Capanã	70	
Terra Indígena Lago Jauari	71	
Terra Indígena Nove de Janeiro	72	
Terra Indígena Paumari do Lago Marahã	73	
Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi	74	
Terra Indígena Pinatuba	75	
Terra Indígena Pirahã	76	
Terra Indígena Rio Manicoré	77	
Terra Indígena São Pedro do Sepatini	78	
Terra Indígena Sepoti	79	
Terra Indígena Seruini/Marienê	80	
Terra Indígena Setemã	81	
Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto	82	
Terra Indígena Tenharim Marmelos	83	
Terra Indígena Tenharim Marmelos - Gleba B	84	
Terra Indígena Torá	85	
Terra Indígena Tumia	86	
Considerações Finais	87	
Referências	88	
Apêndice	93	

Siglas e Abreviaturas

ACT/Brasil	Equipe de Conservação da Amazônia
Adafax	Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu
APA	Área de Proteção Ambiental
Arie	Área de Relevante Interesse Ecológico
CAR	Cadastro Ambiental Rural
Ceuc	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CSF	Conservação Estratégica
Esec	Estação Ecológica
FES	Floresta Estadual
Flona	Floresta Nacional
Florsu	Floresta de Rendimento Sustentado
Fortis	Projeto Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas
Funai	Fundação Nacional do Índio
Gret	Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente

Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPA	Instituto Pacto Amazônico
ISA	Instituto Socioambiental
Kanindé	Associação de Defesa Etnoambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural
Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
Parna	Parque Nacional
PES	Parque Estadual
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Rebio	Reserva Biológica
Refau	Reserva de Fauna
Resex	Reserva Extrativista
Revis	Refúgio de Vida Silvestre
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
Usaid	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Lista de Mapas

Mapa 1. Municípios-alvo situados no sul do estado do Amazonas.	15	Mapa 20. Reserva Extrativista do Guariba, Apuí e Novo Aripuanã/AM.	36
Mapa 2. Unidades de conservação situadas no sul do estado] do Amazonas (n=30).	18	Mapa 21. Reserva Extrativista Canutama, Canutama/AM.	37
Mapa 3. Floresta Nacional do Jatuarana, Apuí/AM.	19	Mapa 22. Reserva Extrativista Arapixi, Boca do Acre/AM.	38
Mapa 4. Floresta Nacional Mapiá-Inauini, Boca do Acre/AM e Pauini/AM.	20	Mapa 23. Reserva Extrativista Ituxi, Lábrea/AM.	39
Mapa 5. Floresta Nacional de Balata-Tufari, Canutama/AM e Tapauá/AM.	21	Mapa 24. Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, Manicoré/AM.	40
Mapa 6. Floresta Nacional de Humaitá, Humaitá/AM.	22	Mapa 25. Reserva Extrativista do Médio Purus, Lábrea, Pauini e Tapauá/AM.	41
Mapa 7. Floresta Nacional do Iquiri, Lábrea/AM.	23	Mapa 26. Estação Ecológica de Cuniã, Porto Velho/RO e Canutama/AM.	42
Mapa 8. Floresta Estadual de Apuí, Apuí/AM.	24	Mapa 27. Parque Nacional do Juruena, nos estados do Mato Grosso e do Amazonas.	43
Mapa 9. Floresta Estadual do Aripuanã, Apuí/AM.	25	Mapa 28. Parque Nacional Matinguari, Canutama e Lábrea/AM.	44
Mapa 10. Floresta Estadual Canutama, Canutama/AM e Tapauá/AM.	26	Mapa 29. Parque Nacional dos Campos Amazônicos, estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.	45
Mapa 11. Floresta Estadual de Manicoré, Novo Aripuanã/AM.	27	Mapa 30. Parque Estadual do Sucunduri, Apuí/AM.	46
Mapa 12. Floresta Estadual do Sucunduri, Apuí/AM.	28	Mapa 31. Parque Estadual do Matupiri, Borba e Manicoré/AM.	47
Mapa 13. Floresta Estadual Tapauá, Tapauá/AM e Canutama/AM.	29	Mapa 32. Parque Estadual do Guariba, Novo Aripuanã/AM.	48
Mapa 14. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã, Apuí/AM.	30	Mapa 33. Terras indígenas situadas no sul do estado do Amazonas (n=36).	50
Mapa 15. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati, Apuí/AM.	31	Mapa 34. Terra Indígena Acimã, Lábrea/AM.	51
Mapa 16. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu, Borba, Manicoré e Beruri/AM.	32	Mapa 35. Terra Indígena Alto Sepatini, Lábrea/AM.	52
Mapa 17. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, Novo Aripuanã/AM.	33	Mapa 36. Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucum, Lábrea/AM.	53
Mapa 18. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá, Manicoré/AM.	34	Mapa 37. Terra Indígena Apurinã Km124-BR317, Boca do Acre e Lábrea/AM.	54
Mapa 19. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira, Novo Aripuanã, Manicoré e Borba/AM.	35	Mapa 38. Terra Indígena Ariramba, Manicoré/AM.	55

Mapa 39. Terra Indígena Banawá, Canutama, Lábrea e Tapauá/AM.	56
Mapa 40. Terra Indígena Boca do Acre, Boca do Acre e Lábrea/AM.	57
Mapa 41. Terra Indígena Caititu, Lábrea/AM.	58
Mapa 42. Terra Indígena Camicuã, Boca do Acre/AM.	59
Mapa 43. Terra Indígena Deni, Itamarati, Tapauá, Lábrea e Pauini/AM.	60
Mapa 44. Terra Indígena Diahui, Humaitá/AM.	61
Mapa 45. Terra Indígena Hi Merimã, Lábrea e Tapauá/AM.	62
Mapa 46. Terra Indígena Igarapé Capanã, Boca do Acre/AM.	63
Mapa 47. Terra Indígena Inauini/Teuini, Boca do Acre e Pauini/AM.	64
Mapa 48. Terra Indígena Ipixuna, Humaitá/AM.	65
Mapa 49. Terra Indígena Jacareúba/Katauixi, Canutama e Lábrea/AM.	66
Mapa 50. Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, Lábrea e Tapauá/AM.	67
Mapa 51. Terra Indígena Juma, Canutama/AM.	68
Mapa 52. Terra Indígena Kaxarari, Lábrea/AM e Porto Velho/RO.	69
Mapa 53. Terra Indígena Lago Capanã, Manicoré/AM.	70
Mapa 54. Terra Indígena Lago Jauari, Manicoré/AM.	71
Mapa 55. Terra Indígena Nove de Janeiro, Humaitá/AM.	72
Mapa 56. Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, Lábrea/AM.	73
Mapa 57. Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi, Lábrea/AM.	74
Mapa 58. Terra Indígena Pinatuba, Manicoré/AM.	75
Mapa 59. Terra Indígena Pirahã, Humaitá/AM.	76
Mapa 60. Terra Indígena Rio Manicoré, Manicoré/AM.	77
Mapa 61. Terra Indígena São Pedro do Sepatini, Lábrea/AM.	78
Mapa 62. Terra Indígena Sepoti, Manicoré/AM.	79
Mapa 63. Terra Indígena Seruini/Marienê, Lábrea e Pauini/AM.	80
Mapa 64. Terra Indígena Setemã, Borba e Novo Aripuanã/AM.	81
Mapa 65. Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto, Novo Aripuanã/AM.	82
Mapa 66. Terra Indígena Tenharim Marmelos, Humaitá e Manicoré/AM.	83
Mapa 67. Terra Indígena Tenharim Marmelos - Gleba B, Humaitá e Manicoré/AM.	84
Mapa 68. Terra Indígena Torá, Manicoré e Humaitá/AM.	85
Mapa 69. Terra Indígena Tumiã, Lábrea/AM.	86





Apresentação

► Contexto e Objetivo

Este atlas tem o objetivo de documentar, analisar e divulgar aos gestores, órgãos de controle, técnicos e população local a dinâmica de desmatamento em 30 unidades de conservação (UC) e 36 terras indígenas (TI) situadas ao sul do estado do Amazonas. Além disso, este documento pretende servir como material didático a todos os que desejem compreender espacialmente o mosaico de áreas protegidas situadas no sul do Amazonas (localização, tamanho, forma, sobreposições entre áreas etc.).

Este atlas foi concebido no âmbito dos Projetos *Fortis* (Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas) e *Fronteiras Florestais* que, sob a coordenação do IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil) e desenvolvido em parceria com outras organizações socioambientais, têm o objetivo geral de reduzir desmatamento e promover uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia brasileira.

O *Projeto Fortis* (2008-2011) foi executado pelo consórcio liderado pelo IEB em parceria com ACT-Brasil (Equipe de Conservação da Amazônia), CSF (Conservação Estratégica), Imazon e Kanindé (Associação de Defesa Etnoambiental) e apoiado pela Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). As ações do projeto são direcionadas a sete municípios situados no sul do

Amazonas (Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã), com ênfase no fortalecimento das organizações locais e da articulação entre diferentes atores sociais para o enfrentamento de problemas socioambientais relacionados ao avanço do desmatamento.

O *Projeto Fronteiras Florestais* (2009-2012) é executado pelo consórcio liderado pelo IEB em parceria com Adafax (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu), Gret (Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos), Imazon e IPA (Instituto Pacto Amazônico) e apoiado pela União Europeia. As ações do projeto são direcionadas à inclusão socioambiental das populações de duas frentes com alta pressão de desmatamento – sul do Pará (Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã) e sul do Amazonas (Canutama e Humaitá), por meio de gestão territorial e adoção do manejo sustentável dos recursos florestais.

Em ambos os projetos, o Imazon contribui com sua experiência no uso de geotecnologia para o fortalecimento da gestão socioambiental local, tanto por meio da geração e disseminação de informações sobre cobertura florestal e desmatamento, quanto de treinamentos de técnicos locais no uso de ferramentas de geotecnologia para análise da dinâmica de desmatamento e ocupação das regiões.

► Abrangência e Método

Como “áreas protegidas” foram consideradas as UCs e TIs estabelecidas até dezembro de 2010 e cuja área se sobrepõe total ou parcialmente a algum dos sete municípios-alvo deste atlas – Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã. Na categoria UC foram consideradas aquelas de posse e domínio público, sob gestão federal ou estadual. Quanto as TIs, todas foram inseridas independentemente da fase de seu processo de reconhecimento. Adotando-se esses critérios, atingiu-se 66 áreas protegidas, das quais 30 são UCs e 36 são TIs.

A caracterização geral dessas áreas protegidas foi feita por meio de consulta aos instrumentos legais de criação ou de reconhecimento das mesmas, aos sítios eletrônicos de seus órgãos gestores e de instituições com reconhecida experiência no tema, como o Instituto Socioambiental (ISA).

Os mapas foram elaborados por meio do programa ArcGIS 10, cruzando-se os polígonos de desmatamento com os limites de cada UC e TI. O sistema de projeção sinusoidal, Datum South America (SAD) 1969, foi utilizado para cálculo de área. Os polígonos de desmatamento foram obtidos do Projeto Prodes, disponibilizados no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O Prodes/Inpe é um sistema de monitoramento da cobertura florestal por meio de imagens de satélite com capacidade de detectar desmatamentos superiores a

0,0625 km² (6,25 hectares). Desmatamentos menores (abaixo do poder de resolução espacial do sistema) e desmatamentos continuamente encobertos por nuvens não são detectáveis pelo sistema remoto. Ressalta-se, porém, que em algumas UCs e TIs são reportados ao longo deste atlas valores de desmatamento anual inferiores a 0,0625 km², decorrentes do recorte do polígono total desmatado para contabilizar apenas a porção situada dentro dos limites da área protegida em questão.

► Estrutura do Atlas

Este atlas está estruturado em quatro seções principais. A primeira é uma seção introdutória que traz informações sobre área, população e pressão de desmatamento no estado do Amazonas e para cada um dos sete municípios-alvo localizados no sul do estado. A segunda e a terceira traçam respectivamente o perfil do conjunto de UCs e do conjunto de TIs em termos de área total, histórico de criação ou reconhecimento e evolução do desmatamento. Elas são formadas por subseções específicas a cada área protegida, com mapas e dados sobre o desmatamento acumulado até 2005 e anual (de 2006 a 2010), além de informações gerais (como localização, tamanho, ano de criação etc.).

Por fim, a quarta seção resume as principais tendências observadas quanto à pressão de desmatamento e recomenda medidas para enfrentamento deste problema no mosaico de áreas protegidas do sul do estado do Amazonas.

APRESENTAÇÃO



O estado do Amazonas e os municípios-alvo

O Amazonas é o maior estado brasileiro em extensão territorial: seus 1.559.162 quilômetros quadrados (km²) equivalem a 18,3% da área do Brasil. Por outro lado, com uma população de 3.483.985 habitantes (1,8% da população do país), o Amazonas possui a segunda menor densidade demográfica (2,2 habitantes/km²) dentre os 27 estados brasileiros, superando apenas a do estado de Roraima (IBGE, 2010a; IBGE, 2010b).

Situado na Amazônia Legal¹, o Amazonas abriga mais de um terço (37,8%) da floresta amazônica dessa região, ou seja, o estado possui 1.465.115 km² de floresta nativa e o menor percentual (2,3%) de área florestal desmatada dentre os nove estados amazônicos, equivalente a 30.058 km² (Inpe, 2010). Em termos absolutos, o Amazonas é o estado bra-

sileiro com maior extensão de áreas protegidas: são 798.808 km² dos quais 46,3% correspondem a UCs e 53,7% a TIs (Veríssimo et al, 2011).

O desmatamento avança no Amazonas principalmente em sua porção leste, na fronteira com o Pará, via bacia hidrográfica do rio Amazonas, e em sua porção sul, pela rede de estradas e/ou rios que a conecta com os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Pará. Dos 62 municípios do Amazonas, apenas três situados na mesorregião sul amazonense respondem por 19,6% do desmatamento de todo o estado, sendo eles: Lábrea, Boca do Acre e Apuí. Os dois primeiros foram incluídos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) na lista de municípios prioritários para ações de combate e controle do desmatamento². Outros quatro municípios geográfica-

mente associados a esses três (Canutama, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã) completam um bloco de sete municípios na linha de frente do avanço da fronteira de desmatamento pelo sul do estado e foram adotados como referência para a seleção das áreas protegidas que integram este atlas (**Mapa 1**).

Em conjunto, os municípios de Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã abrangem 19% da área do estado do Amazonas, 6% de sua população e 31% do desmatamento acumulado até 2010 (**Tabela 1**). Em meio a essa elevada concentração de desmatamento há pelo menos 66 unidades de áreas protegidas, dentre TIs e UCs de diferentes instâncias de gestão e restrição de uso. Nas próximas seções, conheceremos o status de cada uma delas quanto à pressão de desmatamento.

¹ Região do Brasil atualmente composta pelos 9 estados brasileiros que abrigam o bioma Amazônia: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (apenas porção oeste do meridiano de 44°), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados (59% da área do país). A área da Amazônia Legal foi definida pela Lei 1.806/1953 (Brasil, 1953), passando por pequenos ajustes geopolíticos decorrentes da criação de novos estados (Mato Grosso do Sul, em 1977, e Tocantins, em 1988) e conversão de territórios federais em estados (Amapá e Roraima, em 1988).

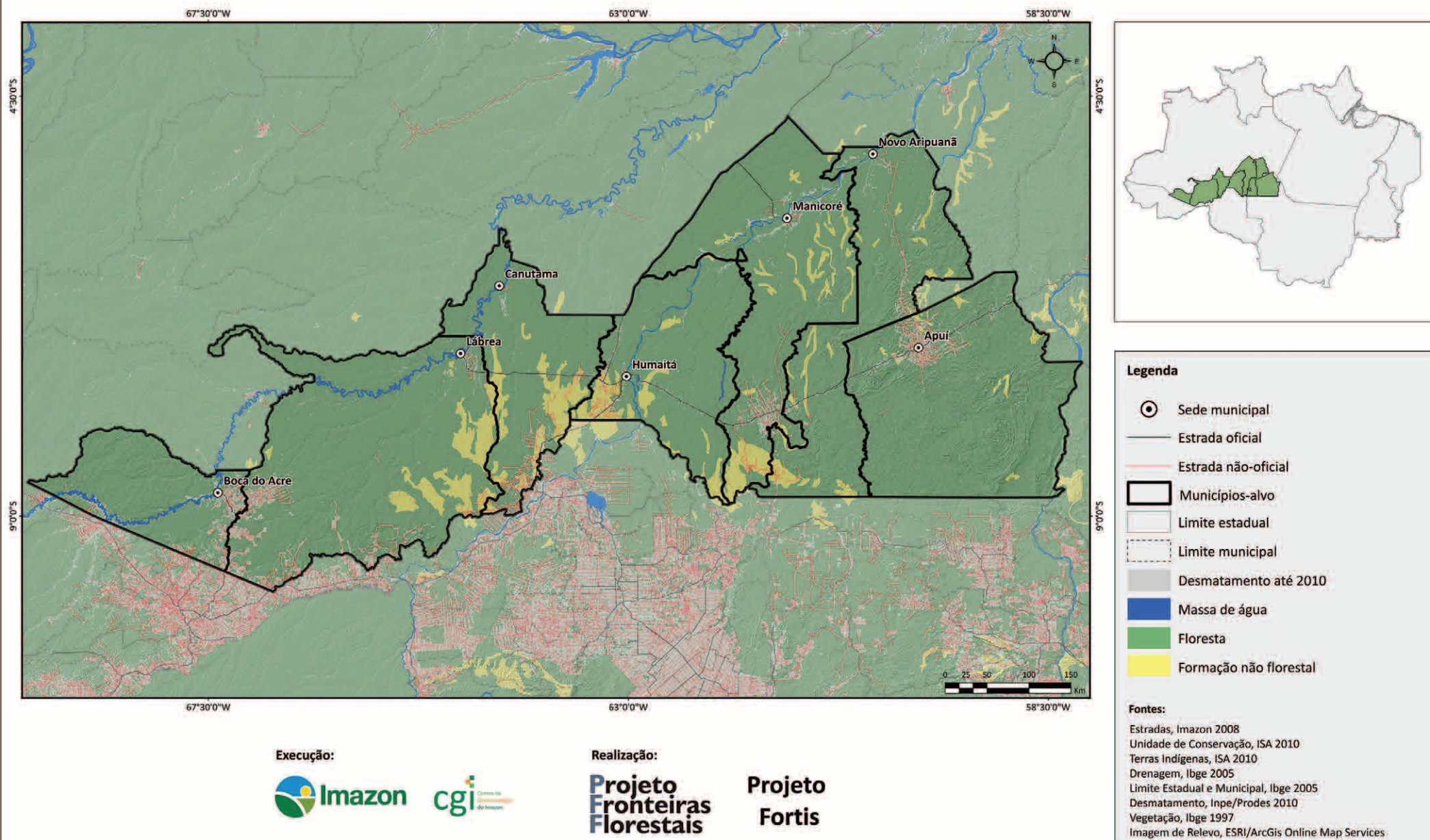
² Em 2008, atendendo ao decreto 6.321/2007, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) divulgou a primeira lista de municípios para ações prioritárias de combate e controle do desmatamento, mais conhecida como “lista dos municípios que mais desmatam o bioma Amazônia”. Essa lista é atualizada e divulgada anualmente pelo MMA (Brasil, 2007a). O município de Lábrea ingressou logo na primeira lista (MMA/Portaria nº 28, de 24 de janeiro de 2008) e Boca do Acre foi inserido na lista de 2011 (MMA/Portaria nº 175, de 24 de maio de 2011). Para um histórico completo sobre essa medida, consultar Guimarães et al (2011).

O ESTADO DO AMAZONAS E OS MUNICÍPIOS-ALVO

Tabela 1. Área, população e desmatamento em sete municípios do sul do Amazonas.

	Área (km ²) ¹	População ²	Desmatamento acumulado até 2010 ³	
			km ²	%
Estado do Amazonas	1.559.161,7	3.483.985	35.058,0	2,2
Municípios-alvo:				
Apuí	54.239,9	18.007	1.728,0	3,2
Boca do Acre	21.952,8	30.632	1.971,4	9,0
Canutama	29.819,7	12.738	910,9	3,1
Humaitá	33.071,8	44.227	675,0	2,0
Lábrea	68.234,0	37.701	3.192,6	4,7
Manicoré	48.282,7	47.017	1.562,7	3,2
Novo Aripuanã	41.188,5	21.451	899,7	2,2
Subtotal municípios-alvo	296.789	211.773	10.940	3,7
% relativo ao estado	19,0	6,1	31,2	

¹IBGE, 2010a; ²IBGE, 2010b; ³Inpe/Prodes, 2010.



Mapa 1. Municípios-alvo situados no sul do estado do Amazonas.

Unidades de Conservação (UCs)

As UCs são áreas com limites definidos, legalmente instituídas pelo governo federal, estadual ou municipal com o objetivo de preservação ou conservação tendo em vista seus relevantes atributos naturais. De acordo com o nível de intervenção humana nelas permitido, podem pertencer a um dos seguintes grupos: UC de Proteção Integral ou UC de Uso Sustentável. O primeiro tem o objetivo de preservar a natureza, ou seja, de mantê-la intocada, permitindo apenas o seu uso indireto (sem consumo, coleta, dano e/ou destruição dos recursos naturais). O segundo visa à conservação da natureza por meio do

uso sustentável de seus recursos naturais. Cada um desses grupos abrange várias categorias de UCs com suas peculiaridades de uso e gestão (Brasil, 2000a). Para uma síntese das categorias de UCs por grupo ver **Apêndice 1**.

As 30 UCs de domínio público (federais e estaduais) situadas ao sul do estado do Amazonas e alvo deste atlas são em sua maioria UCs de uso sustentável (23 UCs), com destaque para as Florestas Estaduais (FES) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Quanto à instância de gestão, há certo equilíbrio no número de UCs federais (13

UCs), sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e estaduais (17 UCs), sob gestão do Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc) (**Mapa 2; Tabela 2**). As UCs federais foram as primeiras a ser estabelecidas no sul do Amazonas, temporalmente dispersas, até que em 2005 o estado criou nesse único ano 10 UCs (8 de uso sustentável e 2 de proteção integral) e em 2009 criou mais 5 (4 de uso sustentável e 1 de proteção integral), configurando os dois maiores picos de criação de UCs no estado do Amazonas (**Figura 1**).

Tabela 2. Classificação das 30 UCs situadas ao sul do estado do Amazonas quanto ao nível de intervenção humana permitido, à instância de gestão e à categoria.

Nível de intervenção	Instância de gestão	Categoria
Uso Sustentável (23)	Federal (9)	Floresta Nacional – Flona (5)
		Reserva Extrativista – Resex (4)
	Estadual (14)	Floresta Estadual – FES (6)
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS (6)
		Reserva Extrativista – Resex (2)
Proteção Integral (7)	Federal (4)	Estação Ecológica – Esec (1)
		Parque Nacional – Parna (3)
	Estadual (3)	Parque Estadual – PES (3)

() Quantidade de UCs.

As 30 UCs apresentadas neste atlas abrangem uma área total de 162.834 km², sendo 100.362 km² (62%) destinados ao uso sustentável e 62.472 km² (38%) à proteção integral. Esse total equivale a 44% da área de UCs de todo o estado do Amazonas que, segundo Veríssimo et al. (2011), possui 369.788 km² de UCs.

O desmatamento acumulado até 2010 nas 30 UCs foi de 881,5 km², correspondente a 0,5% de sua

área total. Nas 23 UCs de uso sustentável esse total foi de 582,5 km² (0,6% de sua área) e nas 7 UCs de proteção integral foi de 299 km² (0,5% de sua área). A análise da evolução do desmatamento nos últimos cinco anos revela que o desmatamento recente tem sido mais acelerado nas UCs de proteção integral, que tiveram um aumento de 56% (107 km²) no tamanho de área aberta entre 2005 e 2010. Enquanto que as UCs de uso sustentável apresentaram nesse

mesmo período um aumento de 15% (76 km²) (**Figura 2**). O ranking das UCs com maior desmatamento acumulado até 2010 foi liderado pela RDS Rio Madeira (estadual), seguida pelo Parna Mapinguari e pelo Parna Jurena (ambos federais). Essas três UCs responderam por 38% do desmatamento detectado dentro das 30 UCs tratadas neste atlas. A análise desagregada do desmatamento por UC é apresentada a seguir (**Mapas 3 a 32**).

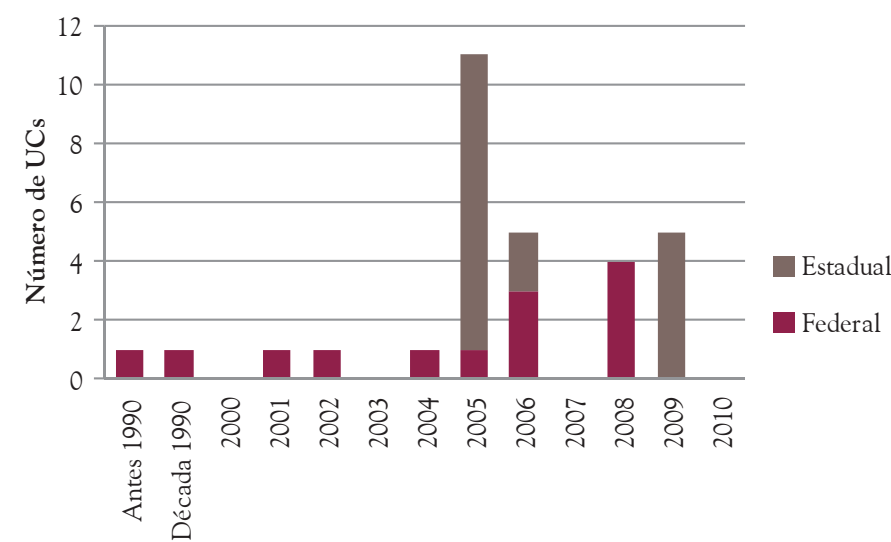


Figura 1. Número de UCs federais e estaduais criadas no sul do estado do Amazonas por período ou ano de criação.

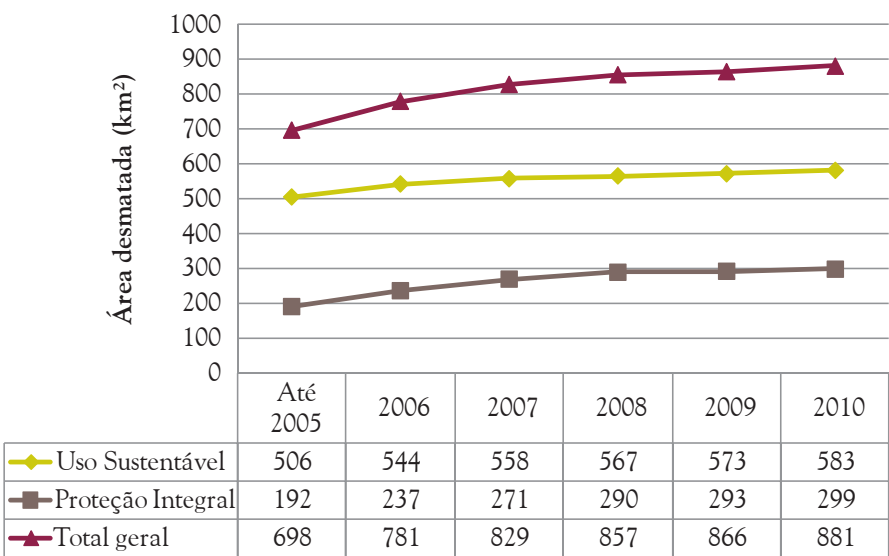
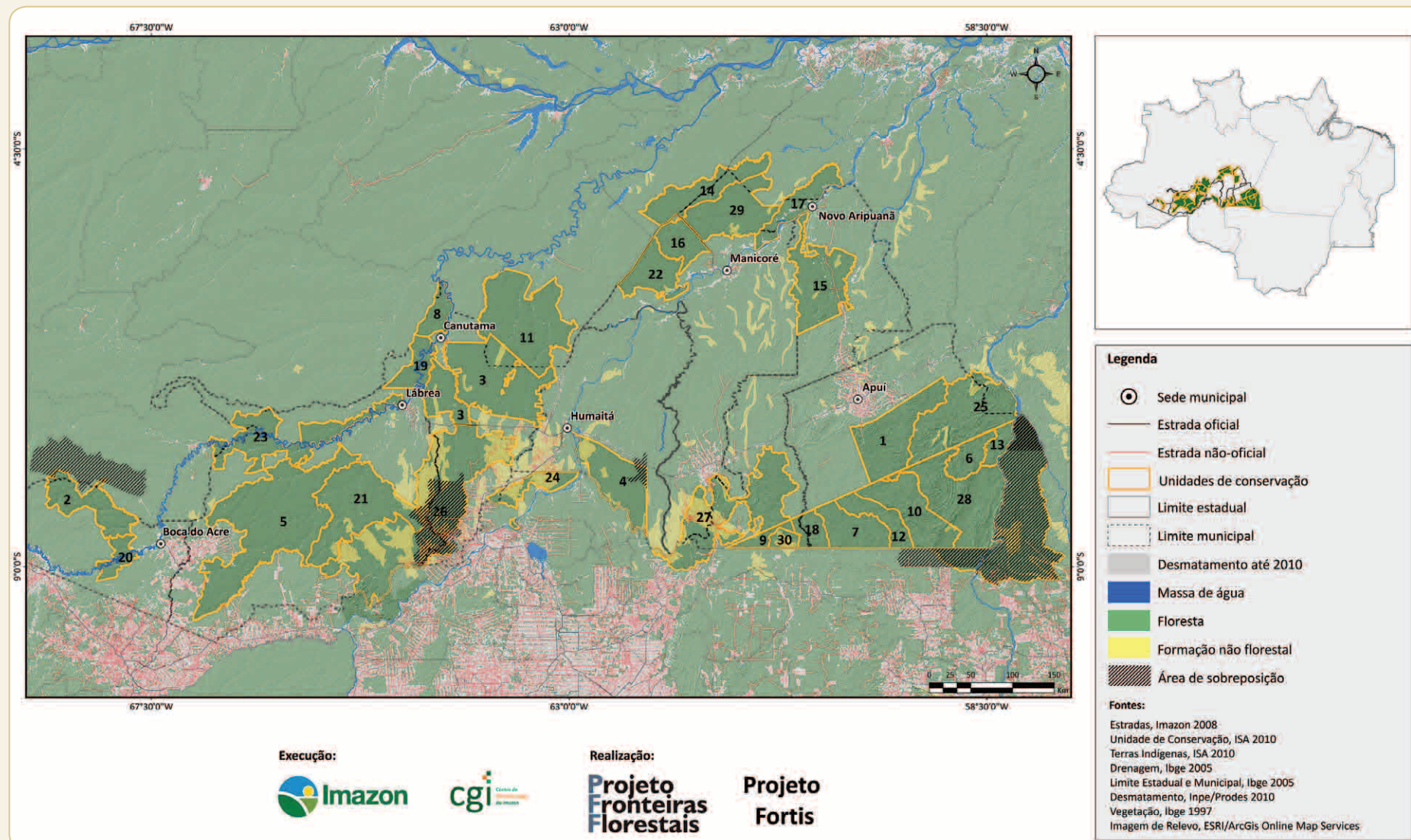


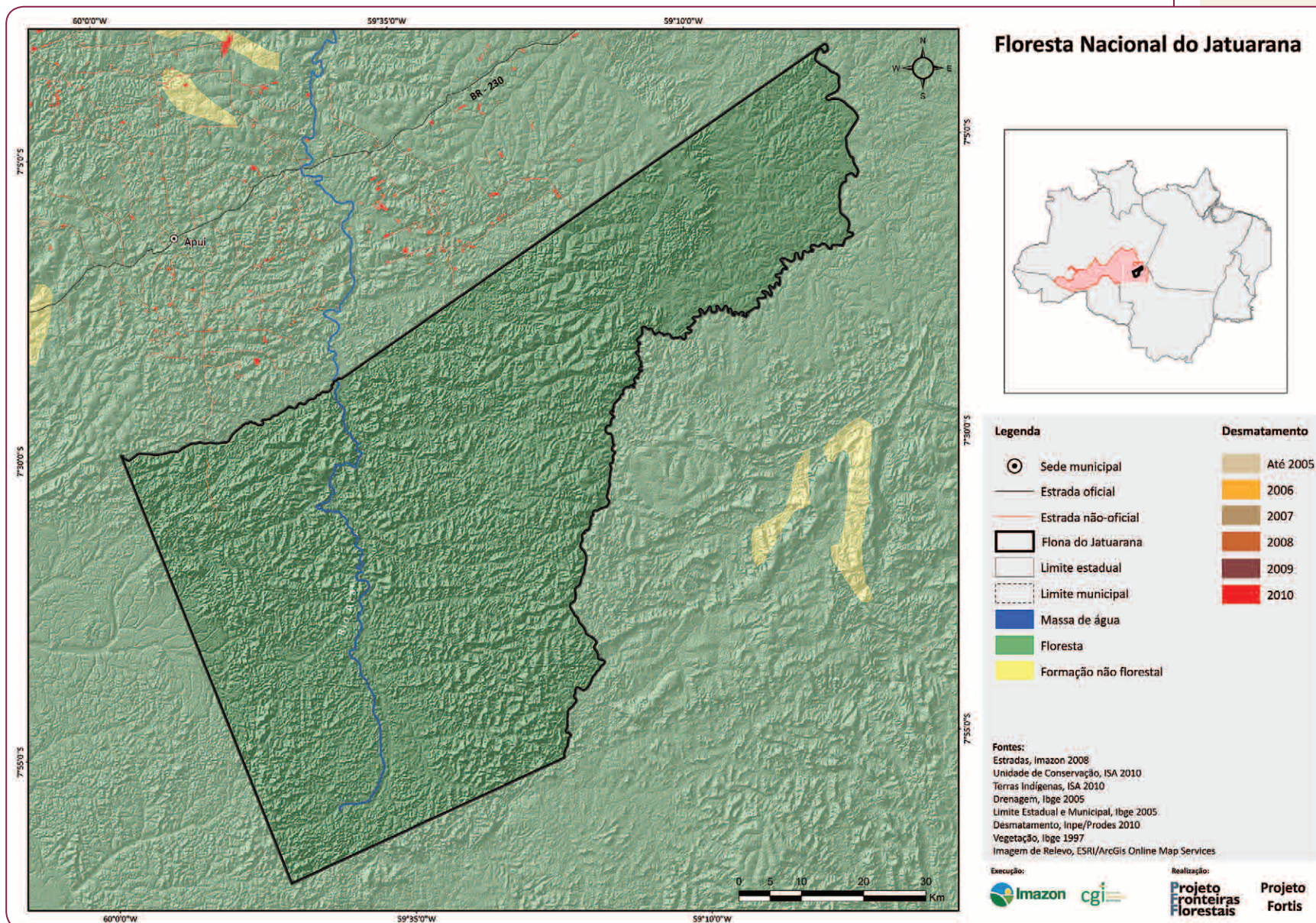
Figura 2. Evolução do desmatamento nas UCs de uso sustentável e de proteção integral situadas ao sul do estado do Amazonas, no período de 2005 a 2010.

Mapa 2. Unidades de conservação situadas no sul do estado do Amazonas (n=30).



- | | | | | |
|---------------------------------------|---|---|---|---|
| 1. Floresta Nacional do Jatuarana | 7. Floresta Estadual do Aripuanã | 13. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati | 19. Reserva Extrativista Canutama | 25. Parque Nacional do Juruena |
| 2. Floresta Nacional Mapiá-Inauini | 8. Floresta Estadual Canutama | 14. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu | 20. Reserva Extrativista Arapixi | 26. Parque Nacional Mapinguari |
| 3. Floresta Nacional de Balata-Tufari | 9. Floresta Estadual de Manicoré | 15. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma | 21. Reserva Extrativista Ituxi | 27. Parque Nacional dos Campos Amazônicos |
| 4. Floresta Nacional de Humaitá | 10. Floresta Estadual Sucunduri | 16. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá | 22. Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande | 28. Parque Estadual do Sucunduri |
| 5. Floresta Nacional do Iquiri | 11. Floresta Estadual Tapauá | 17. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira | 23. Reserva Extrativista do Médio Purus | 29. Parque Estadual do Matupiri |
| 6. Floresta Estadual de Apuí | 12. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã | 18. Reserva Extrativista do Guariba | 24. Estação Ecológica de Cuniã | 30. Parque Estadual do Guariba |

FLORESTA NACIONAL DO JATUARANA



Mapa 3. Floresta Nacional do Jatuarana, Apuí/AM.

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Federal.
 Localização: Apuí/AM.
 Área: 5.802 km².
 Ano de criação: 2002.
 Órgão gestor: ICMBio.
 Fontes: Brasil, 2002; Brasil, 2006a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 12,69 km², equivalente a 0,22% da área total da Flona. Detectou-se incremento anual em três dos últimos cinco anos, sendo o maior deles registrado em 2006.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	10,88
2006	1,69
2007	0,10
2008	Não detectado
2009	0,02
2010	Não detectado
Total	12,69

Fonte: Inpe/Prodes.

FLORESTA NACIONAL MAPIÁ-INAUINI

Características Gerais:

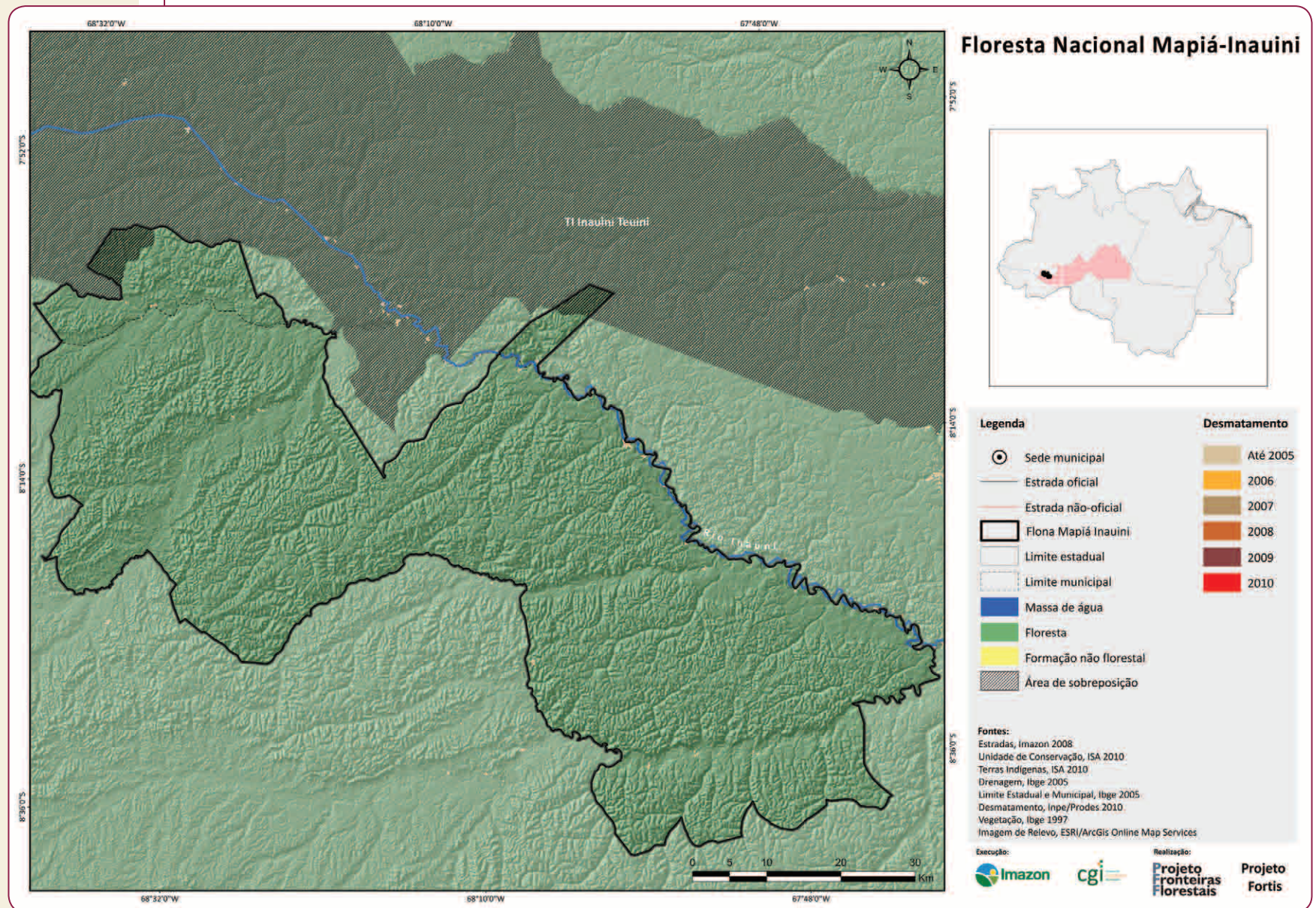
Grupo: Uso Sustentável.
Instância: Federal.
Localização: Boca do Acre/AM e Pauini/AM.
Área: 3.110 km².
Ano de criação: 1989.
Órgão gestor: ICMBio.
Sobreposição: 1,3% com TI Inauini/Teuini.
Fontes: Brasil, 1989; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 5,14 km², equivalente a 0,17% da área total da Flona. Nos últimos cinco anos, apenas pequenos incrementos anuais foram detectados em 2006 e 2007.

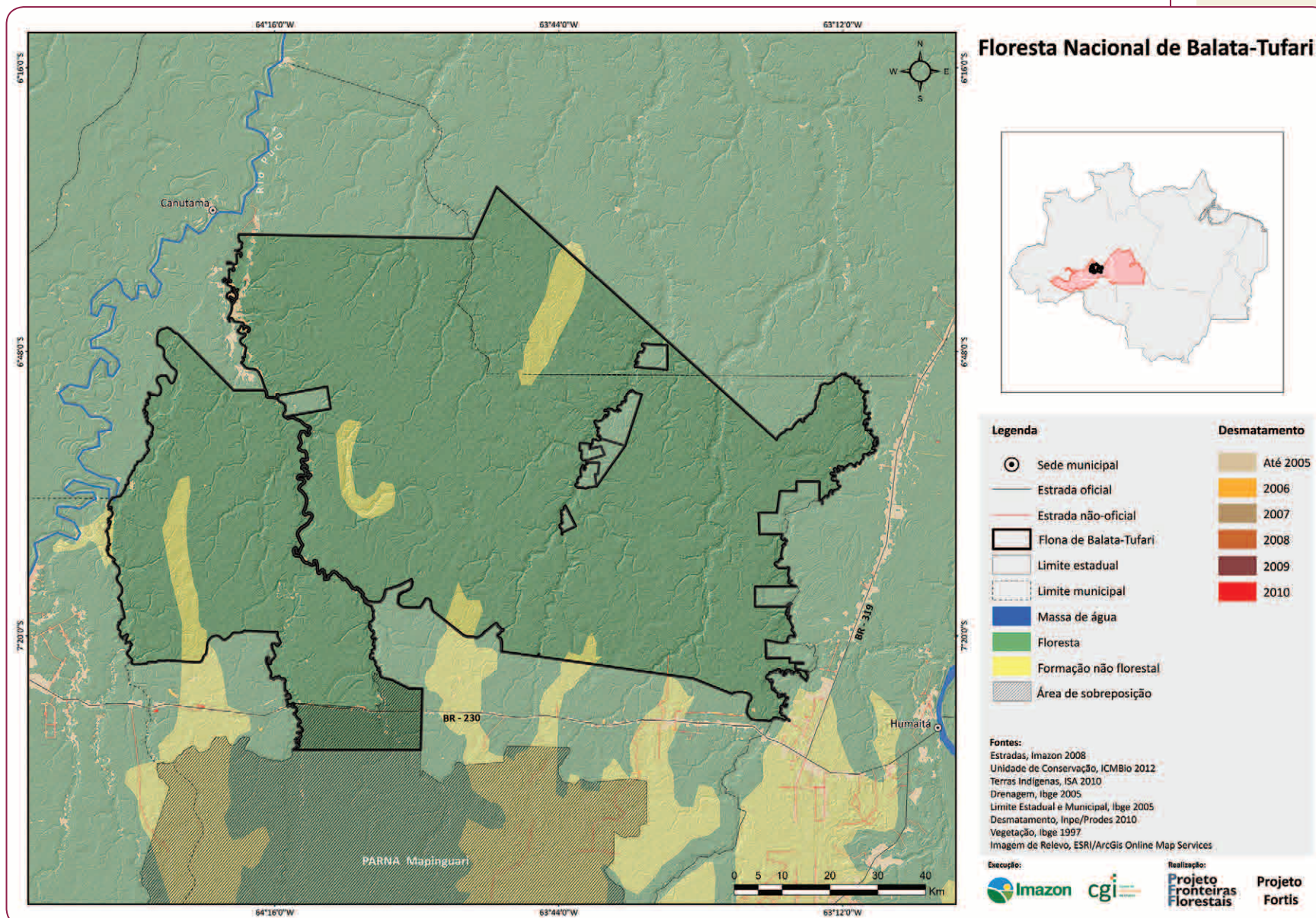
Anos	Área (km ²)
Até 2005	5,03
2006	0,04
2007	0,07
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	5,14

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 4. Floresta Nacional Mapiá-Inauini, Boca do Acre/AM e Pauini/AM.

FLORESTA NACIONAL DE BALATA-TUFARI



Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
Instância: Federal.
Localização: Canutama/AM e Tapauá/AM.
Área: 10.779 km².
Ano de criação: 2005.
Órgão gestor: ICMBio.
Sobreposição: 2,5% com Parna Mapinguari.
Fontes: Brasil, 2005a; Brasil, 2008a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 46,25 km², equivalente a 0,43% da área total da Flona. Nos últimos cinco anos, houve incrementos anuais com um pico detectado em 2009, após dois anos consecutivos de queda (2007 e 2008).

Anos	Área (km ²)
Até 2005	43,81
2006	0,62
2007	0,47
2008	0,33
2009	0,74
2010	0,28
Total	46,25

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 5. Floresta Nacional de Balata-Tufari, Canutama/AM e Tapauá/AM.

FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ

Características Gerais:

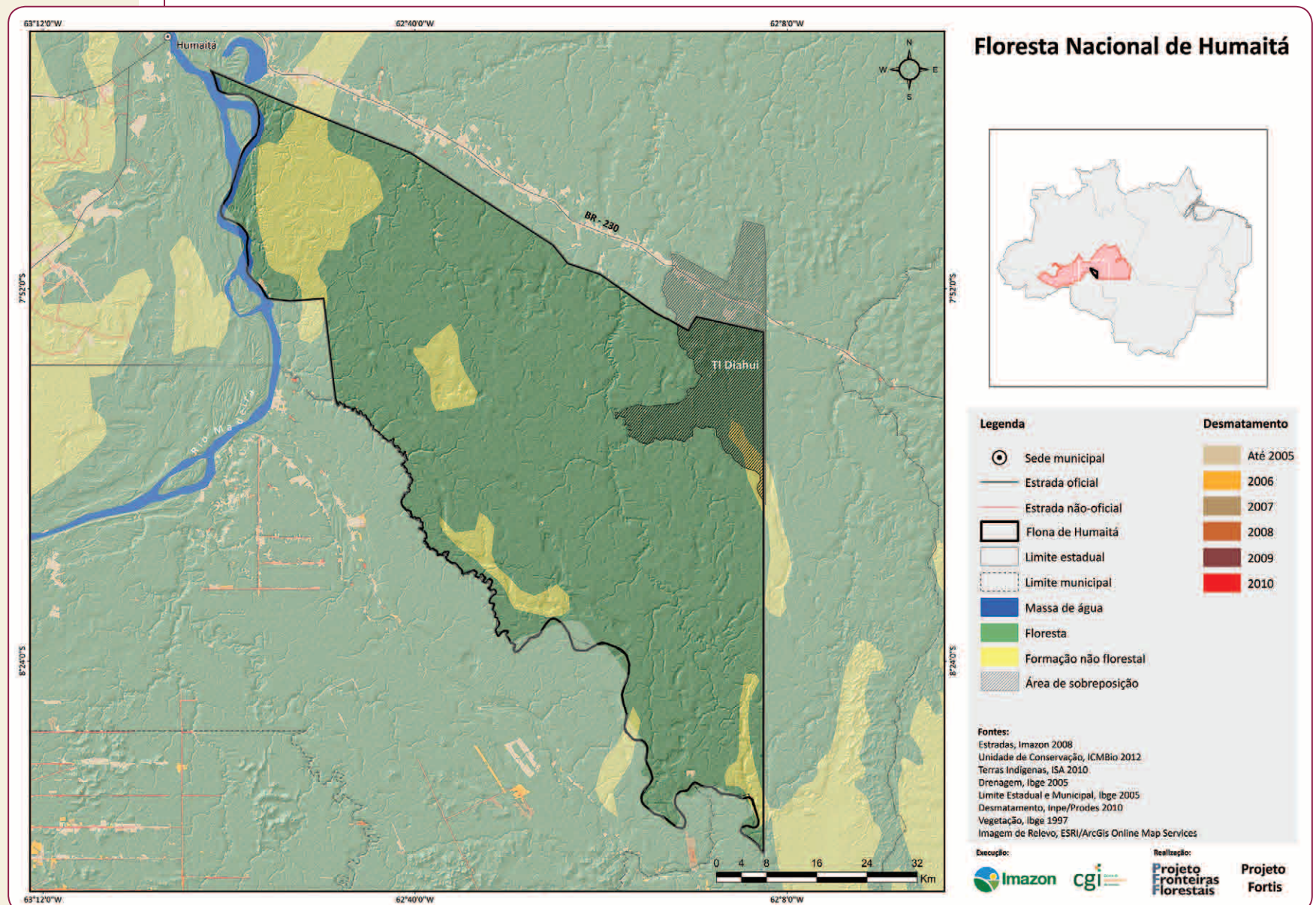
Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Federal.
 Localização: Humaitá/AM.
 Área: 4.688 km².
 Ano de criação: 1998.
 Órgão gestor: ICMBio.
 Sobreposição: 6,6% com TI Diahui.
 Fontes: Brasil, 1998a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 6,34 km², equivalente a 0,14% da área total da Flona. Nos últimos cinco anos, apenas em 2010 foi detectado um desmatamento de 0,07 km².

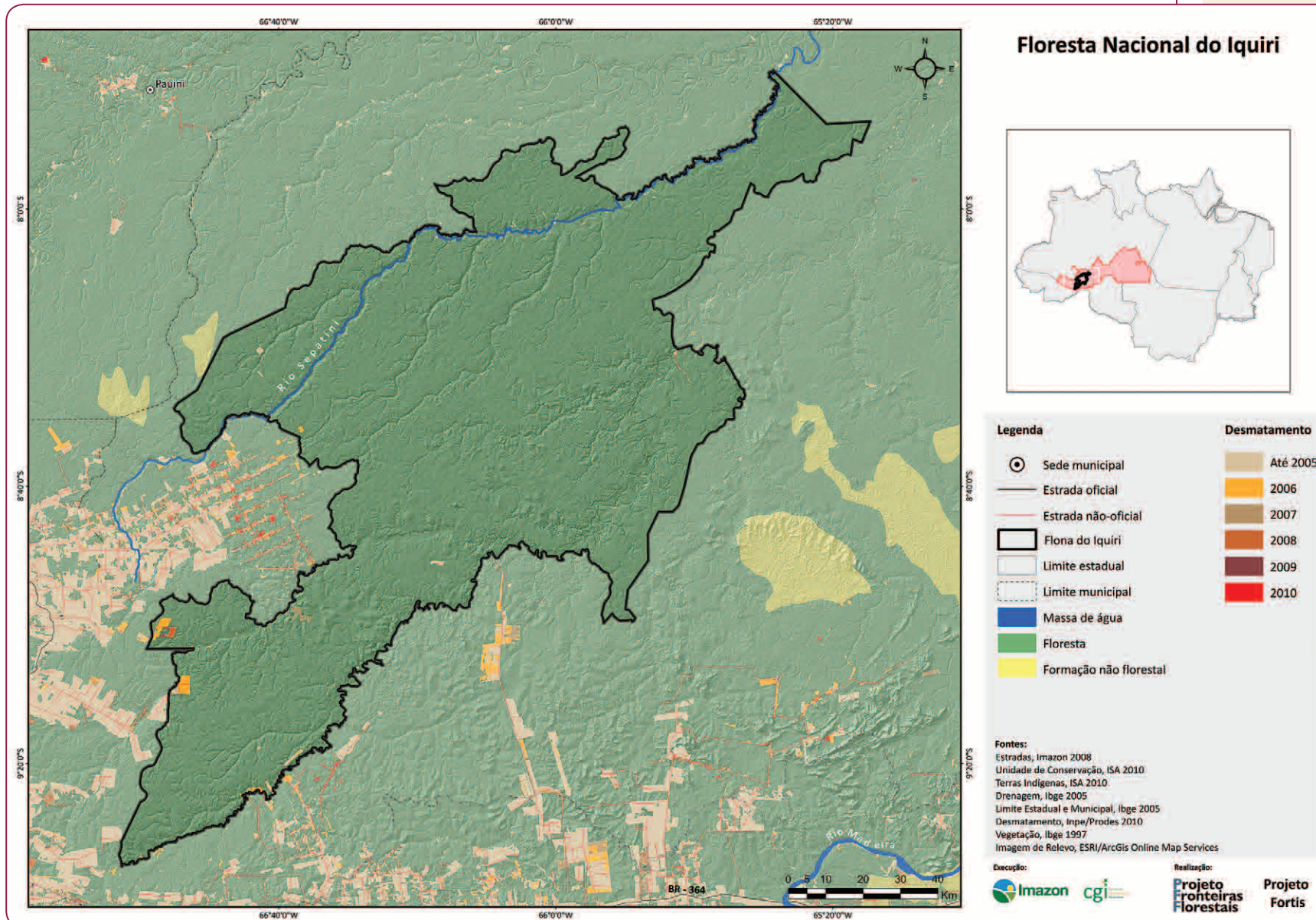
Anos	Área (km ²)
Até 2005	6,27
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	0,07
Total	6,34

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 6. Floresta Nacional de Humaitá, Humaitá/AM.

FLORESTA NACIONAL DO IQUIRI



Mapa 7. Floresta Nacional do Iquiri, Lábrea/AM.

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
Instância: Federal.
Localização: Lábrea/AM.
Área: 14.761 km².
Ano de criação: 2008.
Órgão gestor: ICMBio.
Fontes: Brasil, 2008b; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 92,55 km², equivalente a 0,63% da área total da Flona. Em 2006 detectou-se grande aumento na área desmatada, seguido por sucessiva desaceleração do desmatamento nos quatro anos seguintes.

Anos	Área (km²)
Até 2005	42,15
2006	31,60
2007	9,47
2008	5,68
2009	3,12
2010	0,53
Total	92,55

Fonte: Inpe/Prodes.

FLORESTA ESTADUAL DE APUÍ

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.

Instância: Estadual.

Localização: Apuí/AM.

Área: 1.859 km².

Ano de criação: 2005.

Órgão gestor: Ceuc.

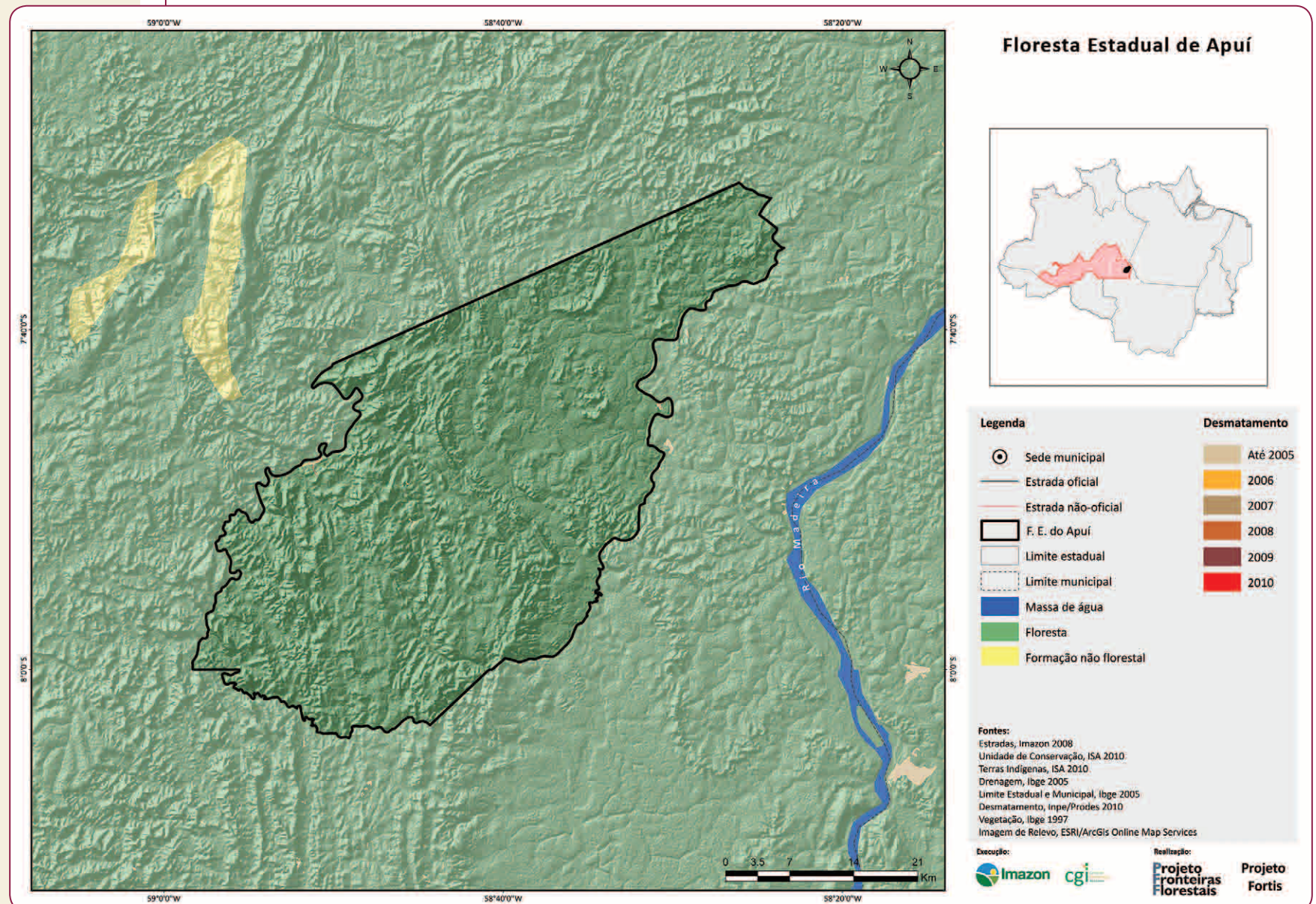
Fontes: Amazonas, 2005a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 1,41 km², equivalente a 0,08% da área total da FES. Nos últimos cinco anos, ou seja, nos anos seguintes a sua criação em 2005, nenhum desmatamento foi detectado nesta UC.

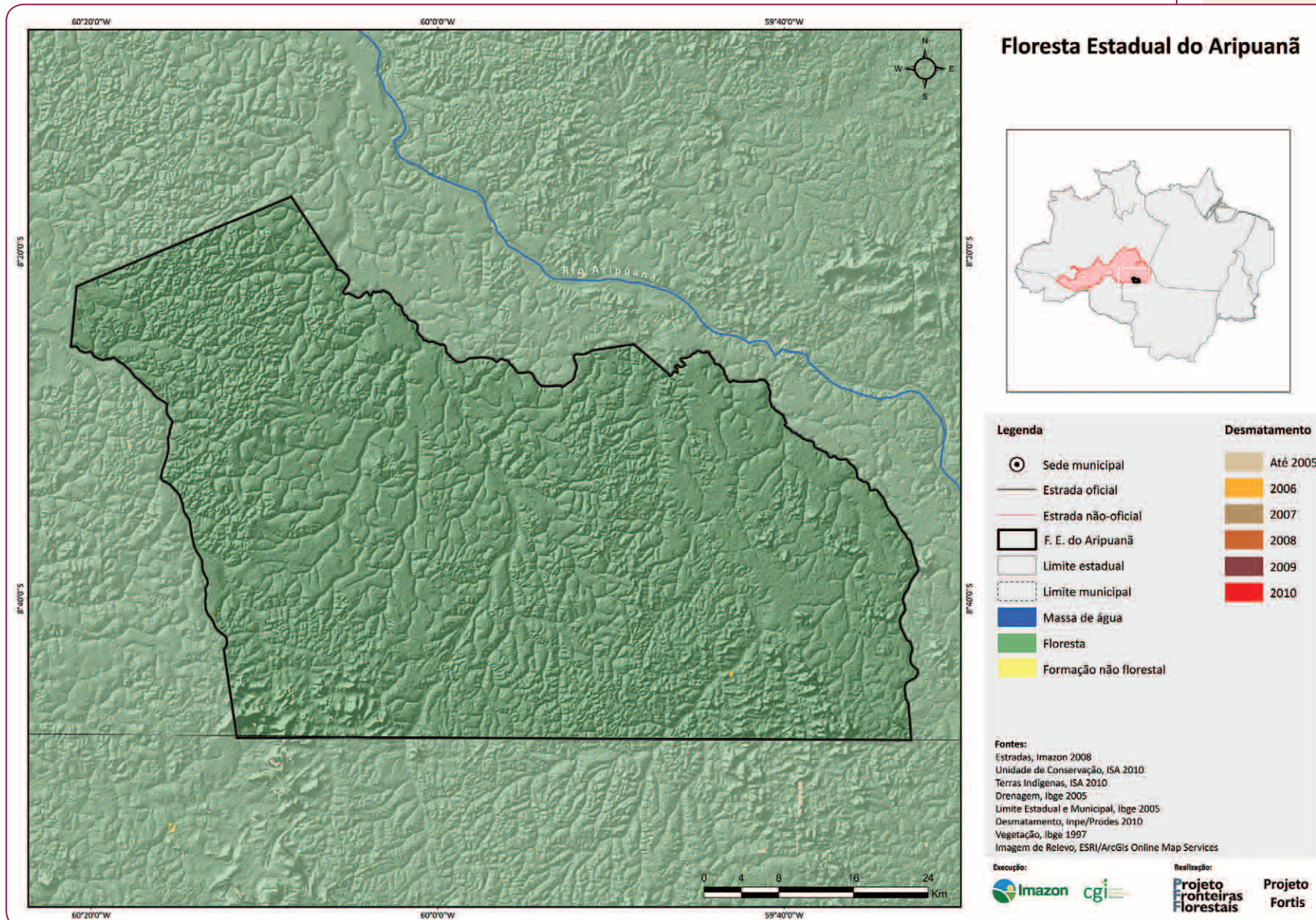
Anos	Área (km ²)
Até 2005	1,41
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	1,41

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 8. Floresta Estadual de Apuí, Apuí/AM.

FLORESTA ESTADUAL DO ARIPUANÃ



Mapa 9. Floresta Estadual do Aripuanã, Apuí/AM.

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
Instância: Estadual.
Localização: Apuí/AM.
Área: 3.360 km².
Ano de criação: 2005.
Órgão gestor: Ceuc.
Fontes: Amazonas, 2005b; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 1,63 km², equivalente a 0,05% da área total da FES. Nos últimos cinco anos, apenas em 2006 foi detectado incremento anual no desmatamento, igual a 0,15 km².

Anos	Área (km ²)
Até 2005	1,48
2006	0,15
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	1,63

Fonte: Inpe/Prodes.

FLORESTA ESTADUAL CANUTAMA

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.

Instância: Estadual.

Localização: Canutama/AM e Tapauá/AM.

Área: 1.506 km².

Ano de criação: 2009.

Órgão gestor: Ceuc.

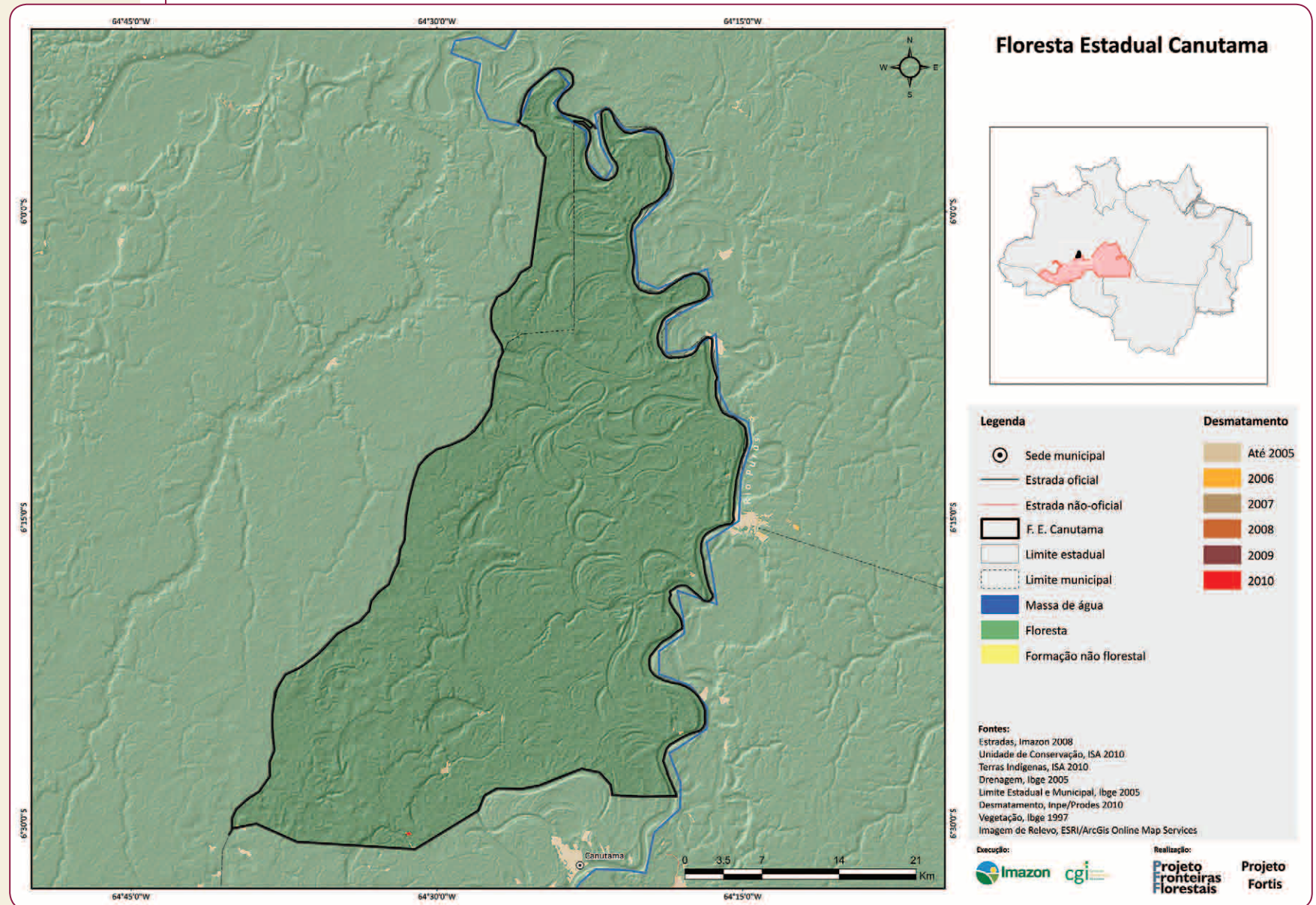
Fontes: Amazonas, 2009a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 2,08 km², equivalente a 0,14% da área total da FES. Nos últimos cinco anos, detectou-se pequenos incrementos anuais no desmatamento nos anos de 2007, 2009 e 2010.

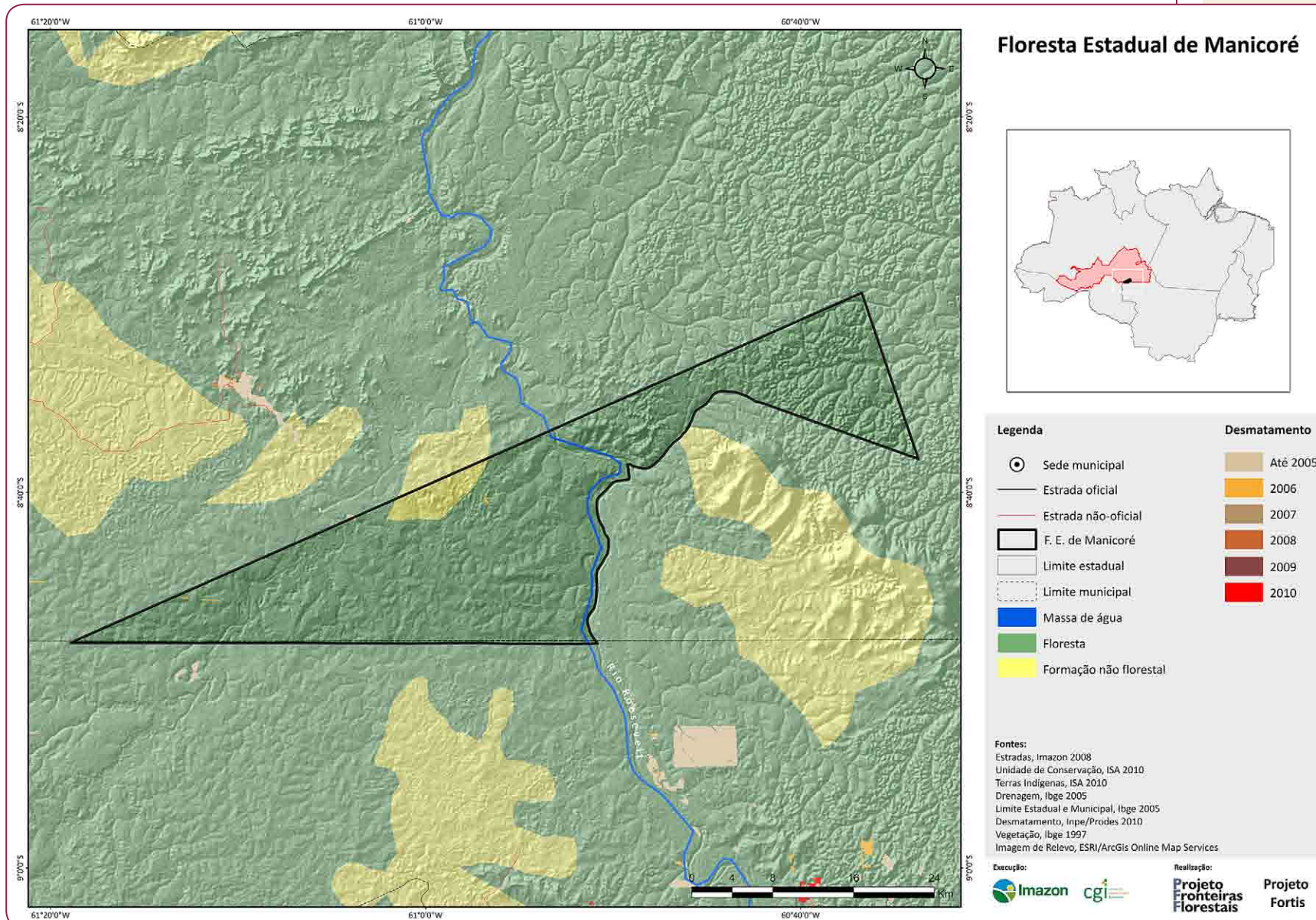
Anos	Área (km ²)
Até 2005	1,70
2006	Não detectado
2007	0,08
2008	Não detectado
2009	0,20
2010	0,10
Total	2,08

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 10. Floresta Estadual Canutama, Canutama/AM e Tapauá/AM.

FLORESTA ESTADUAL DE MANICORÉ



Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
Instância: Estadual.
Localização: Novo Aripuanã/AM.
Área: 834 km².
Ano de criação: 2005.
Órgão gestor: Ceuc.
Fontes: Amazonas, 2005c; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,6 km², equivalente a 0,07% da área total da FES. Nos últimos cinco anos, apenas em 2006 foi detectado um pequeno incremento no desmatamento, igual a 0,5 km².

Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,10
2006	0,50
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,60

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 11. Floresta Estadual de Manicoré, Novo Aripuanã/AM.

FLORESTA ESTADUAL DO SUCUNDURI

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.

Instância: Estadual.

Localização: Apuí/AM.

Área: 4.929 km².

Ano de criação: 2005.

Órgão gestor: Ceuc.

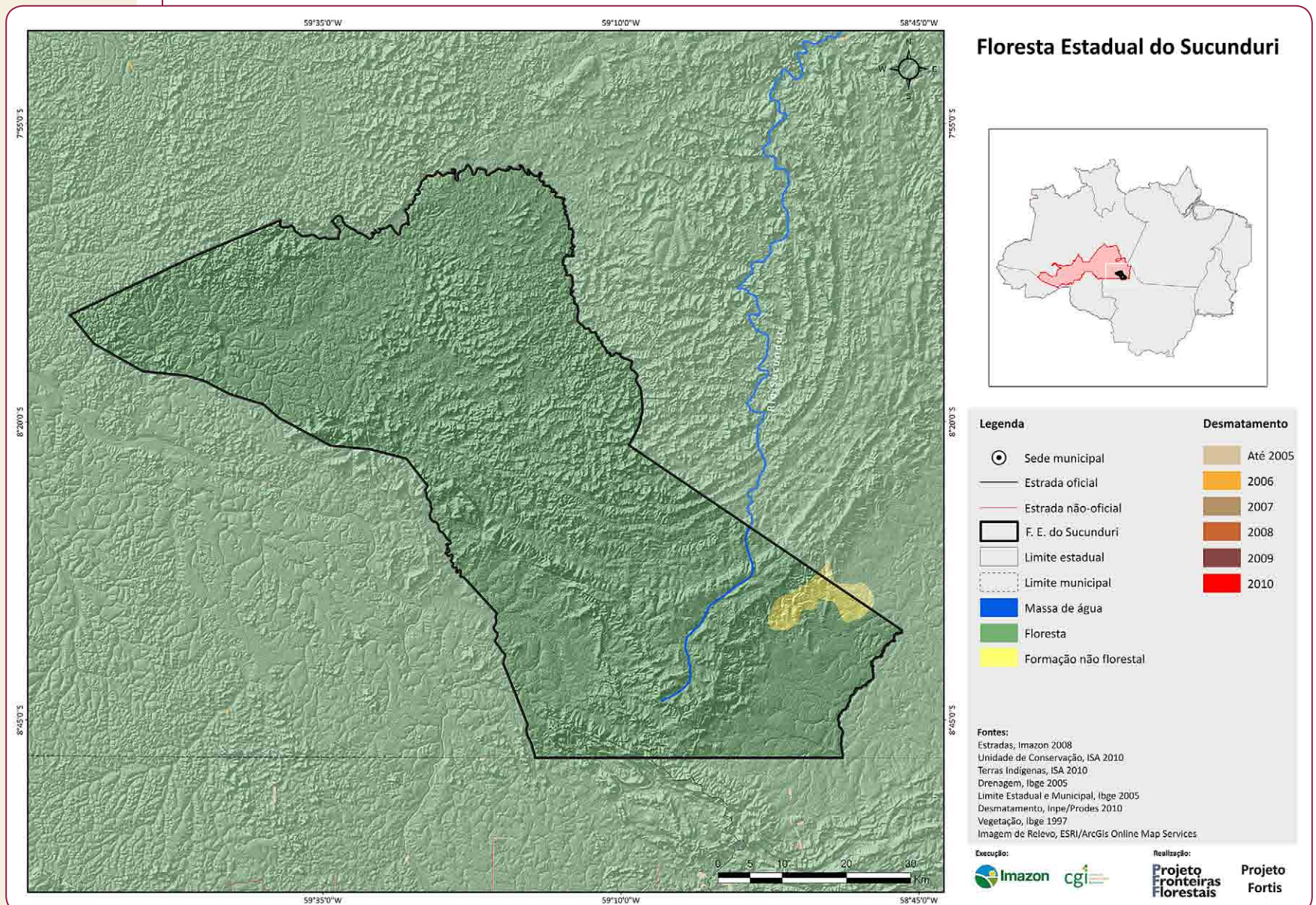
Fontes: Amazonas, 2005d; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,54 km², equivalente a 0,01% da área total da FES. Nos últimos cinco anos, apenas em 2006 foi detectado um incremento no desmatamento, igual a 0,26 km².

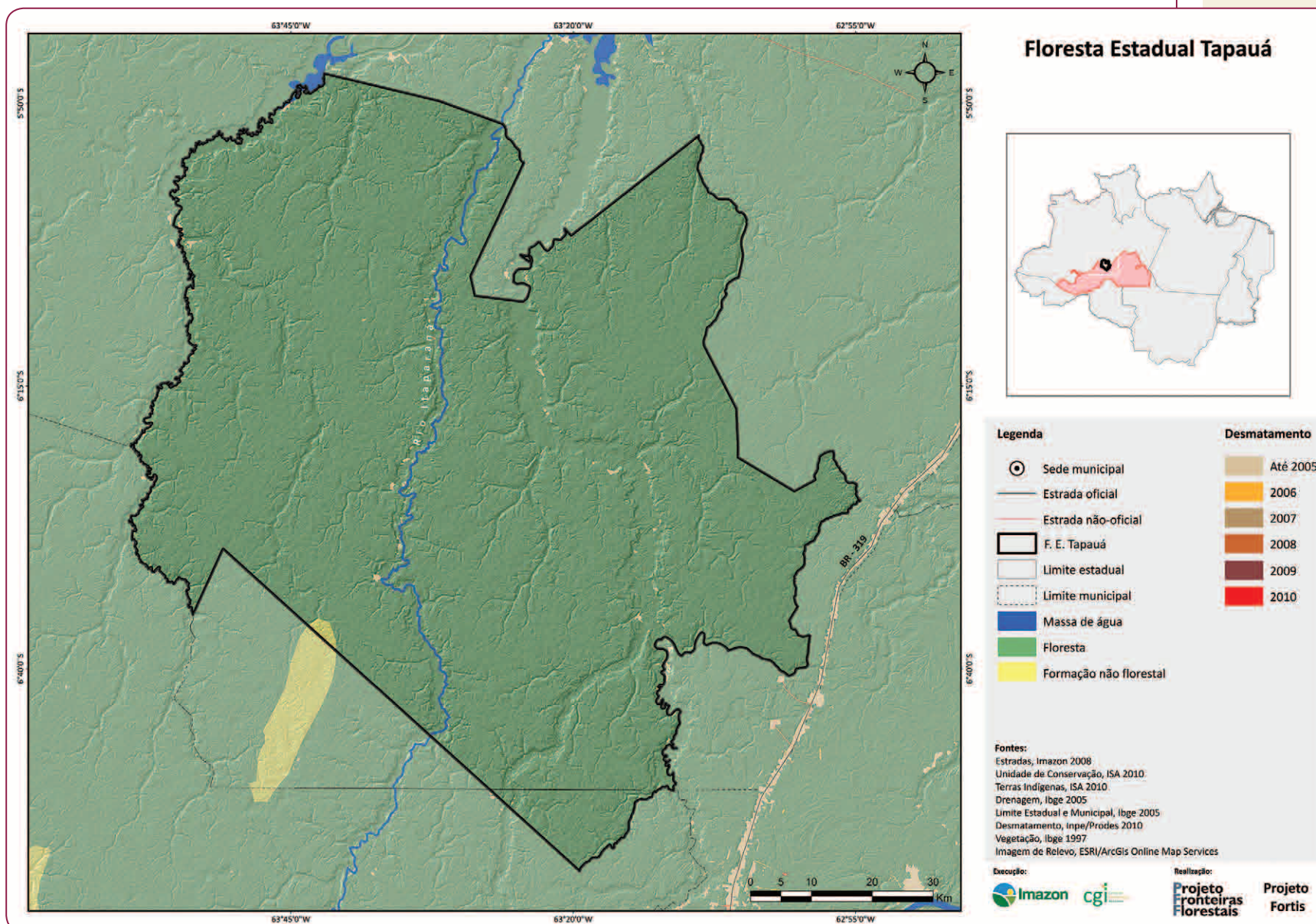
Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,28
2006	0,26
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,54

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 12. Floresta Estadual do Sucunduri, Apuí/AM.

FLORESTA ESTADUAL TAPAUÁ



Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Federal.
 Localização: Apuí/AM.
 Área: 5.802 km².
 Ano de criação: 2002.
 Órgão gestor: ICMBio.
 Fontes: Brasil, 2002; Brasil, 2006a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 12,69 km², equivalente a 0,22% da área total da Flona. Detectou-se incremento anual em três dos últimos cinco anos, sendo o maior deles registrado em 2006.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	10,88
2006	1,69
2007	0,10
2008	Não detectado
2009	0,02
2010	Não detectado
Total	12,69

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 13. Floresta Estadual Tapauá, Tapauá/AM e Canutama/AM.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ARIPUANÃ

Características Gerais:

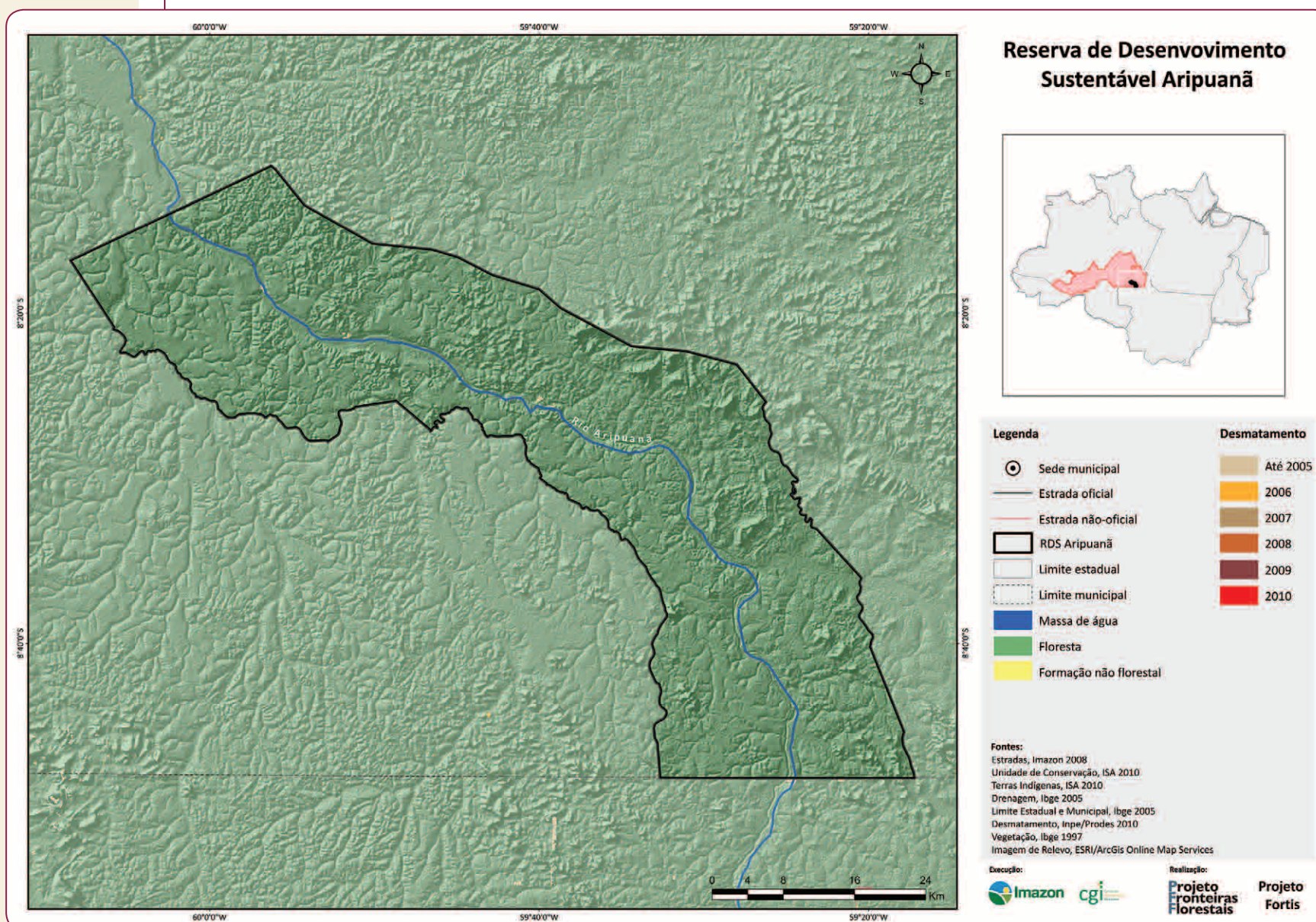
Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Estadual.
 Localização: Apuí/AM.
 Área: 2.243 km².
 Ano de criação: 2005.
 Órgão gestor: Ceuc.
 Fontes: Amazonas, 2005e; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,95 km², equivalente a 0,04% da área total da RDS. Nos últimos cinco anos, ou seja, nos anos seguintes a sua criação em 2005, nenhum desmatamento foi detectado nesta UC.

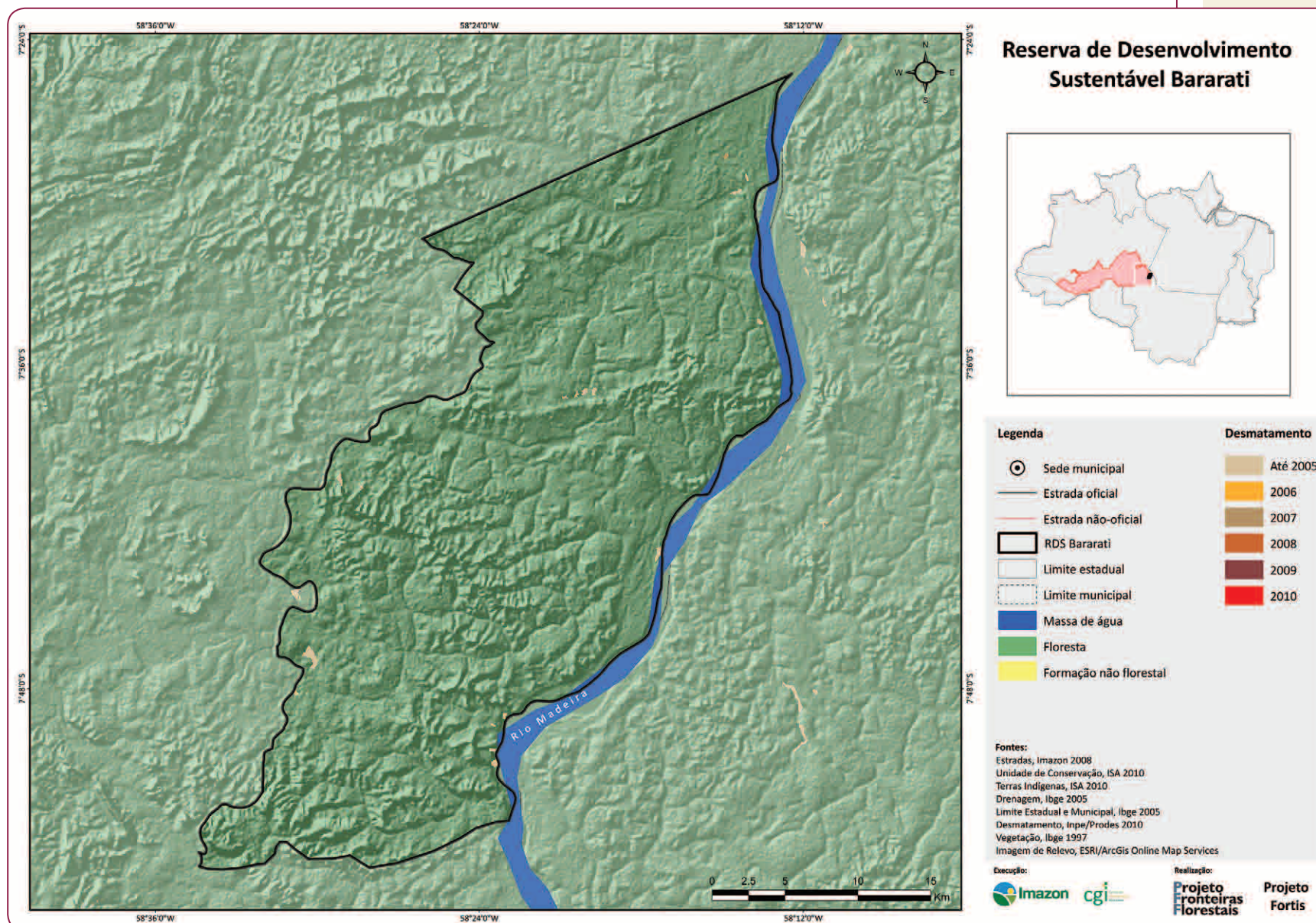
Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,95
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,95

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 14. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã, Apuí/AM.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BARARATI



Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Estadual.
 Localização: Apuí/AM.
 Área: 1.136 km².
 Ano de criação: 2005.
 Órgão gestor: Ceuc.
 Fontes: Amazonas, 2005f; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 2,78 km², equivalente a 0,24% da área total da RDS. Nos últimos cinco anos, apenas em 2007 foi detectado pequeno incremento anual no desmatamento, igual a 0,1 km².

Anos	Área (km ²)
Até 2005	2,68
2006	Não detectado
2007	0,10
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	2,78

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 15. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati, Apuí/AM.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ-AÇU

Características Gerais:

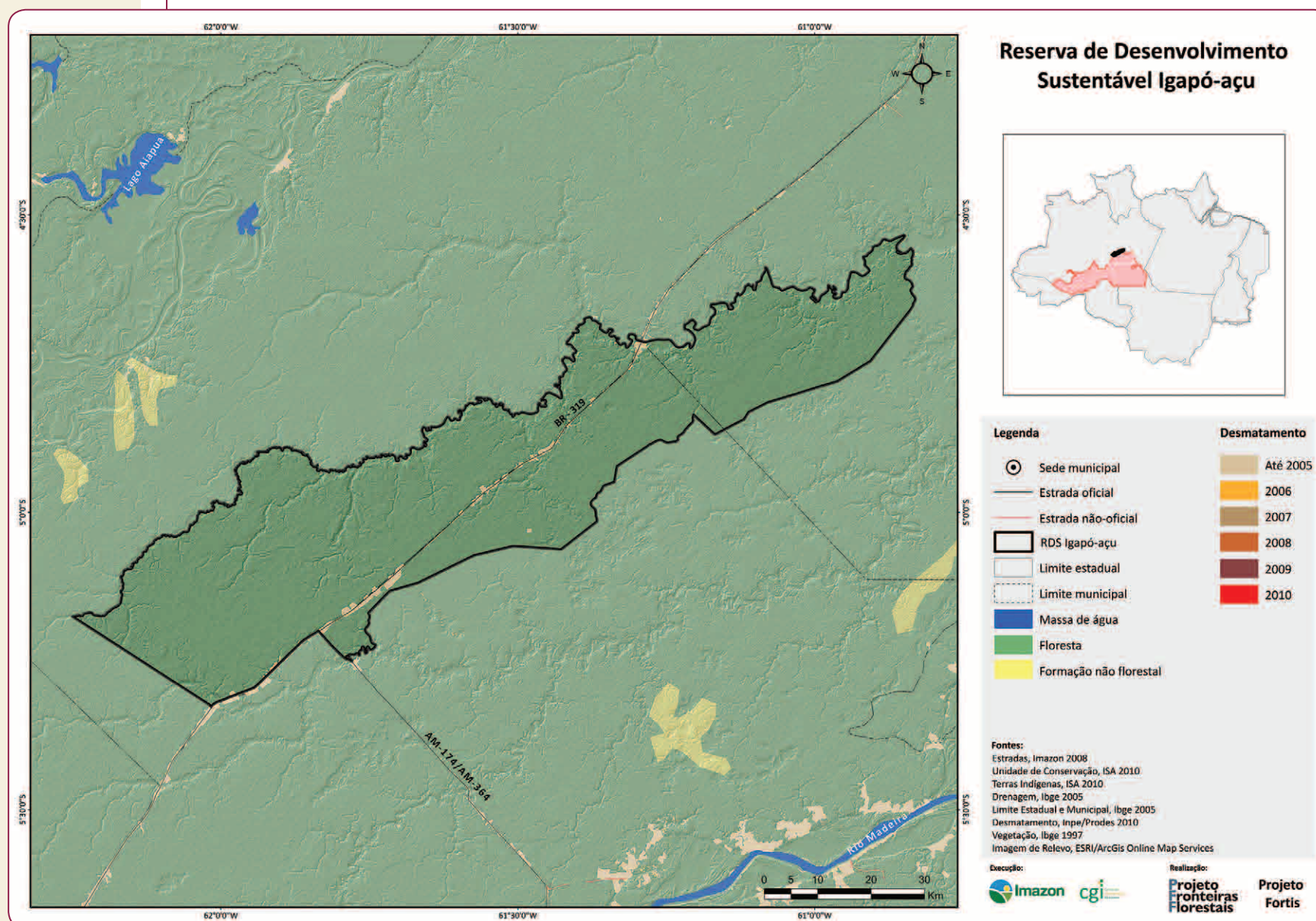
Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Estadual.
 Localização: Borba, Manicoré e Beruri/AM.
 Área: 3.976 km².
 Ano de criação: 2009.
 Órgão gestor: Ceuc.
 Fontes: Amazonas, 2009c; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 53,01 km², equivalente a 1,33% da área total da RDS. Nos últimos cinco anos, apenas em 2010, ano seguinte a sua criação, foi detectado pequeno incremento anual no desmatamento.

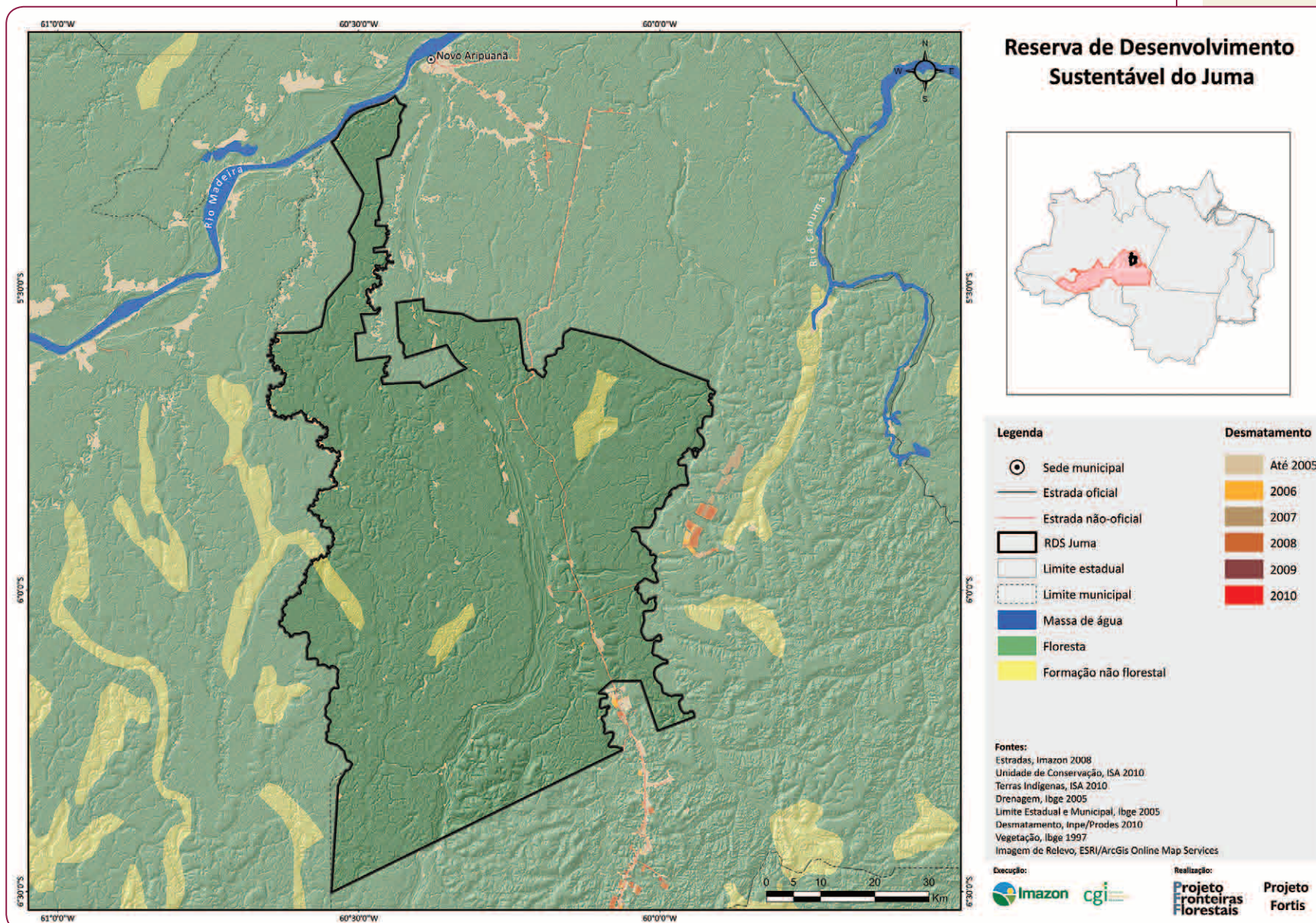
Anos	Área (km ²)
Até 2005	52,93
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	0,08
Total	53,01

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 16. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu, Borba, Manicoré e Beruri/AM.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JUMA



Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Estadual.
 Localização: Novo Aripuanã/AM.
 Área: 5.896 km².
 Ano de criação: 2006.
 Órgão gestor: Ceuc.
 Fontes: Amazonas, 2006a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 68,97 km², equivalente a 1,17% da área total da RDS. Nos últimos cinco anos, houve incrementos anuais na área desmatada, com maior alta detectada em 2010, igual a 1,16 km².

Anos	Área (km ²)
Até 2005	65,70
2006	0,61
2007	0,49
2008	0,76
2009	0,25
2010	1,16
Total	68,97

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 17. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, Novo Aripuanã/AM.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO AMAPÁ

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.

Instância: Estadual.

Localização: Manicoré/AM.

Área: 2.161 km².

Ano de criação: 2005.

Órgão gestor: Ceuc.

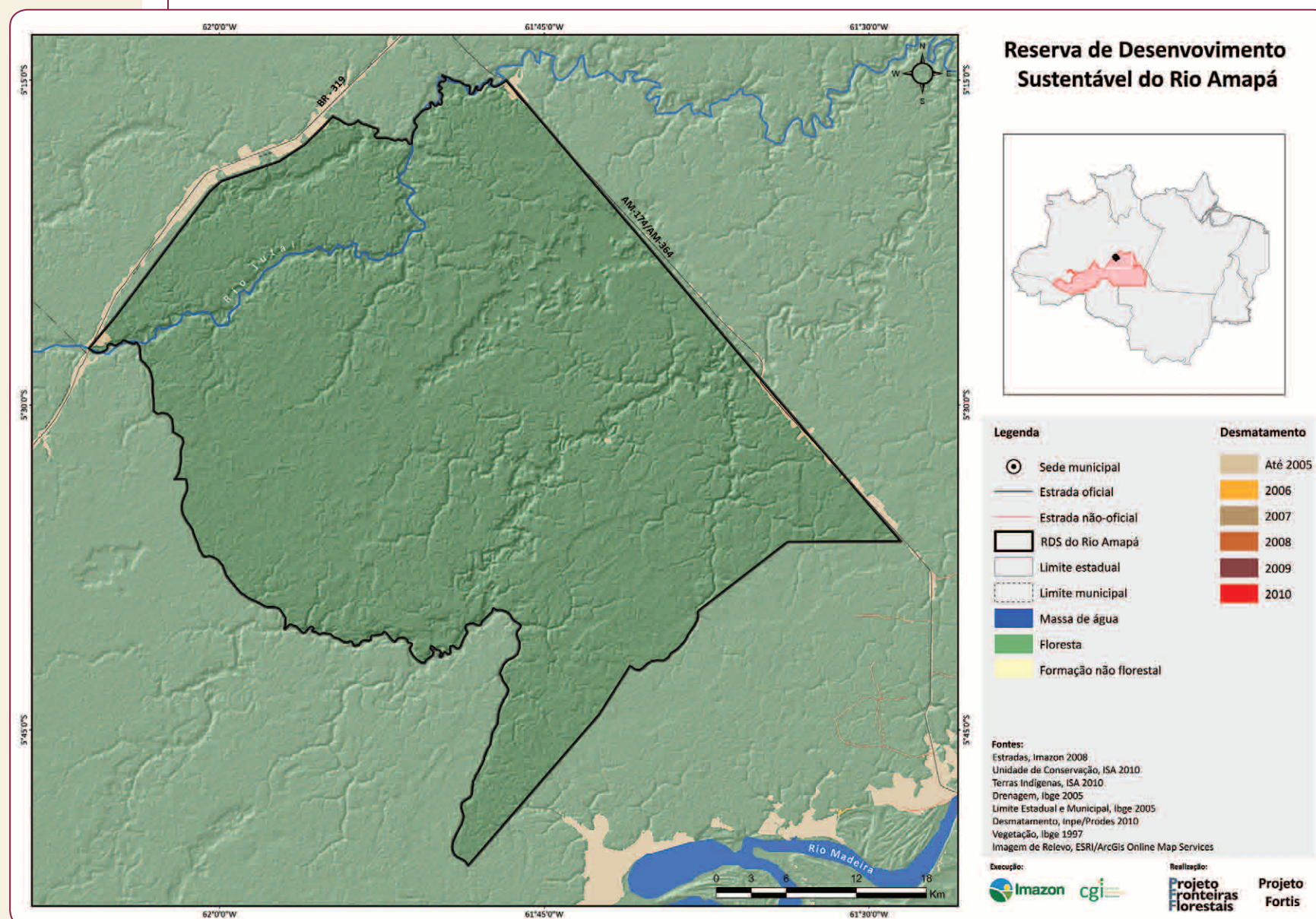
Fontes: Amazonas, 2005g; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 7,2 km², equivalente a 0,33% da área total da RDS. Nos últimos cinco anos, ou seja, nos anos seguintes a sua criação em 2005, nenhum desmatamento foi detectado nesta UC.

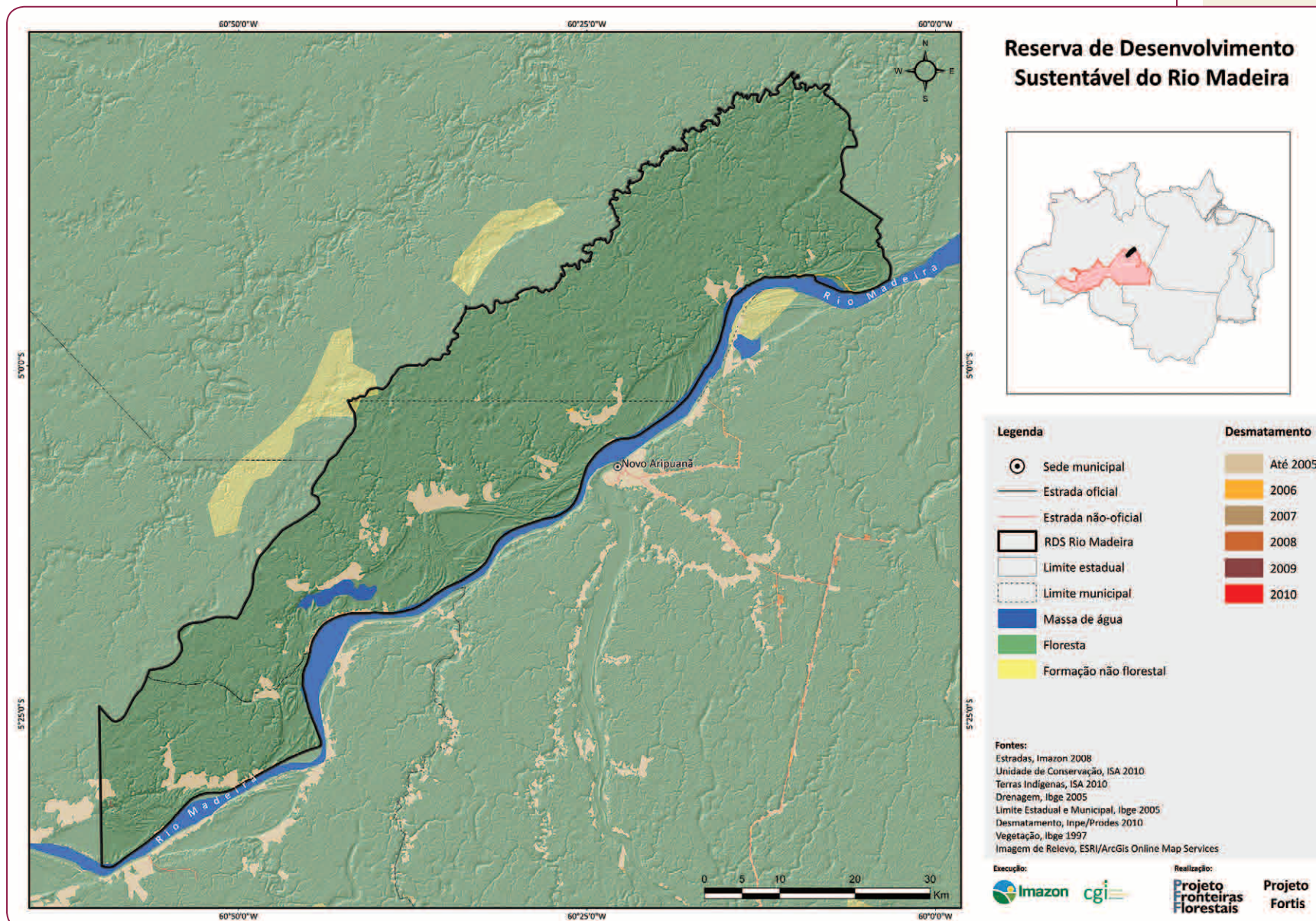
Anos	Área (km ²)
Até 2005	7,20
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	7,20

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 18. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá, Manicoré/AM.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO MADEIRA



Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Estadual.
 Localização: Novo Aripuanã, Manicoré e Borba/AM.
 Área: 2.831 km².
 Ano de criação: 2006.
 Órgão gestor: Ceuc.
 Fontes: Amazonas, 2006b; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 120,21 km², equivalente a 4,25% da área total da RDS. Nos últimos cinco anos, houve incrementos anuais na área desmatada, com maior alta detectada em 2010, igual a 1,84 km².

Anos	Área (km ²)
Até 2005	117,49
2006	0,39
2007	0,09
2008	0,23
2009	0,17
2010	1,84
Total	120,21

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 19. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira, Novo Aripuanã, Manicoré e Borba/AM.

RESERVA EXTRATIVISTA DO GUARIBA

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.

Instância: Estadual.

Localização: Apuí/AM e Novo Aripuanã/AM.

Área: 1.505 km².

Ano de criação: 2005.

Órgão gestor: Ceuc.

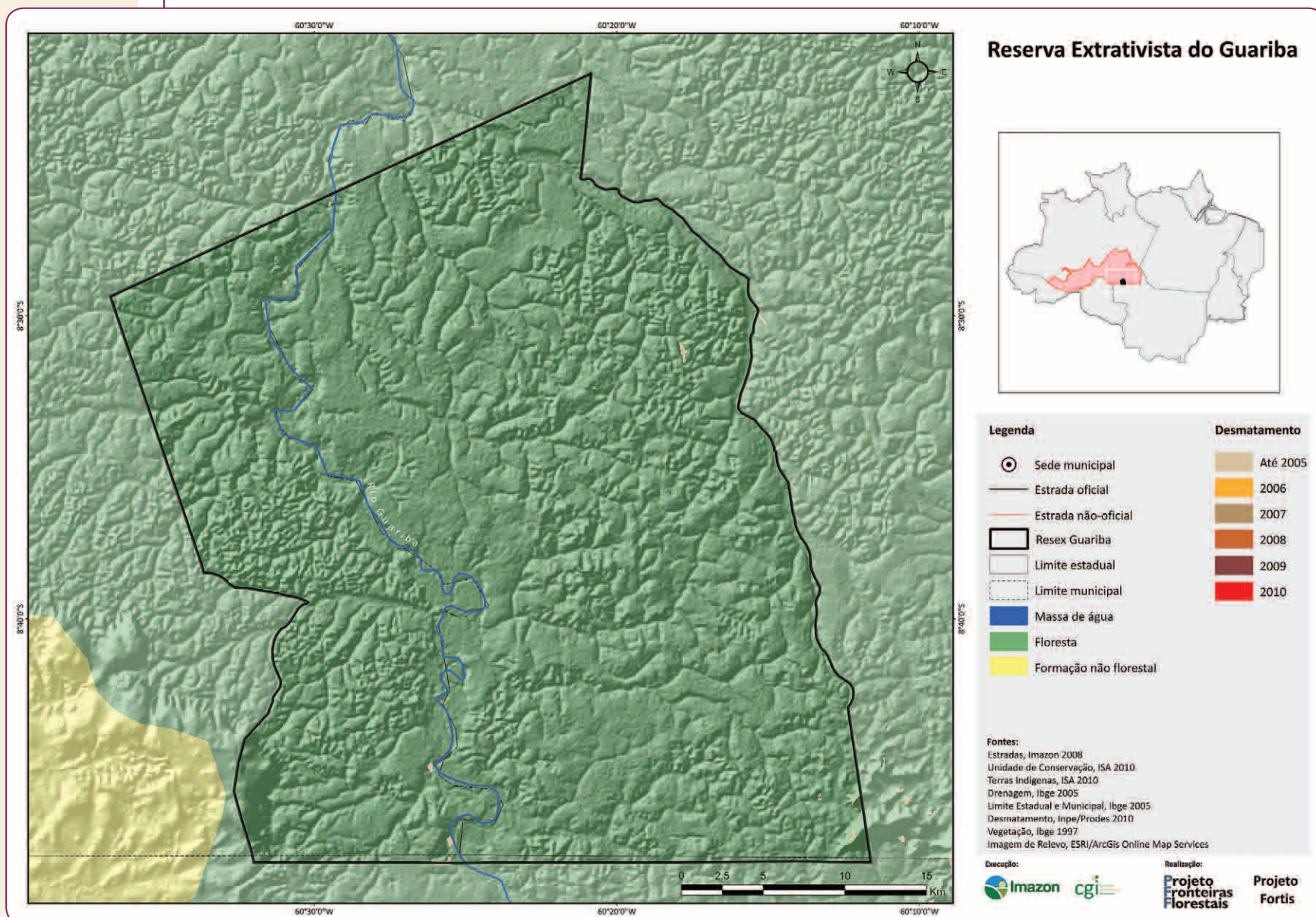
Fontes: Amazonas, 2005h; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,98 km², equivalente a 0,07% da área total da Resex. Nos últimos cinco anos, ou seja, nos anos seguintes a sua criação em 2005, nenhum desmatamento foi detectado nesta UC.

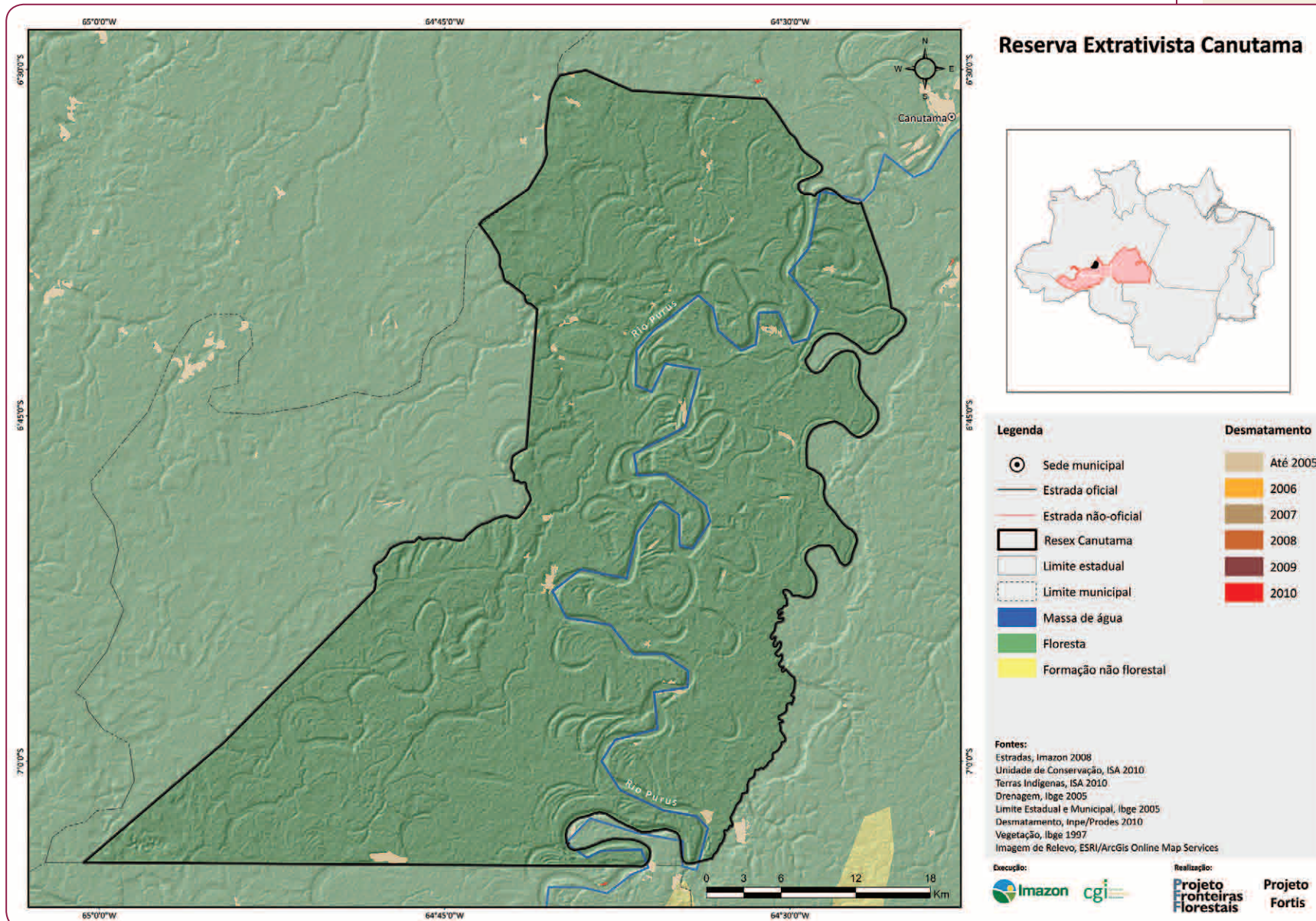
Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,98
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,98

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 20. Reserva Extrativista do Guariba, Apuí e Novo Aripuanã/AM.

RESERVA EXTRATIVISTA CANUTAMA



Mapa 21. Reserva Extrativista Canutama, Canutama/AM.

Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Estadual.
 Localização: Canutama/AM.
 Área: 1.980 km².
 Ano de criação: 2009.
 Órgão gestor: Ceuc.
 Fontes: Amazonas, 2009d; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 11,04 km², equivalente a 0,56% da área total da Resex. Nos últimos cinco anos, detectou-se apenas pequeno incremento no desmatamento em 2009.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	10,97
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	0,07
2010	Não detectado
Total	11,04

Fonte: Inpe/Prodes.

RESERVA EXTRATIVISTA ARAPIXI

Características Gerais:

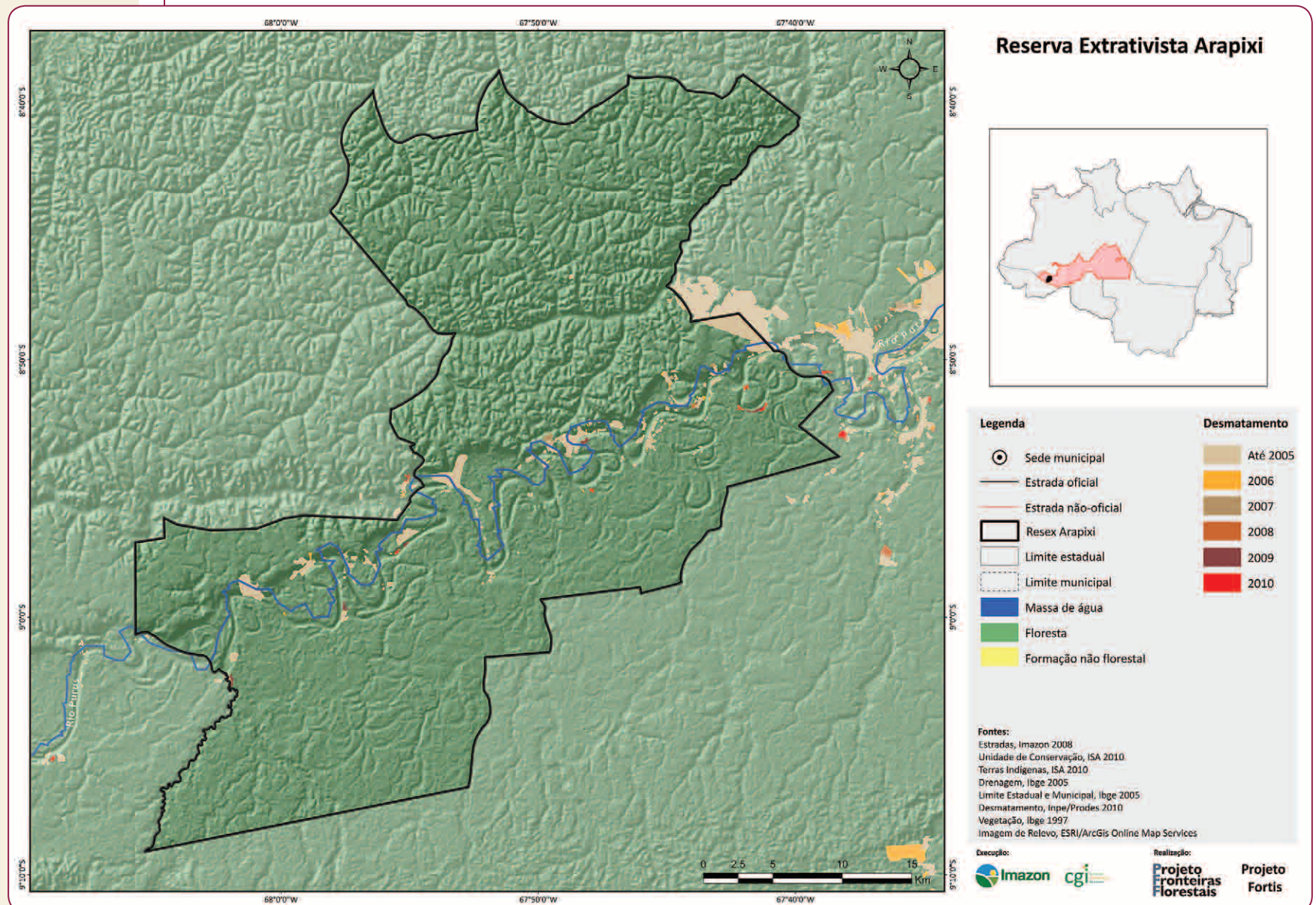
Grupo: Uso Sustentável.
Instância: Federal.
Localização: Boca do Acre/AM.
Área: 1.336 km².
Ano da Criação: 2006.
Órgão gestor: ICMBio.
Fontes: Brasil, 2006b; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 25,99 km², equivalente a 1,94% da área total da Resex. Nos últimos cinco anos, detectou-se pequenos incrementos anuais, variando entre 0,08 km² em 2008 e 0,59 km² em 2009.

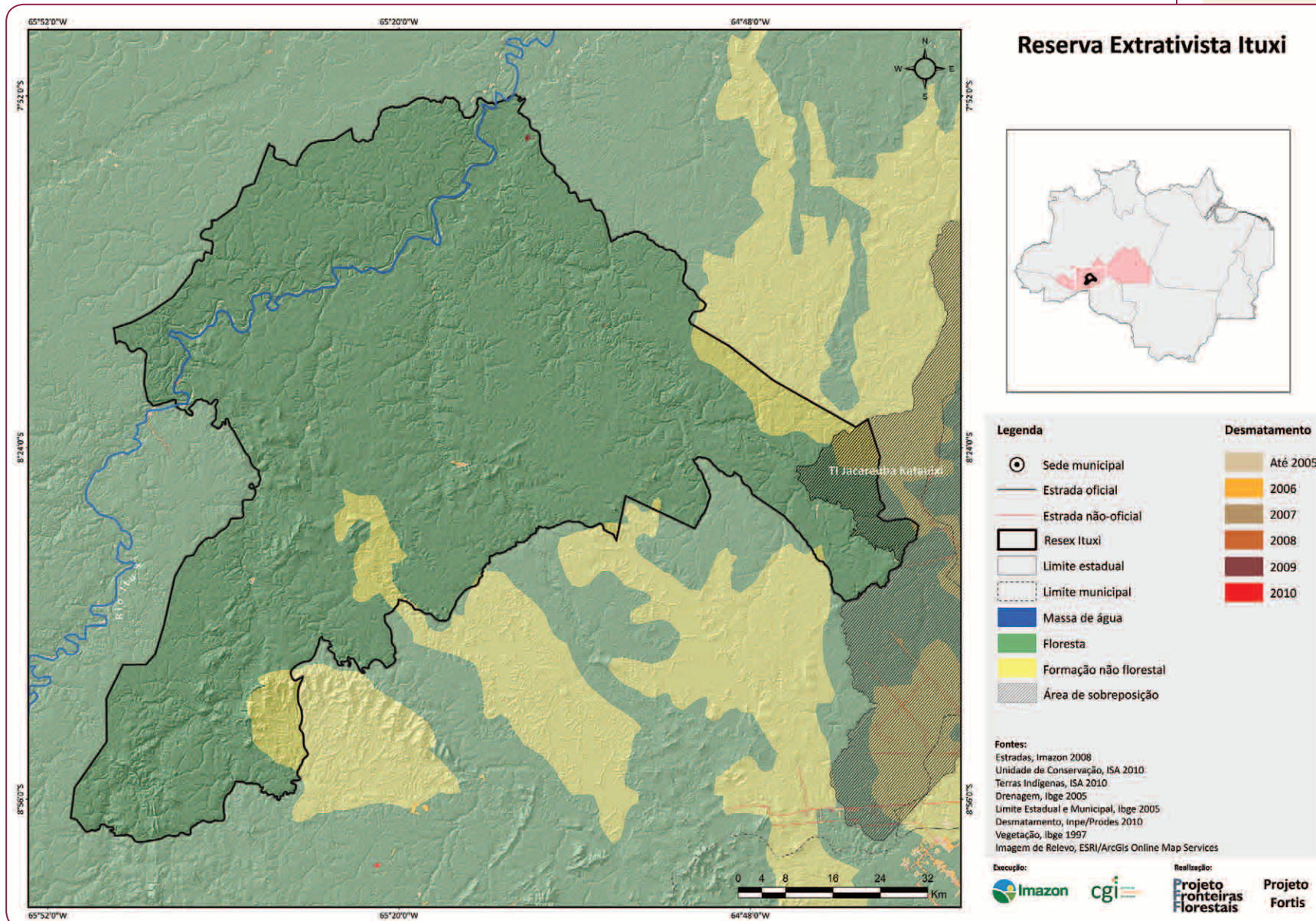
Anos	Área (km ²)
Até 2005	23,96
2006	0,56
2007	0,39
2008	0,08
2009	0,59
2010	0,41
Total	25,99

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 22. Reserva Extrativista Arapixi, Boca do Acre/AM.

RESERVA EXTRATIVISTA ITUXI



Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
 Instância: Federal.
 Localização: Lábrea/AM.
 Área: 7.769 km².
 Ano de criação: 2008.
 Órgão gestor: ICMBio.
 Sobreposição: 2,4% com TI Jacareúba/Katauixi.
 Fontes: Brasil, 2008c; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 9,38 km², equivalente a 0,12% da área total da Resex. Nos últimos cinco anos, detectou-se pequenos incrementos anuais, com pico em 2007, atingindo 1,22 km² no ano.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	7,35
2006	0,27
2007	1,22
2008	0,19
2009	0,06
2010	0,29
Total	9,38

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 23. Reserva Extrativista Ituxi, Lábrea/AM.

RESERVA EXTRATIVISTA DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE

Características Gerais:

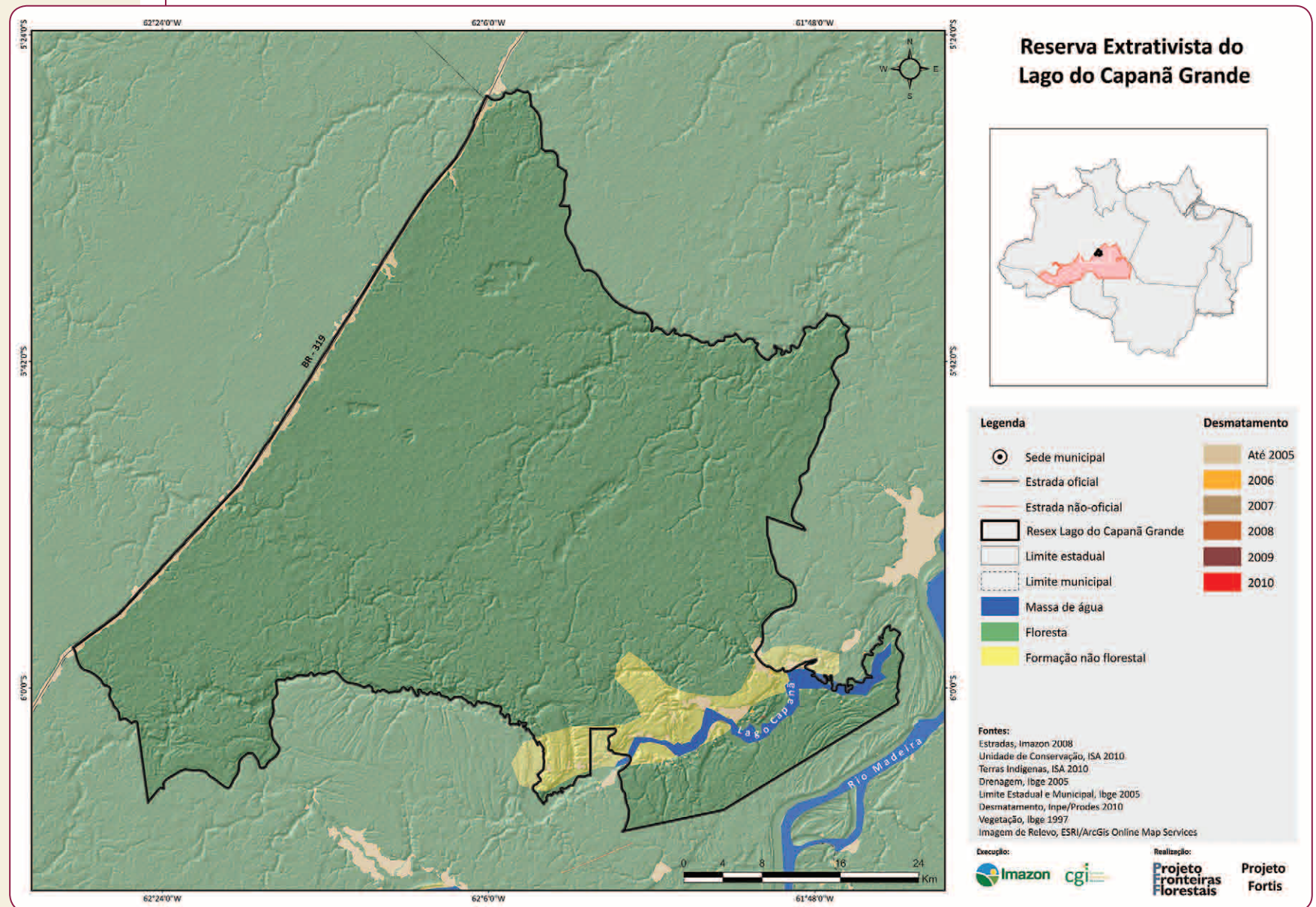
Grupo: Uso Sustentável.
Instância: Federal.
Localização: Manicoré/AM.
Área: 3.041 km².
Ano de criação: 2004.
Órgão gestor: ICMBio.
Fontes: Brasil, 2004a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 51,61 km², equivalente a 1,7% da área total da Resex. Nos últimos cinco anos, com exceção de 2007, detectou-se pequenos incrementos anuais, com pico em 2010 atingindo 2,78 km² no ano.

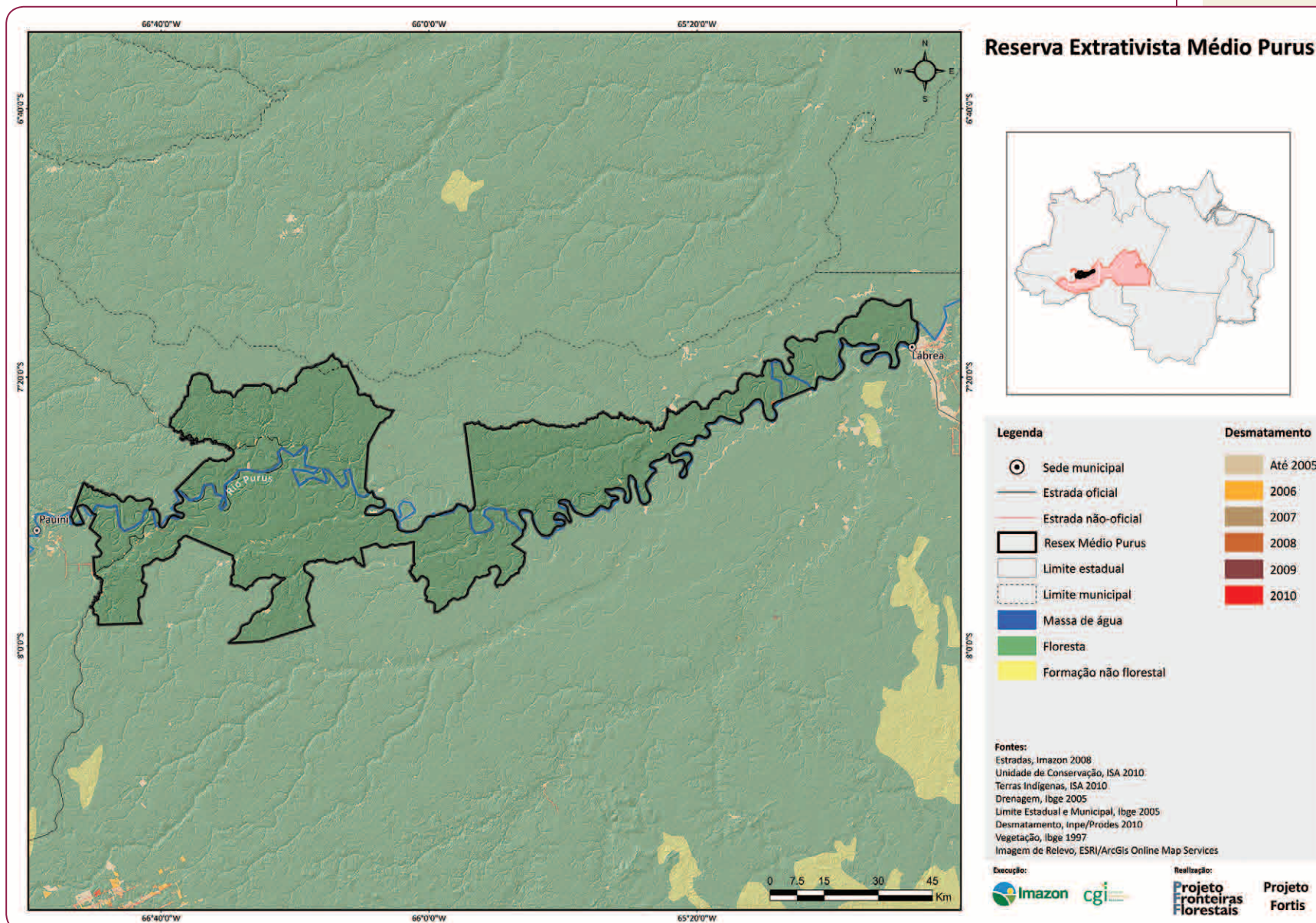
Anos	Área (km ²)
Até 2005	48,48
2006	0,21
2007	Não detectado
2008	0,07
2009	0,07
2010	2,78
Total	51,61

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 24. Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, Manicoré/AM.

RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO PURUS



Características Gerais:

Grupo: Uso Sustentável.
Instância: Federal.
Localização: Lábrea, Pauini e Tapauá/AM.
Área: 6.042 km².
Ano de criação: 2008.
Órgão gestor: ICMBio.
Fontes: Brasil, 2008d; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 42,73 km², equivalente a 0,71% da área total da Resex. Nos últimos cinco anos, houve incrementos anuais no desmatamento com picos em 2007 (1,79 km²) e 2010 (1,53 km²).

Anos	Área (km ²)
Até 2005	37,74
2006	0,44
2007	1,79
2008	0,61
2009	0,62
2010	1,53
Total	42,73

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 25. Reserva Extrativista do Médio Purus, Lábrea, Pauini e Tapauá/AM.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CUNIÃ

Características Gerais:

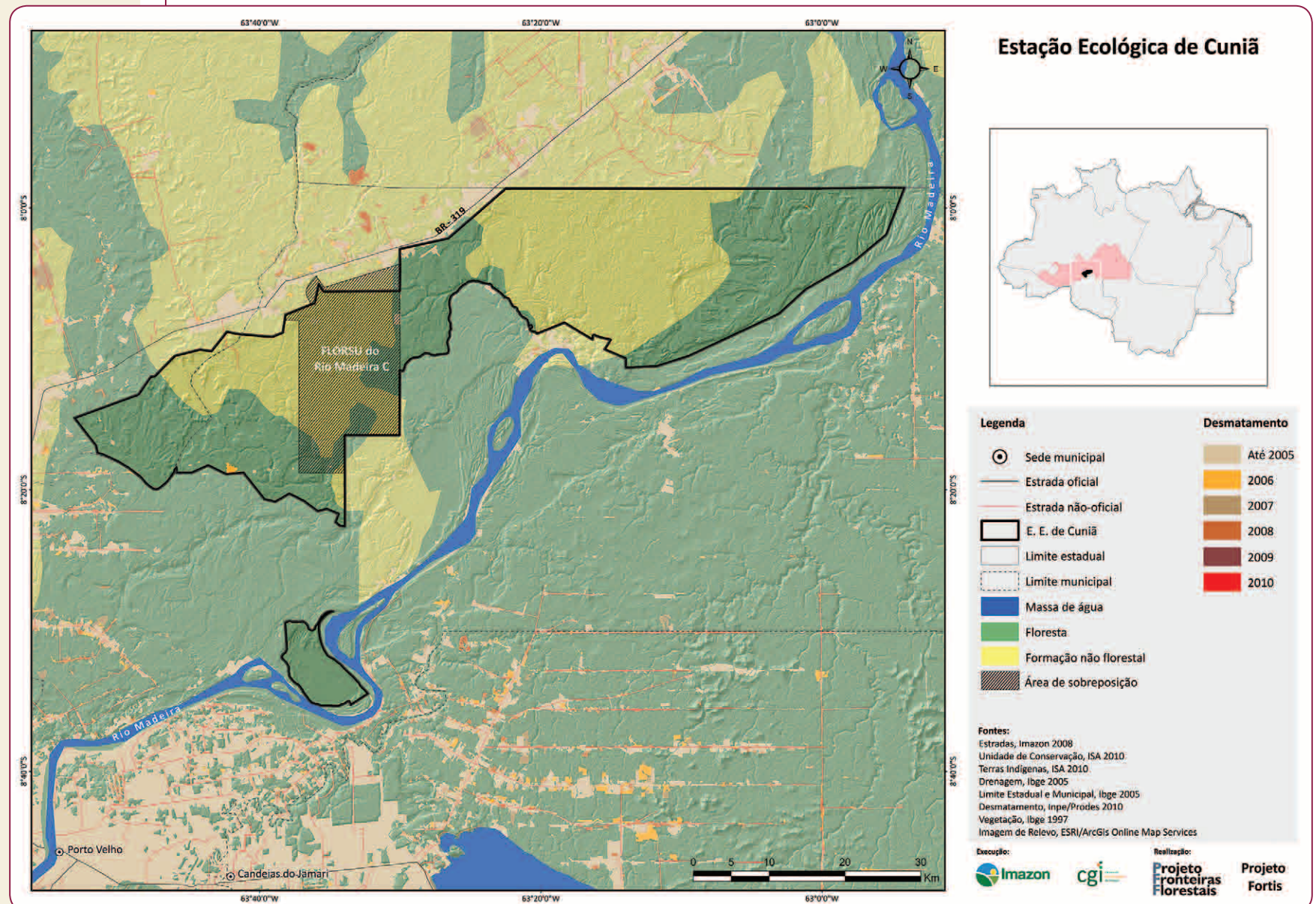
Grupo: Proteção Integral.
Instância: Federal.
Localização: Porto Velho/RO e Canutama/AM.
Área: 1.897 km².
Ano da Criação: 2001.
Órgão gestor: ICMBio.
Sobreposição: 15% com Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Madeira (C)/RO.
Fontes: Brasil, 2001a; Brasil, 2007b; Brasil, 2010a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 10,45 km², equivalente a 0,55% da área total da Esec. Nos últimos dois anos nenhum desmatamento foi detectado, porém de 2006 a 2008 ocorreram incrementos anuais com pico em 2006, atingindo 1,59 km².

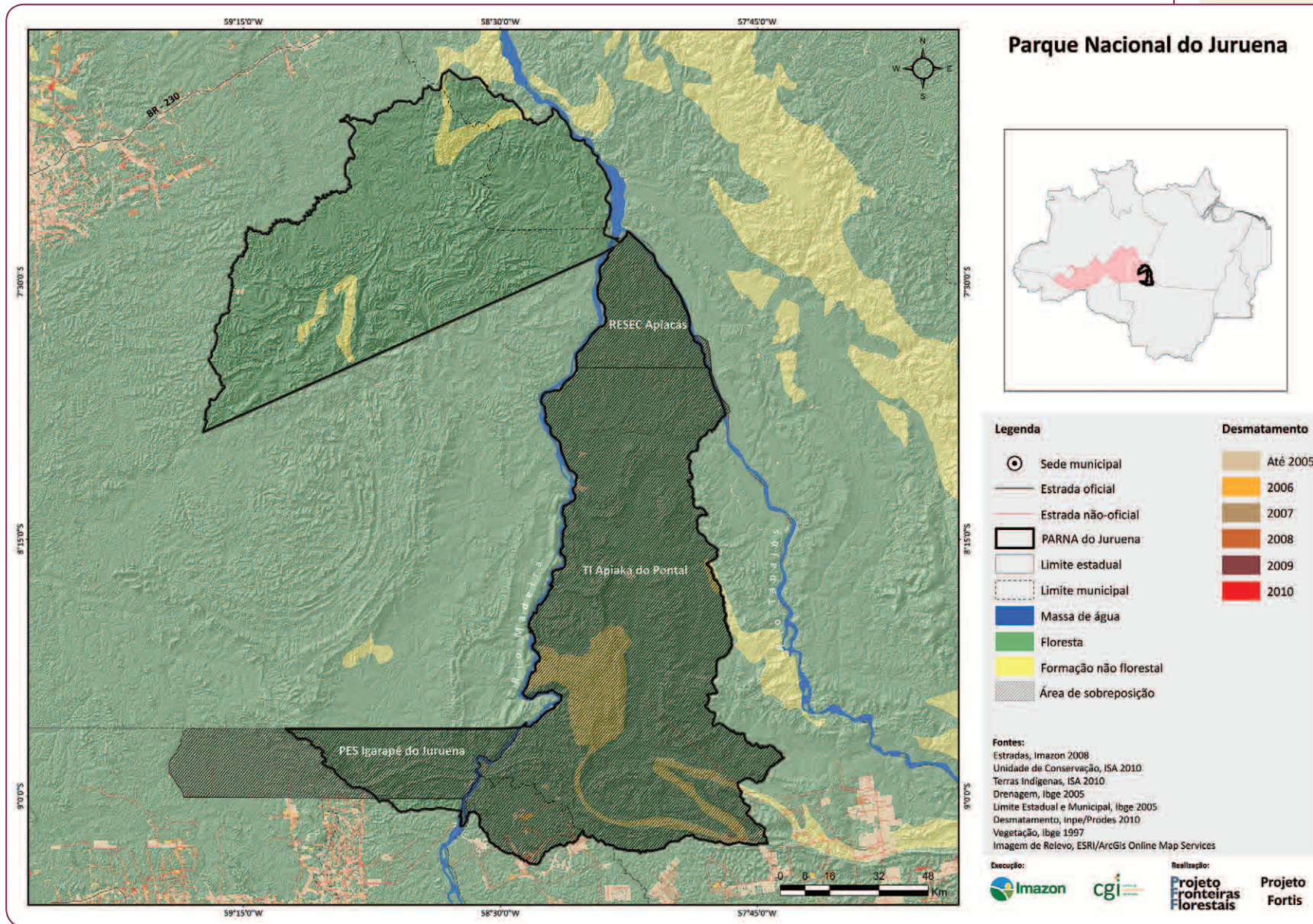
Anos	Área (km ²)
Até 2005	8,62
2006	1,59
2007	0,17
2008	0,07
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	10,45

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 26. Estação Ecológica de Cuniã, Porto Velho/RO e Canutama/AM.

PARQUE NACIONAL DO JURUENA



Mapa 27. Parque Nacional do Juruena, nos estados do Mato Grosso e do Amazonas.

Características Gerais:

Grupo: Proteção Integral.
Instância: Federal.
Localização: Apiacás, Nova Bandeirantes e Cotriguaçu/MT; Apuí e Maués/AM.
Área: 19.570 km².
Ano da Criação: 2006.
Órgão gestor: ICMBio.
Sobreposições:
50% com TI Apiaká do Pontal e Isolados;
6% com Resec Apiacás;
6% com PES Igarapés do Juruena.

Fontes: Brasil, 2006a; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 101,78 km², equivalente a 0,52% da área total do Parna. Nos últimos cinco anos, o desmatamento foi maior de 2006 e 2008, ausente e/ou bem reduzido em 2009 e 2010.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	86,97
2006	5,07
2007	5,35
2008	3,72
2009	Não detectado
2010	0,67
Total	101,78

Fonte: Inpe/Prodes.

PARQUE NACIONAL MAPINGUARI

Características Gerais:

Grupo: Proteção Integral.

Instância: Federal.

Localização: Canutama/AM e Lábrea/AM.

Área: 17.448,5 km².

Ano da Criação: 2008.

Órgão gestor: ICMBio.

Sobreposições:

1,5% com Flona de Balata-Tufari;

22,7% com TI Jacareúba/Katauixi.

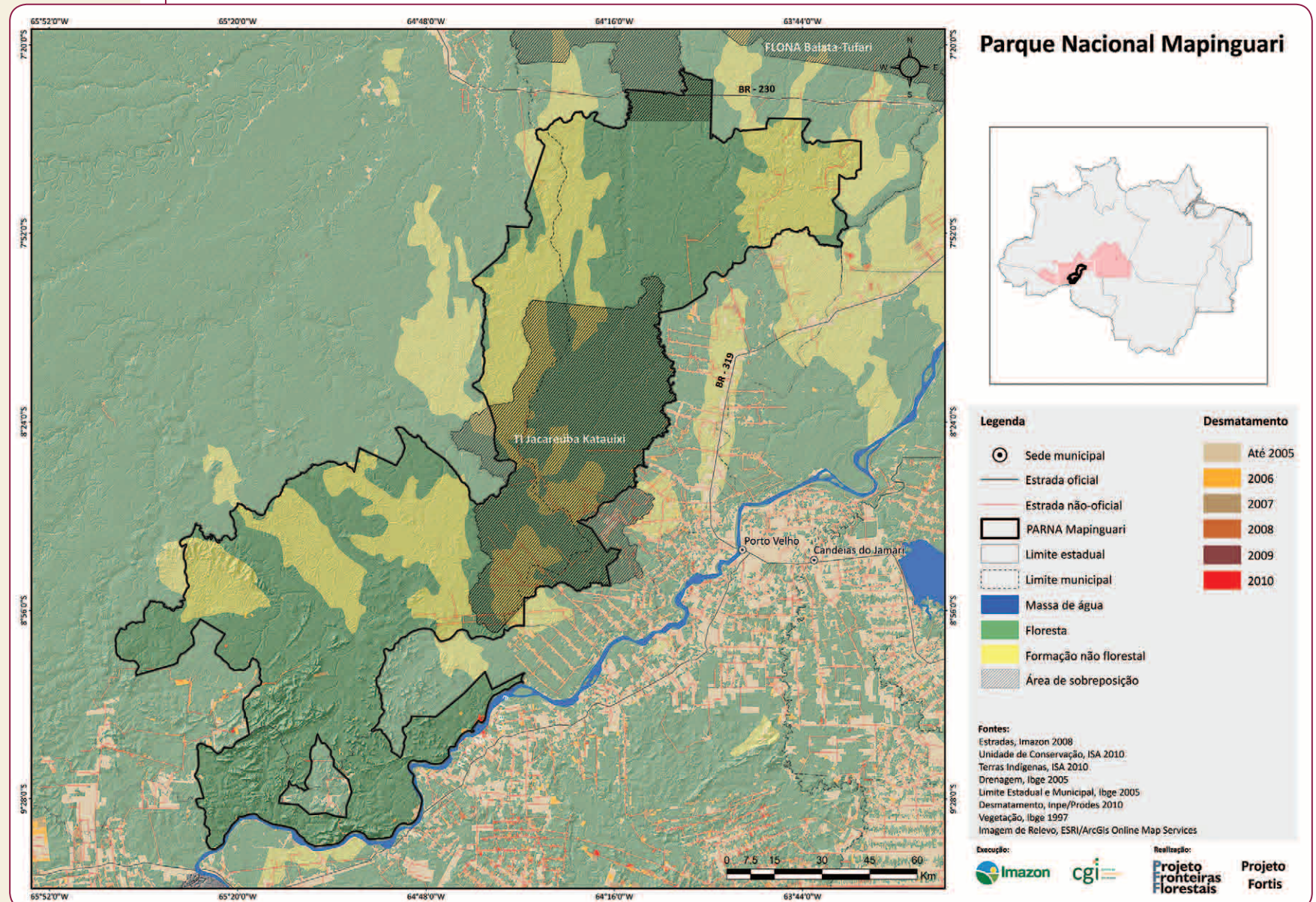
Fontes: Brasil, 2008e; Brasil, 2010a; Brasil, 2012; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 117,05 km², equivalente a 0,67% da área total do Parna. Nos últimos cinco anos, o desmatamento anual foi maior de 2006 a 2008, com expressiva redução em 2009 e moderado aumento em 2010.

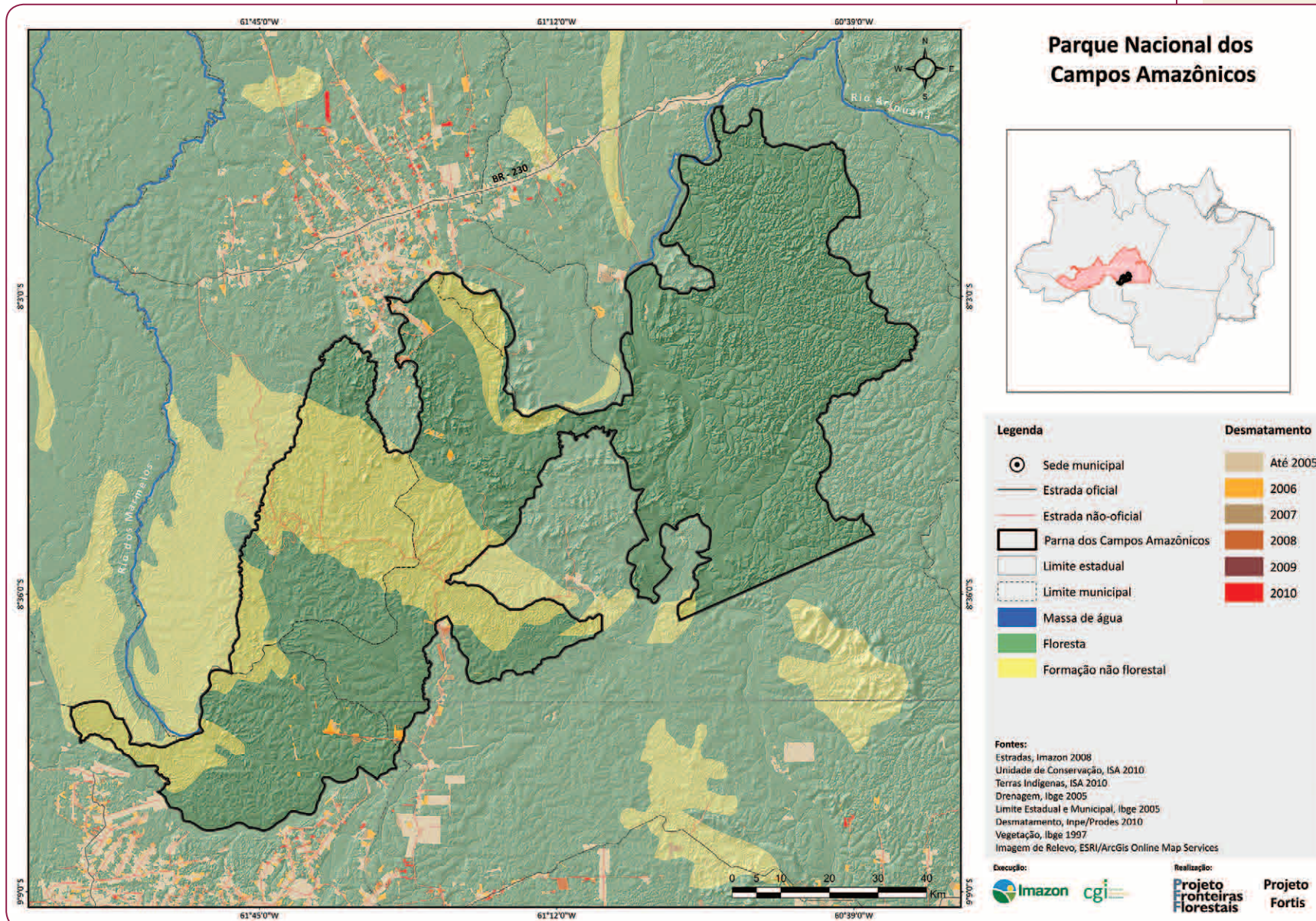
Anos	Área (km ²)
Até 2005	55,21
2006	22,49
2007	19,31
2008	12,97
2009	2,01
2010	5,06
Total	117,05

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 28. Parque Nacional Mapinguari, Canutama e Lábrea/AM.

PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS



Características Gerais:

Grupo: Proteção Integral.
Instância: Federal.
Localização: Novo Aripuanã, Manicoré e Humaitá/AM, Machadinho D'Oeste/RO e Colniza/MT.
Área: 9.613,2 km².
Ano da Criação: 2006.
Órgão gestor: ICMBio.
Fontes: Brasil, 2006c; Brasil, 2010a; Brasil, 2012; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 61,53 km², equivalente a 0,64% da área total do Parna. Nos últimos cinco anos, o desmatamento tem reduzido ano a ano, tendo sua maior alta em 2006.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	32,77
2006	16,32
2007	8,51
2008	3,06
2009	0,67
2010	0,20
Total	61,53

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 29. Parque Nacional dos Campos Amazônicos, estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

PARQUE ESTADUAL DO SUCUNDURI

Características Gerais:

Grupo: Proteção Integral.

Instância: Estadual.

Localização: Apuí/AM.

Área: 8.083 km².

Ano de criação: 2005.

Órgão gestor: Ceuc.

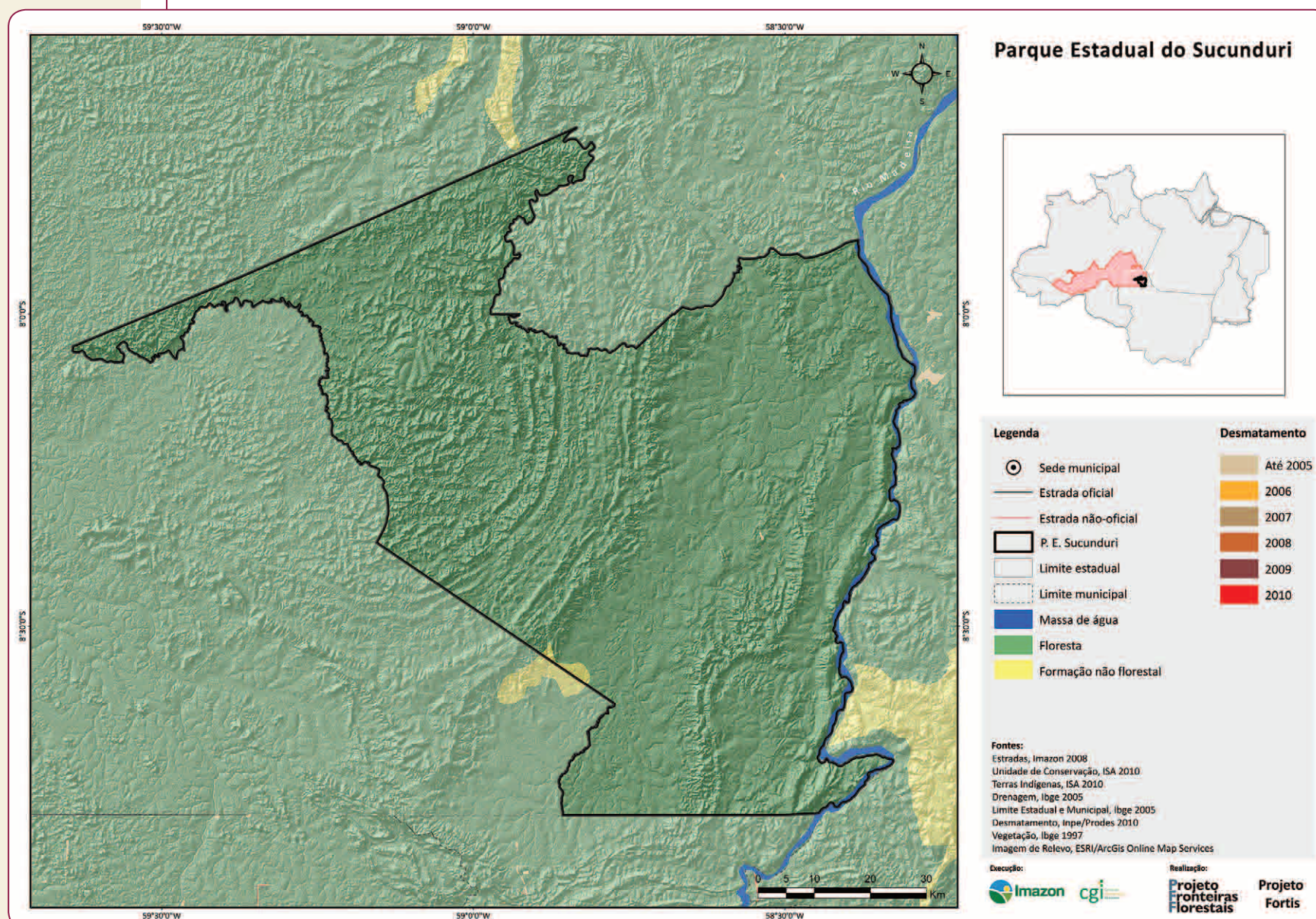
Fontes: Amazonas, 2005i; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 3,96 km², equivalente a 0,05% da área total do PES. Nos últimos cinco anos, ou seja, nos anos seguintes a sua criação em 2005, nenhum desmatamento foi detectado nesta UC.

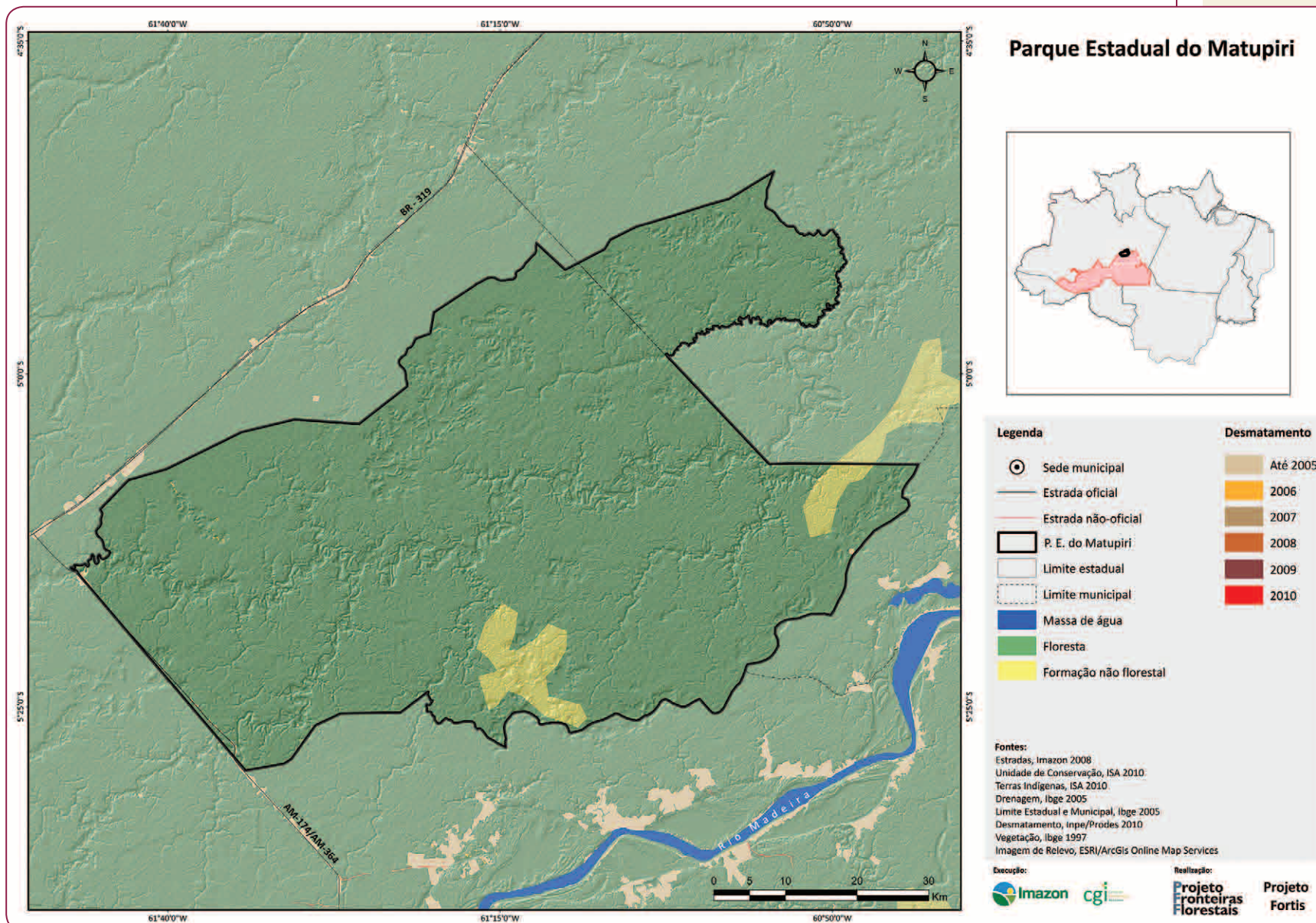
Anos	Área (km ²)
Até 2005	3,96
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	3,96

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 30. Parque Estadual do Sucunduri, Apuí/AM.

PARQUE ESTADUAL DO MATUPIRI



Mapa 31. Parque Estadual do Matupiri, Borba e Manicoré/AM.

Características Gerais:

Grupo: Proteção Integral.
Instância: Estadual.
Localização: Borba/AM e Manicoré/AM.
Área: 5.137 km².
Ano de criação: 2009.
Órgão gestor: Ceuc.
Fontes: Amazonas, 2009e; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 4,07 km², equivalente a 0,08% da área total do PES. Nos últimos cinco anos, nenhum desmatamento anual foi detectado nesta UC.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	4,07
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	4,07

Fonte: Inpe/Prodes.

PARQUE ESTADUAL DO GUARIBA

Características Gerais:

Grupo: Proteção Integral.

Instância: Estadual.

Localização: Novo Aripuanã/AM.

Área: 723 km².

Ano de criação: 2005.

Órgão gestor: Ceuc.

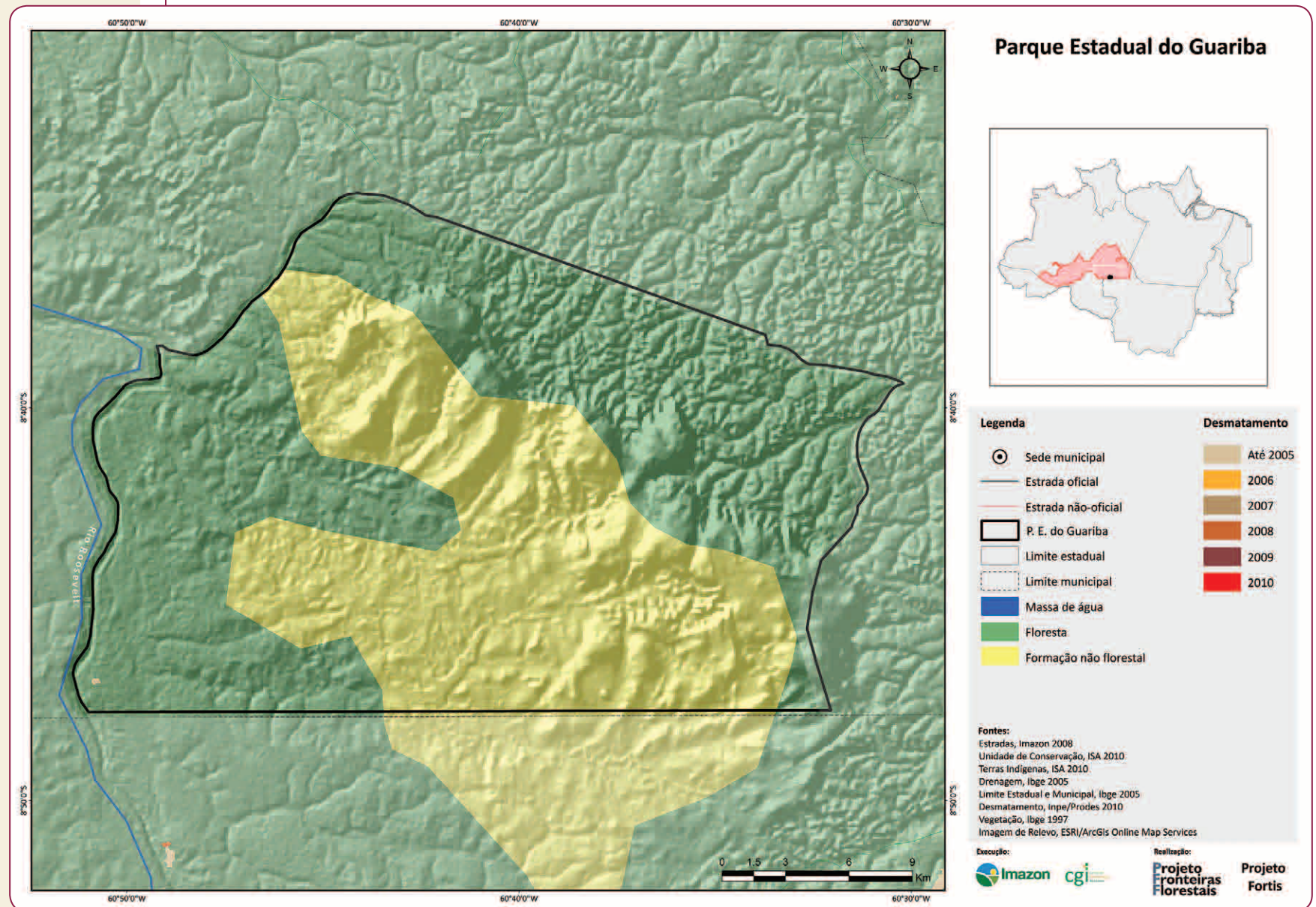
Fontes: Amazonas, 2005j; ISA, 2010a.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,1 km², equivalente a 0,01% da área total do PES. Nos últimos cinco anos, ou seja, nos anos seguintes a sua criação em 2005, nenhum desmatamento foi detectado nesta UC.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,10
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,10

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 32. Parque Estadual do Guariba, Novo Aripuanã/AM.

Terras Indígenas (TIs)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 definiu as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” como bens da União (Art. 20), competindo a ela sua demarcação, proteção e garantia de respeito à organização social, aos costumes, às línguas, às crenças, às tradições e ao direito originário dos índios sobre essas terras (Art. 231). Para isso, a Constituição Federal delineou as linhas gerais da abrangência de tais áreas ao definir as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como “*as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições*” (Art. 231, § 1º).

A Constituição Federal de 1988 deu um importante impulso na regularização e expansão das

TIs na região. Em dezembro de 2010, a Amazônia Legal abrigava 414 TIs, abrangendo 1,09 milhão de km² (98,6% da extensão de TIs do Brasil) e cerca de 250 mil pessoas, sem considerar as populações indígenas residentes em TIs em fase inicial de identificação e em áreas urbanas (Ricardo, 2011).

As TIs do estado do Amazonas cobrem aproximadamente 429 mil km² (Veríssimo et al, 2011), dos quais 73,5 mil km² (17% da extensão de TIs do estado) correspondem à área coberta pelas 36 TIs que são alvo deste atlas (**Mapa 33**). A maioria dessas TIs (32 delas) já foi homologada, ou seja, encontra-se em etapa avançada de reconhecimento (demarcação física homologada por decreto presidencial), três delas foram declaradas pelo Ministério da Justiça como de posse permanente indígena, cabendo à Fundação Nacional do Índio (Funai)³ sua demarcação física e

outros atos necessários a sua homologação, e apenas uma delas está em *identificação*, com restrição de uso a não índios. O processo de reconhecimento das TIs no sul do Amazonas foi mais intenso nos anos de 1997, com homologação de nove TIs, e de 2004, com homologação de sete TIs (**Figura 3**).

Em conjunto, as 36 TIs do sul do Amazonas apresentavam 369,5 km² de área desmatada até 2010, correspondente a 0,5% de sua área total. A análise da evolução do desmatamento nos últimos cinco anos revela aumento de 23,8% (70,9 km²) no tamanho de área aberta entre 2005 e 2010 (**Figura 4**). O ranking das TIs com maior desmatamento acumulado até 2010 foi liderado pela TI Jacareúba/Katawixi, seguida pela TI Deni e pela TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, que juntas responderam por 44% do total desmatado nas 36 TIs tratadas neste atlas. A análise desagregada do desmatamento por TI é apresentada a seguir (**Mapas 34 a 69**).

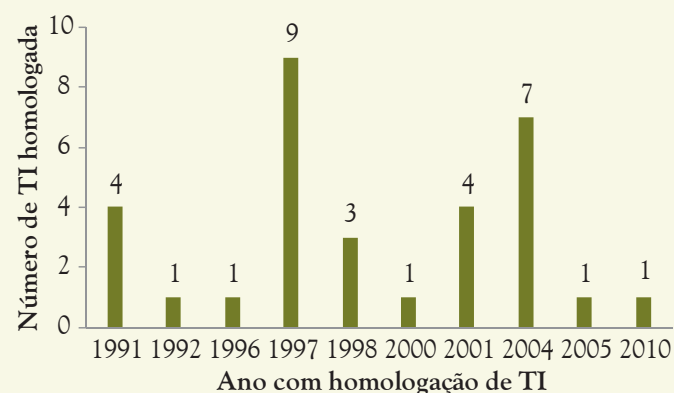


Figura 3. Número de TIs homologadas por ano no sul do estado do Amazonas.

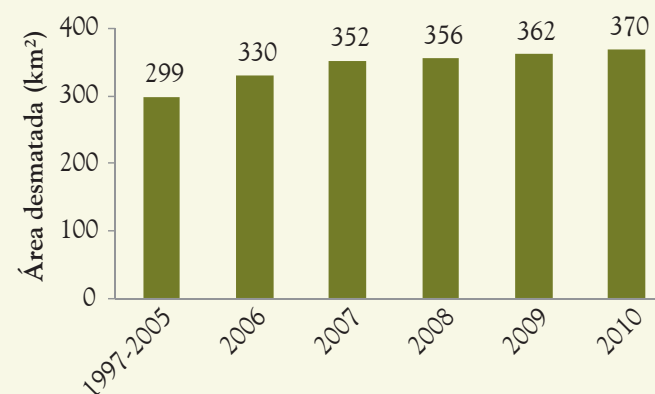
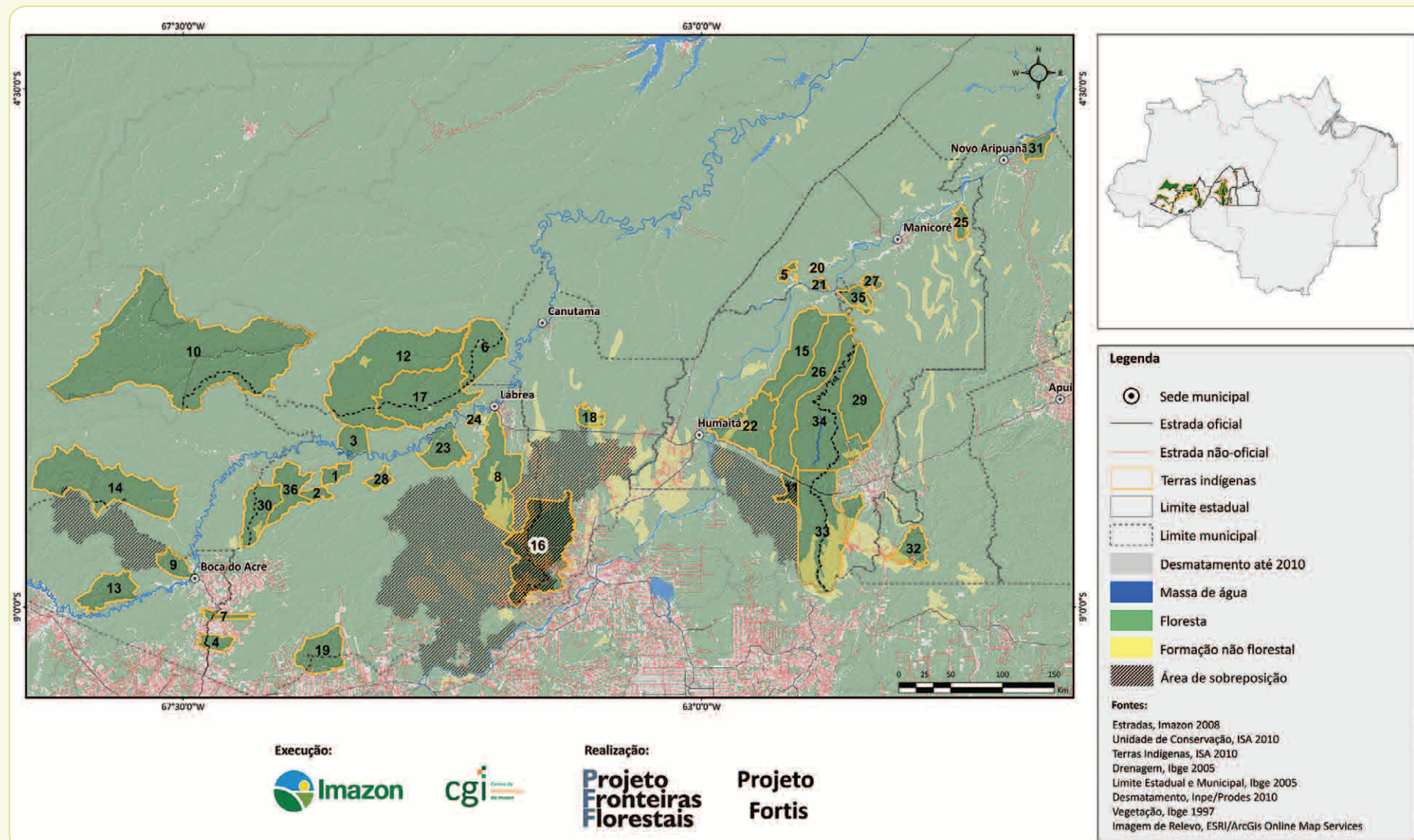


Figura 4. Evolução do desmatamento nas 36 TIs situadas ao sul do estado do Amazonas.

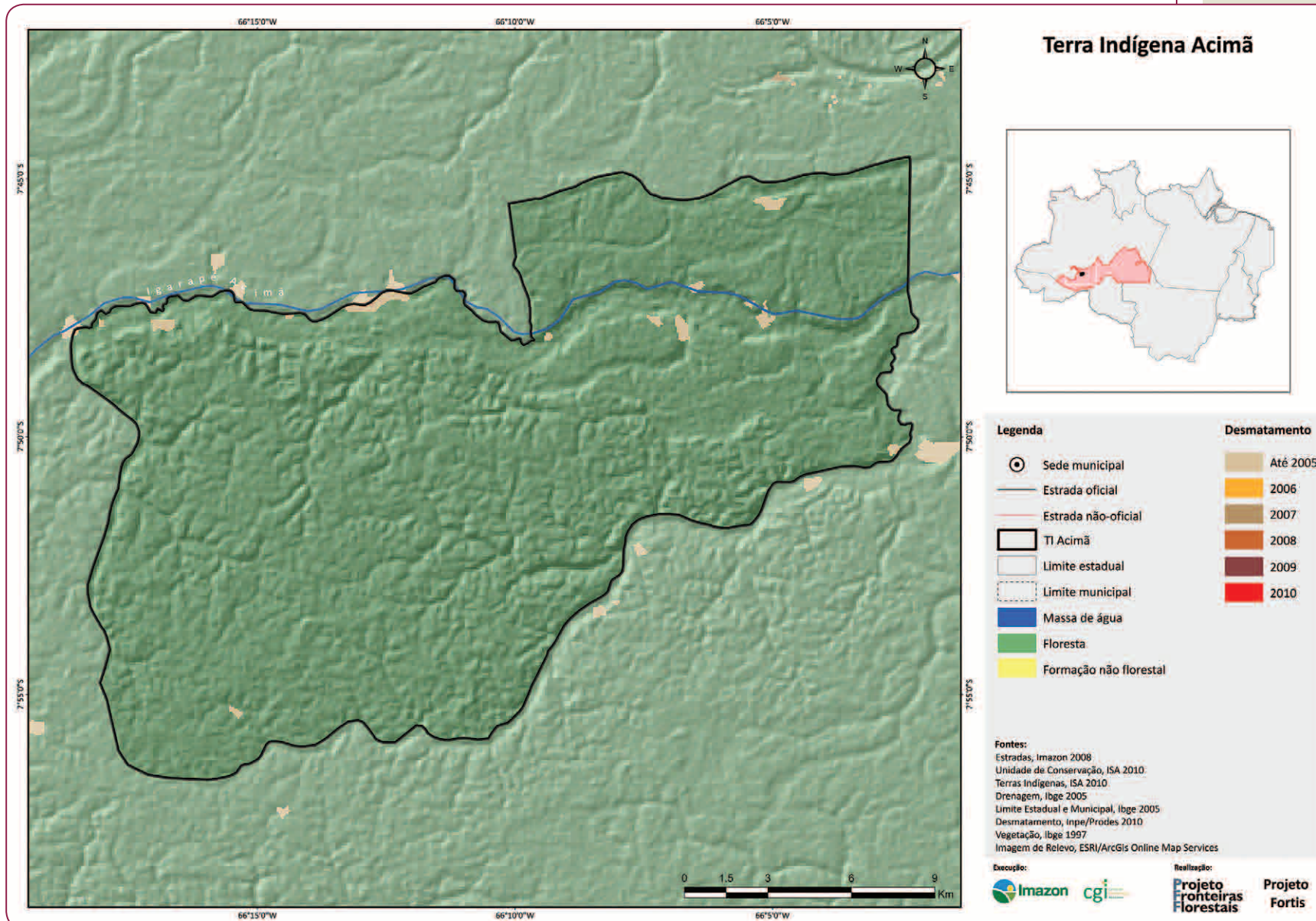
³ Autarquia federal, criada em 1967, responsável pela execução da política indigenista do Brasil. A ela compete a tutela das comunidades indígenas e gestão de seu patrimônio, a garantia de posse da terra aos índios e de usufruto exclusivo de suas riquezas, a proteção da identidade diferenciada do índio diante da sociedade nacional, além da promoção de assistência médico-sanitária, de educação básica adequada aos índios, entre vários outros atributos.

Mapa 33. Terras indígenas situadas no sul do estado do Amazonas (n=36).



- | | | | | |
|---|-----------------------------------|---|---|--|
| 1. Terra Indígena Acimã | 8. Terra Indígena Caititu | 15. Terra Indígena Ipixuna | 22. Terra Indígena Nove de Janeiro | 29. Terra Indígena Sepoti |
| 2. Terra Indígena Alto Sepatini | 9. Terra Indígena Camicuã | 16. Terra Indígena Jacareúba/Katauixi | 23. Terra Indígena Paumari do Lago Marahã | 30. Terra Indígena Seruini/Marienhê |
| 3. Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucuim | 10. Terra Indígena Deni | 17. Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati | 24. Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi | 31. Terra Indígena Setemã |
| 4. Terra Indígena Apurinã Km124-BR317 | 11. Terra Indígena Diahui | 18. Terra Indígena Juma | 25. Terra Indígena Pinatuba | 32. Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto |
| 5. Terra Indígena Ariramba | 12. Terra Indígena Hi Merimã | 19. Terra Indígena Kaxarari | 26. Terra Indígena Pirahã | 33. Terra Indígena Tenharim Marmelos |
| 6. Terra Indígena Banawá | 13. Terra Indígena Igarapé Capanã | 20. Terra Indígena Lago Capanã | 27. Terra Indígena Rio Manicoré | 34. Terra Indígena Tenharim Marmelos - Gleba B |
| 7. Terra Indígena Boca do Acre | 14. Terra Indígena Inauini/Teuini | 21. Terra Indígena Lago Jauri | 28. Terra Indígena São Pedro do Sepatini | 35. Terra Indígena Torã |
| | | | | 36. Terra Indígena Tumiã |

TERRA INDÍGENA ACIMÃ



Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM.
 Área: 406,9 km².
 Situação jurídica: Homologada em 1997.
 Povo: Apurinã.
 População: 68 pessoas (Funai/Lábrea, 2006).
 Fontes: Brasil, 1997a; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 2,87 km², equivalente a 0,71% da área total da TI. Nenhum desmatamento foi detectado nos últimos cinco anos.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	2,87
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	2,87

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 34. Terra Indígena Acimã, Lábrea/AM.

TERRA INDÍGENA ALTO SEPATINI

Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM.

Área: 261 km².

Situação jurídica: Homologada em 1997.

Povo: Apurinã.

População: 47 pessoas (Funai/Lábrea, 2006).

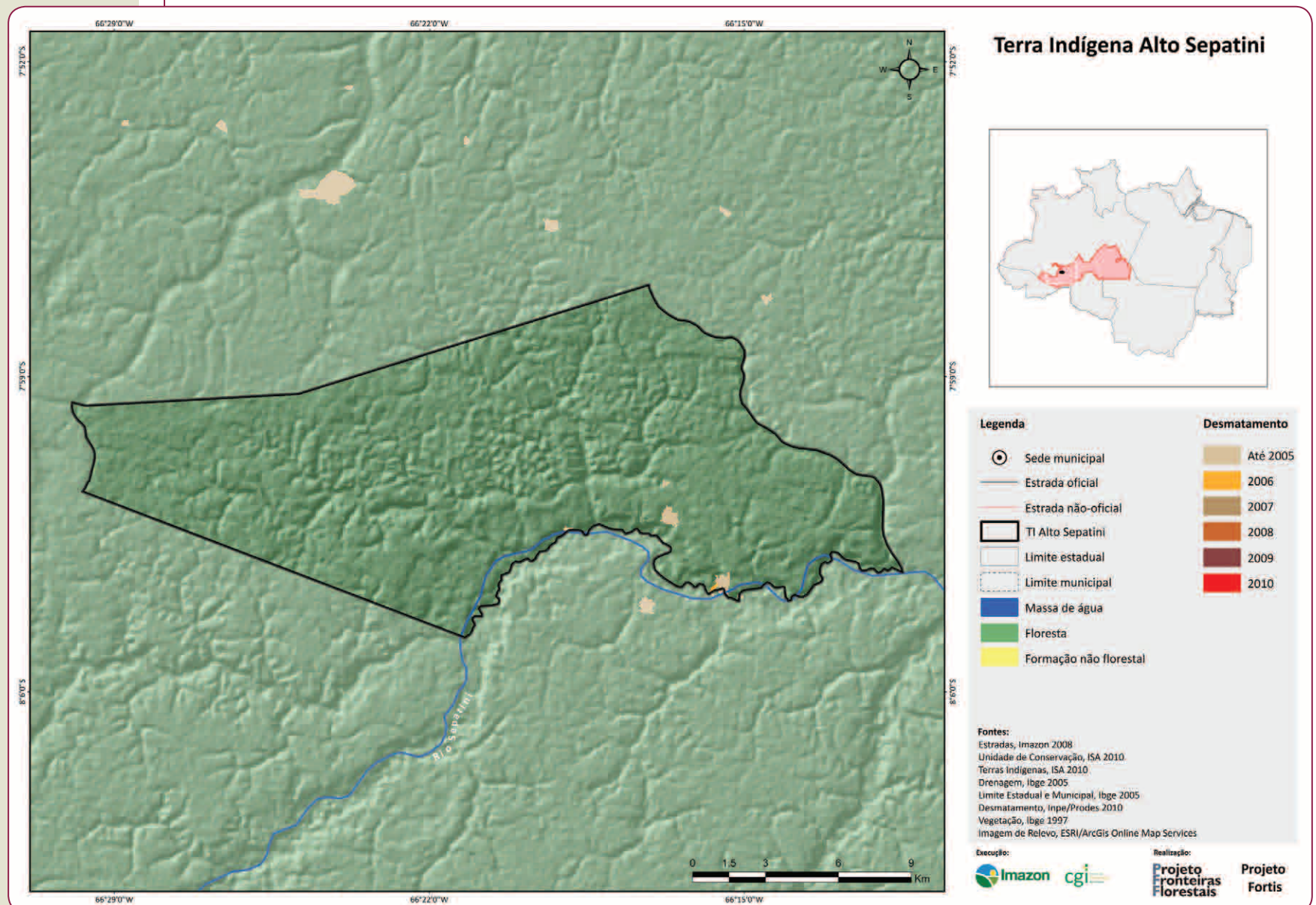
Fontes: Brasil, 1997b; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,89 km², equivalente a 0,34% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foi detectado apenas um incremento anual de 0,06 km² em 2006.

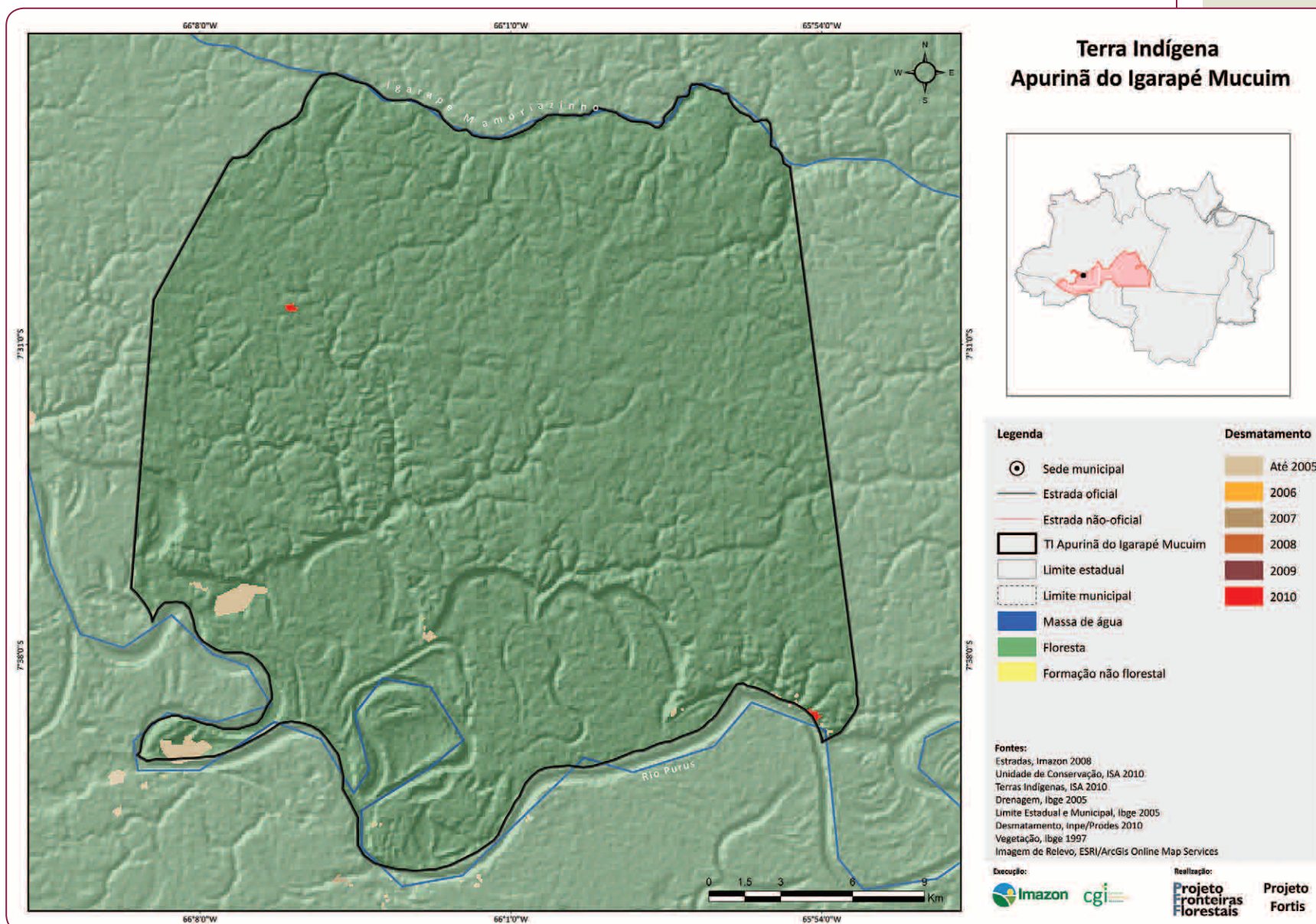
Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,83
2006	0,06
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,89

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 35. Terra Indígena Alto Sepatini, Lábrea/AM.

TERRA INDÍGENA APURINÃ DO IGARAPÉ MUCUIM



Mapa 36. Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucuí, Lábrea/AM.

Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM.
Área: 733,5 km².
Situação jurídica: Homologada em 2010.
Povo: Apurinã.
População: 89 pessoas (Funai/Lábrea, 2006).
Fontes: Brasil, 2010b; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 3,99 km², equivalente a 0,54% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados pequenos incrementos anuais em 2006, 2009 e 2010.

Anos	Área (km²)
Até 2005	3,62
2006	0,01
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	0,08
2010	0,28
Total	3,99

Fonte: Inpe/Prodes.

TERRA INDÍGENA APURINÃ KM124-BR317

Características Gerais:

Localização: Boca do Acre e Lábrea/AM.

Área: 422 km².

Situação jurídica: Homologada em 1991.

Povo: Apurinã.

População: 209 pessoas (Funai/Rio Branco, 2009).

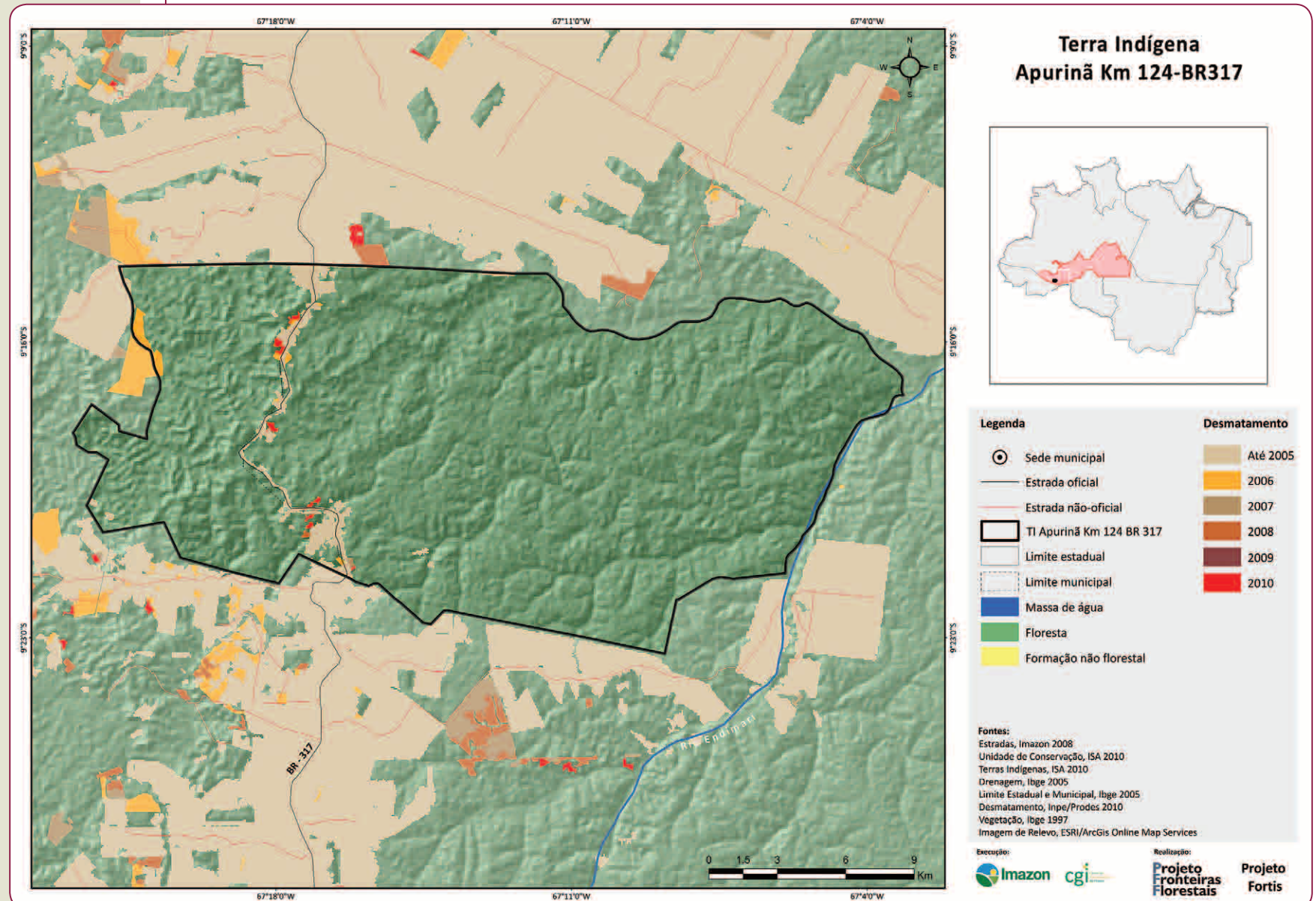
Fontes: Brasil, 1991a; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 12,57 km², equivalente a 2,98% da área total da TI. Nos últimos cinco anos, detectou-se desmatamentos anuais, com maior alta em 2006 (1,62 km²) seguida pela de 2010 (0,79 km²).

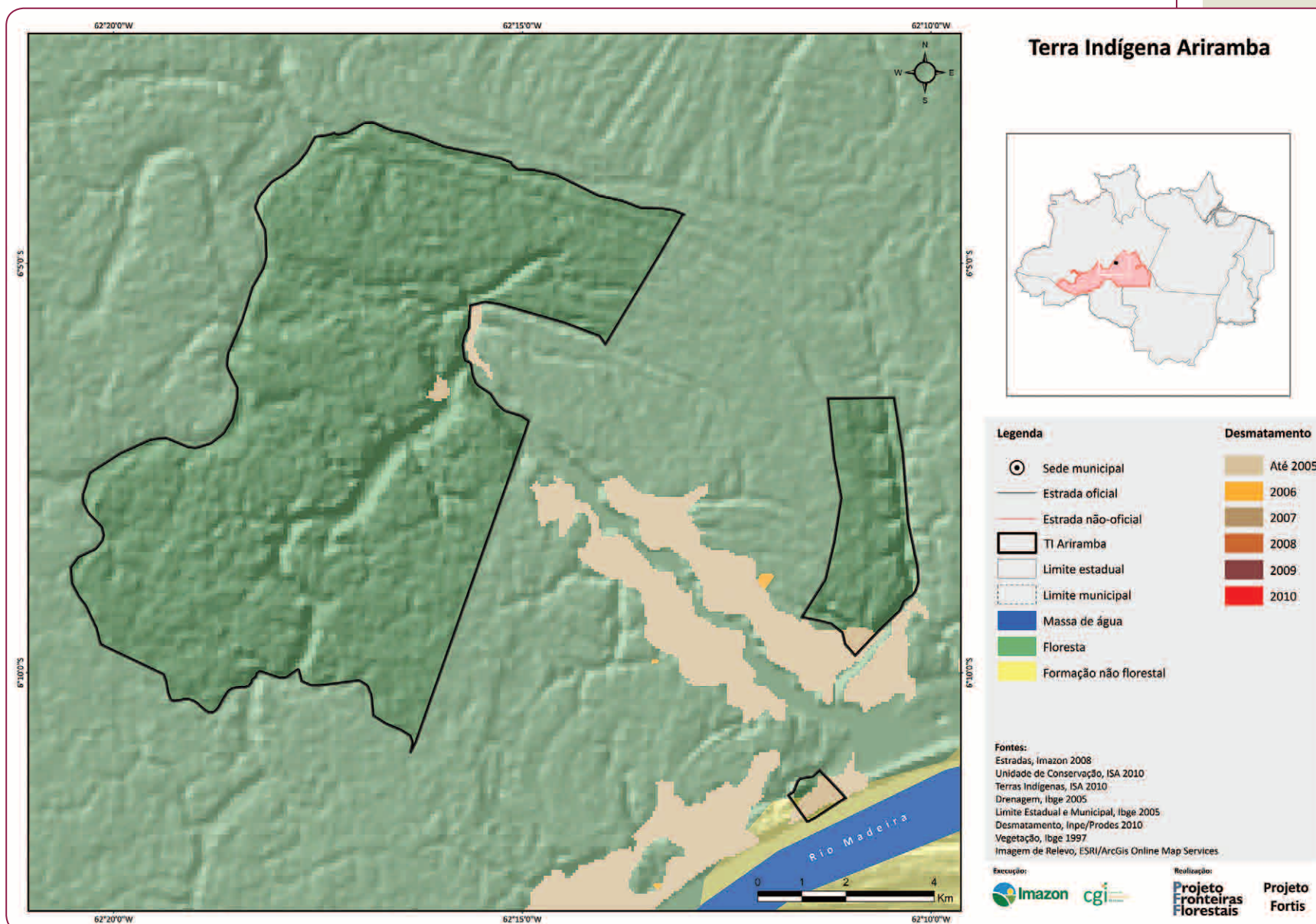
Anos	Área (km²)
Até 2005	9,66
2006	1,62
2007	0,19
2008	0,13
2009	0,18
2010	0,79
Total	12,57

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 37. Terra Indígena Apurinã Km124-BR317, Boca do Acre e Lábrea/AM.

TERRA INDÍGENA ARIRAMBA



Características Gerais:

Localização: Manicoré/AM.
 Área: 103,6 km².
 Situação jurídica: Homologada em 2001.
 Povo: Mura.
 População: 73 pessoas (Funai, 1996).
 Fontes: Brasil, 2001b; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,99 km², equivalente a 0,96% da área total da TI. Nenhum desmatamento foi detectado nos últimos cinco anos.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,99
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,99

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 38. Terra Indígena Ariramba, Manicoré/AM.

TERRA INDÍGENA BANAWÁ

Características Gerais:

Localização: Canutama, Lábrea e Tapauá/AM.

Área: 1.957 km².

Situação jurídica: Declarada em 2004.

Povo: Banawá.

População: 192 pessoas (Funai/Purus, 2010).

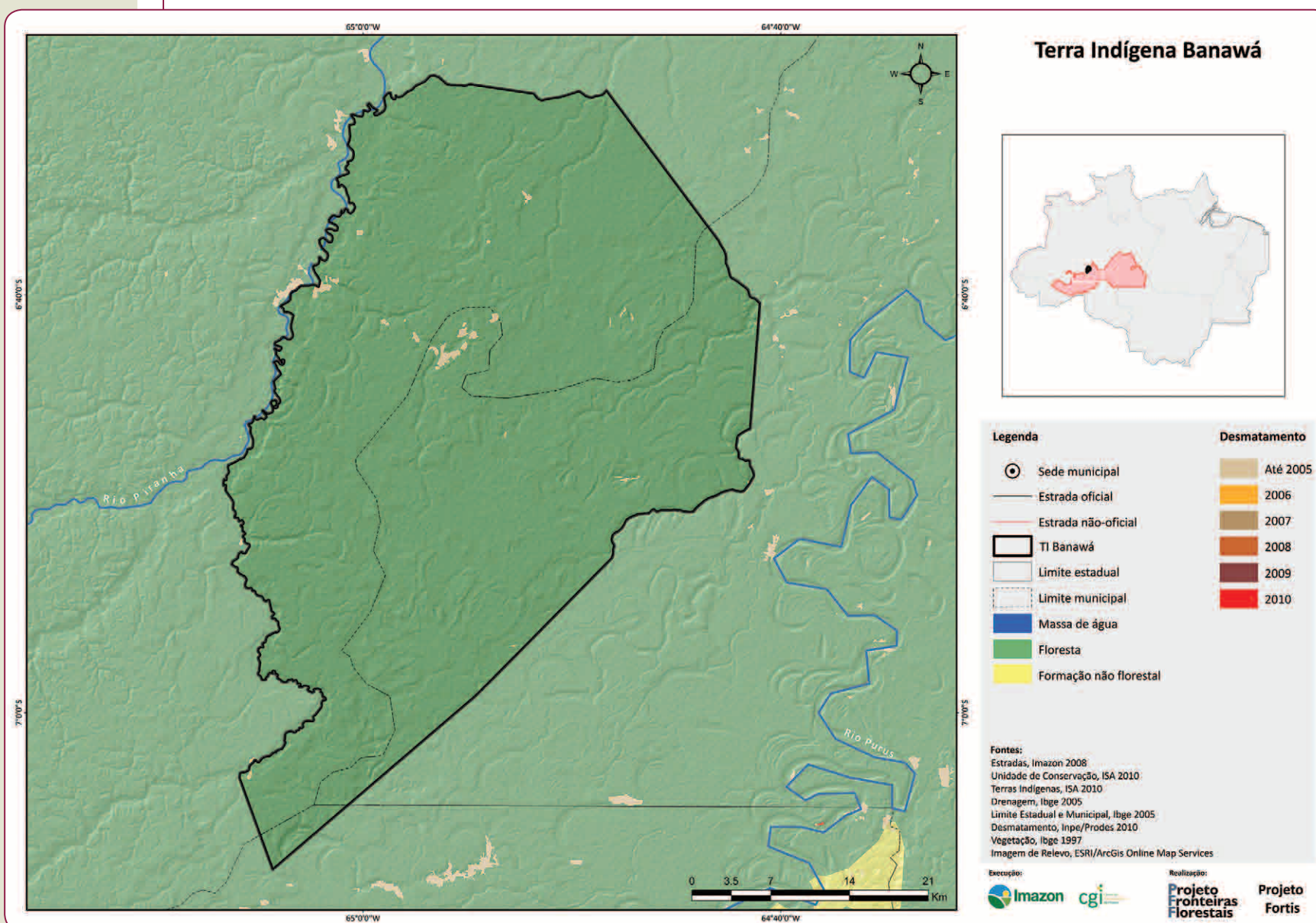
Fontes: Ministério de Estado da Justiça, 2004; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 7,61 km², equivalente a 0,39% da área total da TI. Nenhum desmatamento foi detectado nos últimos cinco anos.

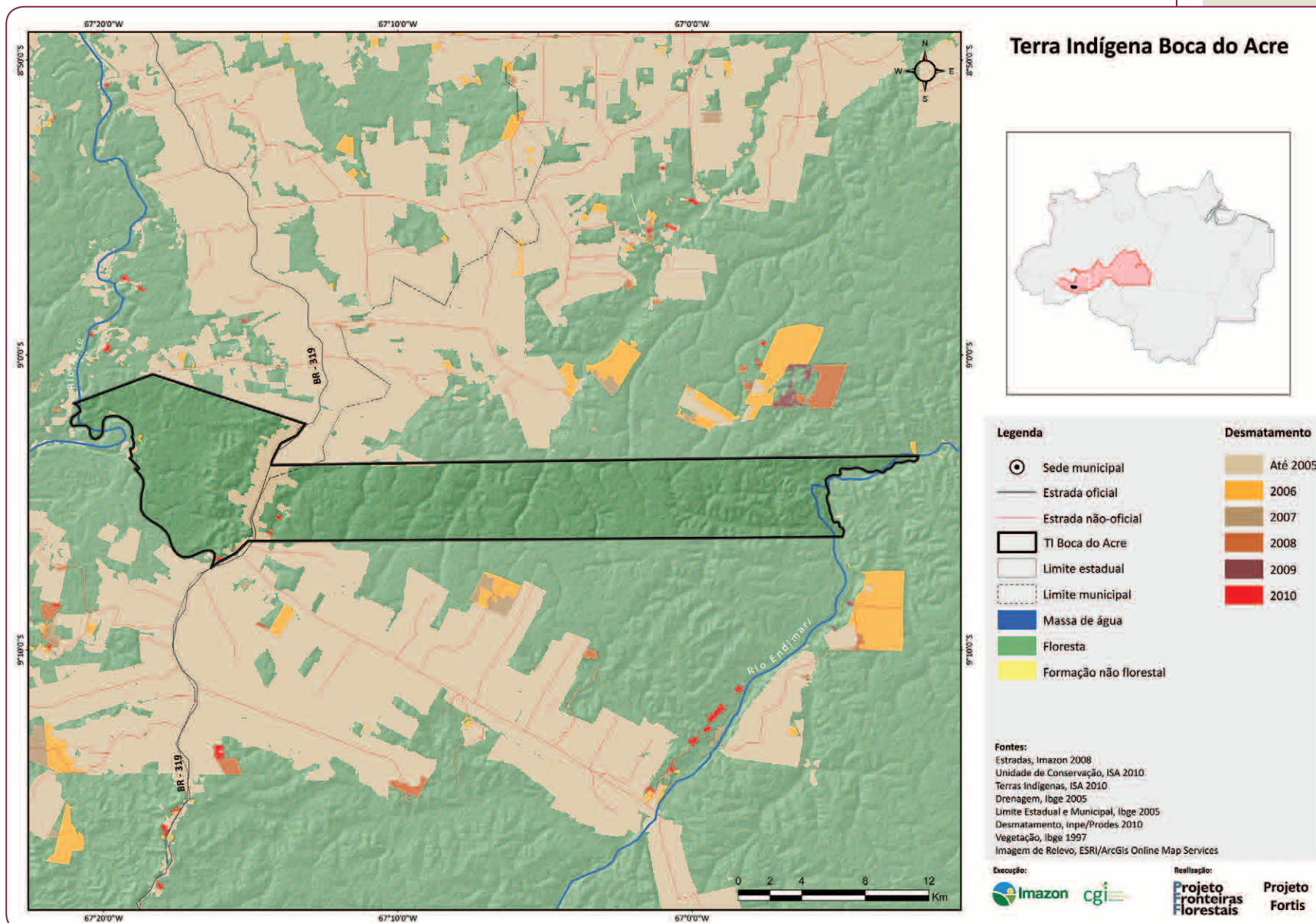
Anos	Área (km ²)
Até 2005	7,61
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	7,61

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 39. Terra Indígena Banawá, Canutama, Lábrea e Tapauá/AM.

TERRA INDÍGENA BOCA DO ACRE



Características Gerais:

Localização: Boca do Acre e Lábrea/AM.
Área: 262,4 km².
Situação jurídica: Homologada em 1991.
Povo: Apurinã.
População: 248 pessoas (Funai/Rio Branco, 2002).
Fontes: Brasil, 1991b; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 15,04 km², equivalente a 5,92% da área total da TI. Pequenos incrementos anuais foram detectados nos últimos cinco anos, exceto em 2008, com pico em 2010 (0,25 km²).

Anos	Área (km ²)
Até 2005	15,04
2006	0,09
2007	0,07
2008	Não detectado
2009	0,08
2010	0,25
Total	15,53

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 40. Terra Indígena Boca do Acre, Boca do Acre e Lábrea/AM.

TERRA INDÍGENA CAITITU

Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM.

Área: 3.080,6 km².

Situação jurídica: Homologada em 1991.

Povos: Apurinã, Jamamadi e Paumari.

População: 1.022 pessoas (Funai/Purus, 2010).

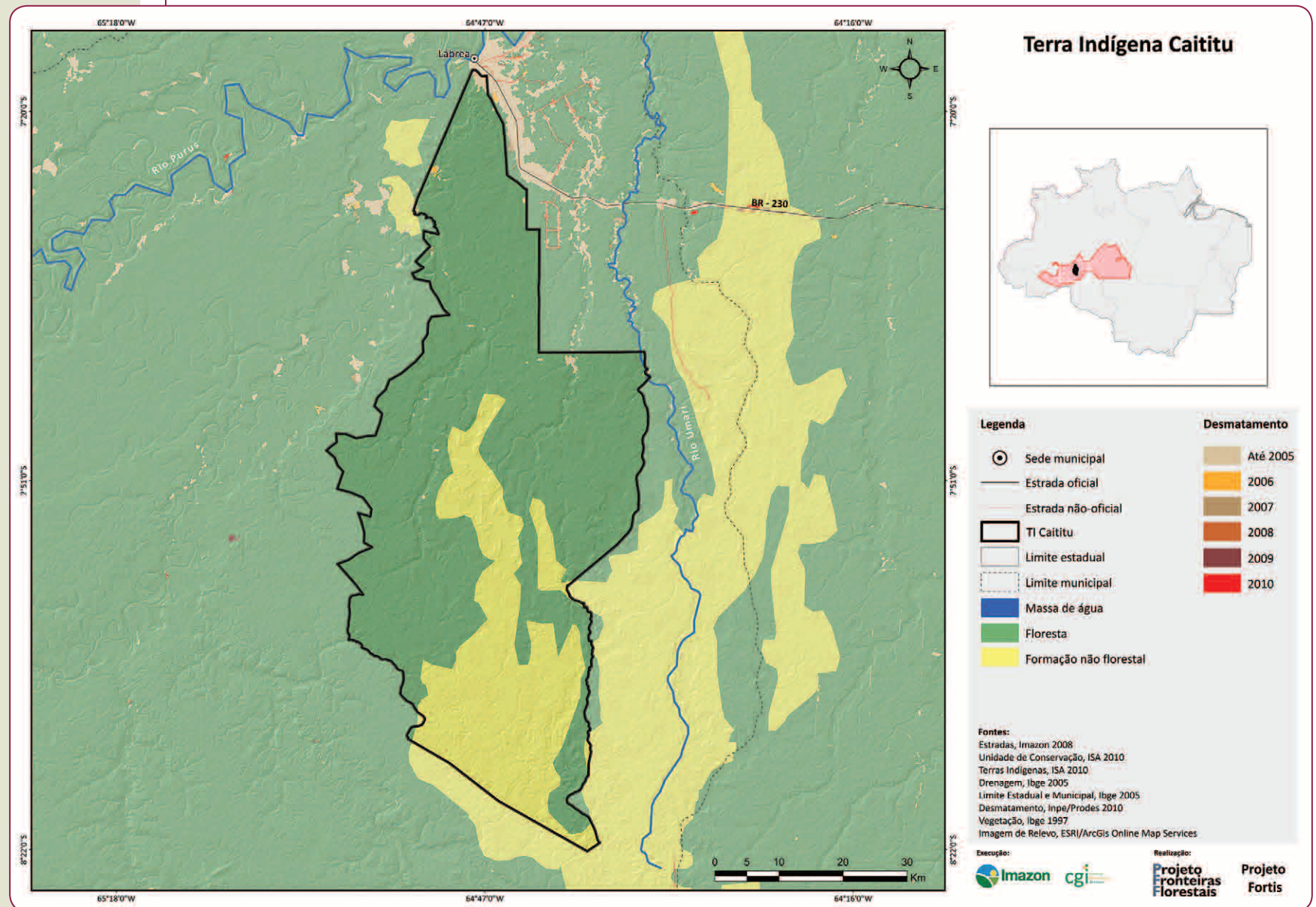
Fontes: Brasil, 1991c; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 13,74 km², equivalente a 0,45% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados desmatamentos anuais decrescentes de 2006 a 2008.

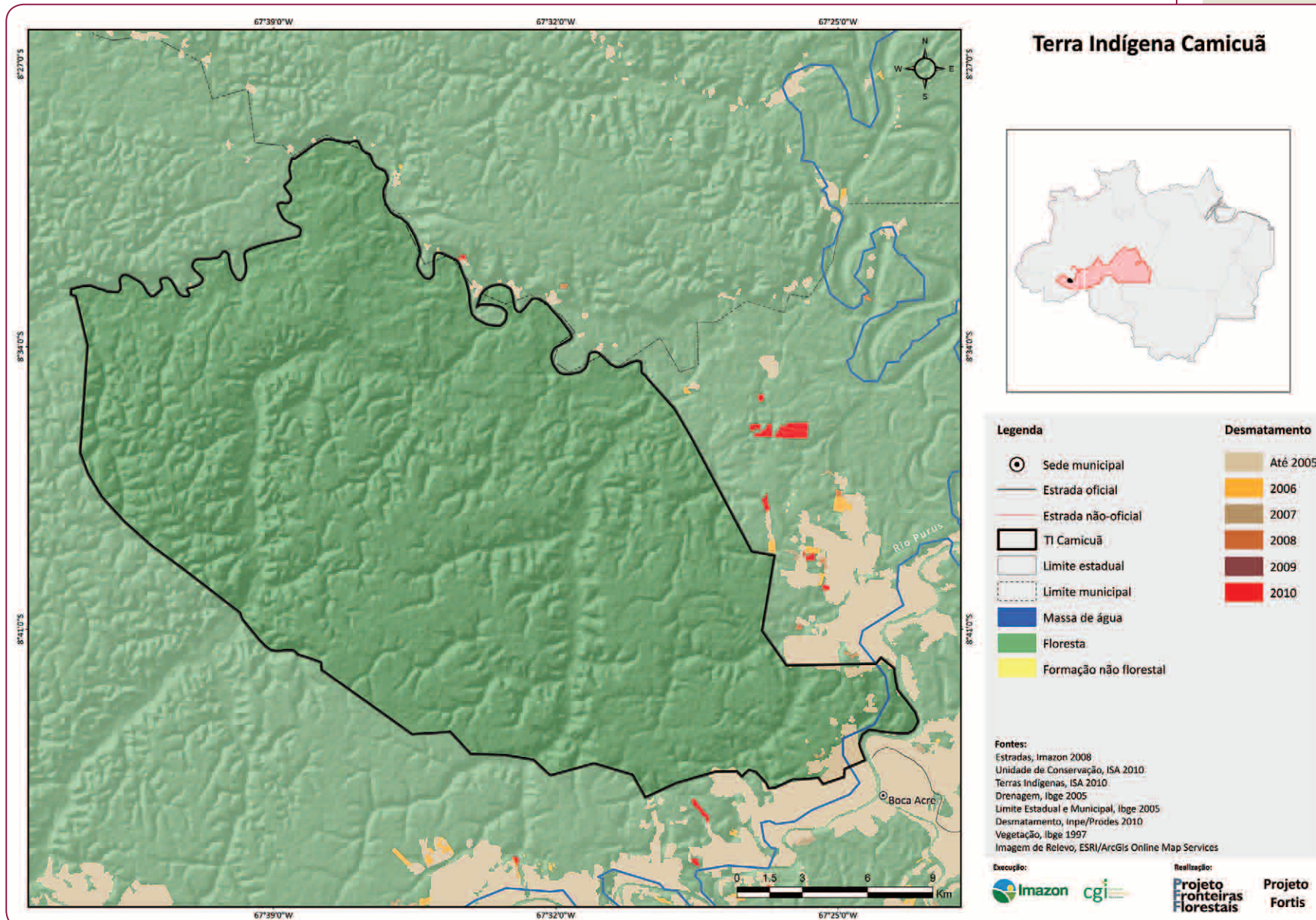
Anos	Área (km ²)
Até 2005	12,54
2006	0,82
2007	0,33
2008	0,05
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	13,74

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 41. Terra Indígena Caititu, Lábrea/AM.

TERRA INDÍGENA CAMICUÃ



Características Gerais:

Localização: Boca do Acre/AM.
Área: 585,2 km².
Situação jurídica: Homologada em 1991.
Povo: Apurinã.
População: 454 pessoas (Funai/Rio Branco, 2002).
Fontes: Brasil, 1991d; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 5,2 km², equivalente a 0,89% da área total da TI. Nos últimos cinco anos, detectou-se incremento anual apenas em 2007, igual a 0,07 km².

Anos	Área (km ²)
Até 2005	5,13
2006	Não detectado
2007	0,07
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	5,20

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 42. Terra Indígena Camicuã, Boca do Acre/AM.

TERRA INDÍGENA DENI

Características Gerais:

Localização: Itamarati, Tapauá, Lábrea e Pauini/AM.

Área: 15.313 km².

Situação jurídica: Homologada em 2004.

Povos: Deni e Kulina.

População: 590 pessoas (Funai/Purus, 2010).

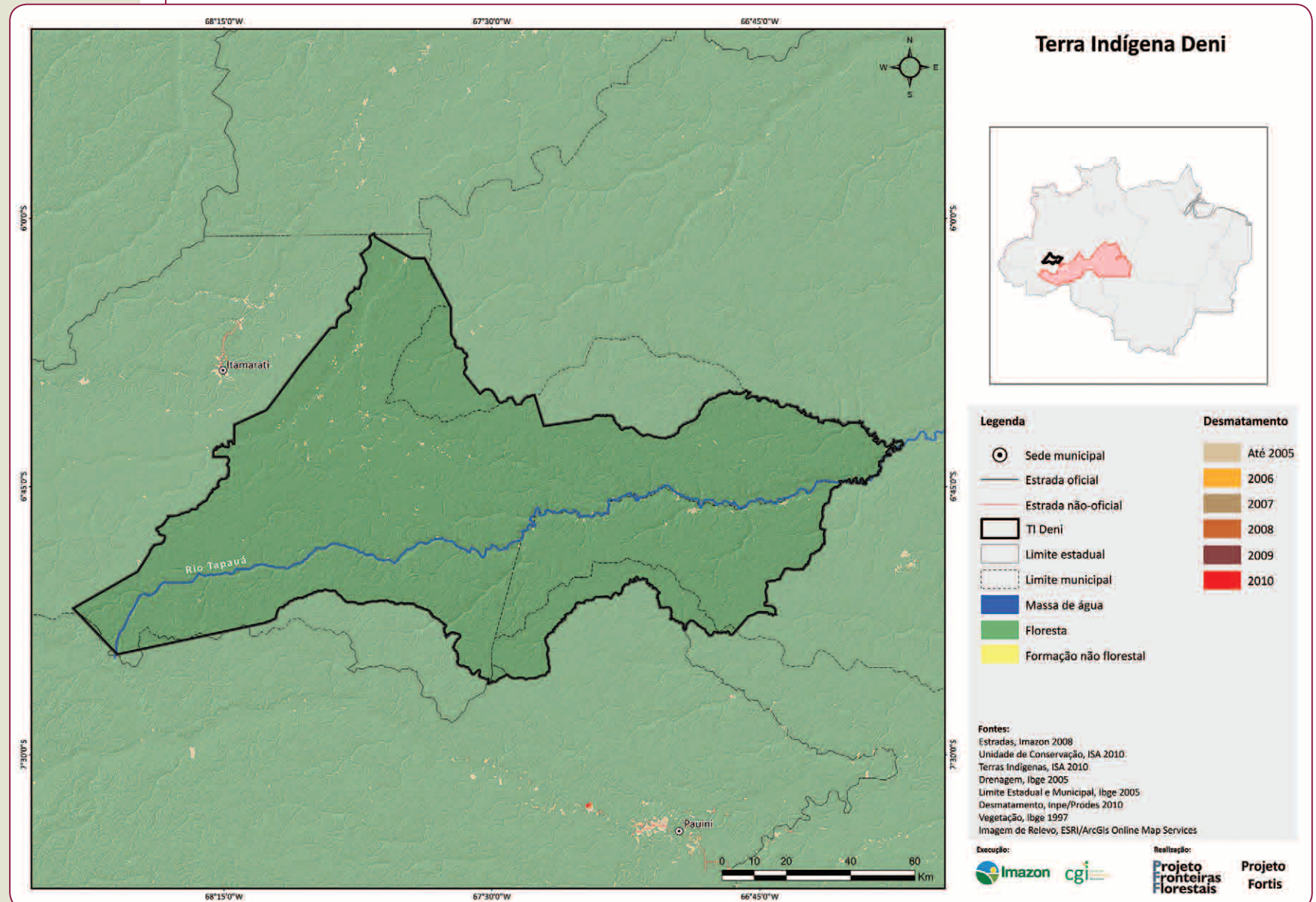
Fontes: Brasil, 2004b; Brasil, 2006d; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 56,49 km², equivalente a 0,37% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados desmatamentos anuais, com pico de 1,1 km² em 2010.

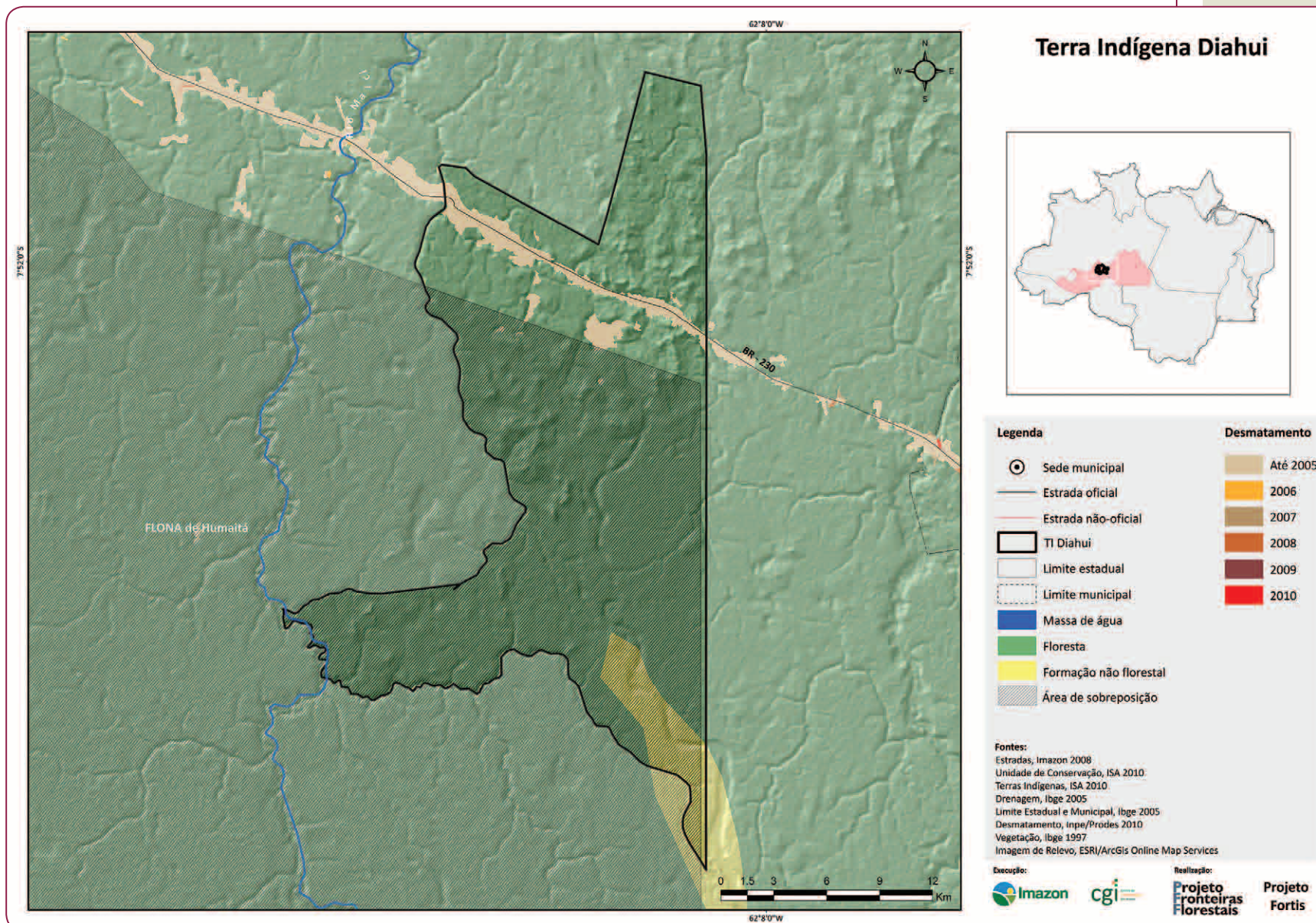
Anos	Área (km ²)
Até 2005	53,23
2006	0,93
2007	0,33
2008	0,70
2009	0,20
2010	1,10
Total	56,49

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 43. Terra Indígena Deni, Itamarati, Tapauá, Lábrea e Pauini/AM.

TERRA INDÍGENA DIAHUI



Características Gerais:

Localização: Humaitá/AM.

Área: 473,5 km².

Situação jurídica: Homologada em 2004.

Povo: Jiahui.

População: 77 pessoas (Funai/Madeira, 2010).

Sobreposição: 67% com Floresta Nacional de Humaitá.

Fontes: Brasil, 2004c; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 18,87 km², equivalente a 3,98% da área total da TI. Nenhum desmatamento foi detectado nos últimos cinco anos.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	18,87
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	18,87

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 44. Terra Indígena Diahui, Humaitá/AM.

TERRA INDÍGENA HI MERIMÃ

Características Gerais:

Localização: Lábrea e Tapauá/AM.

Área: 6.778,4 km².

Situação jurídica: Homologada em 2005.

Povo: Isolados Marimã.

População: Sem informação.

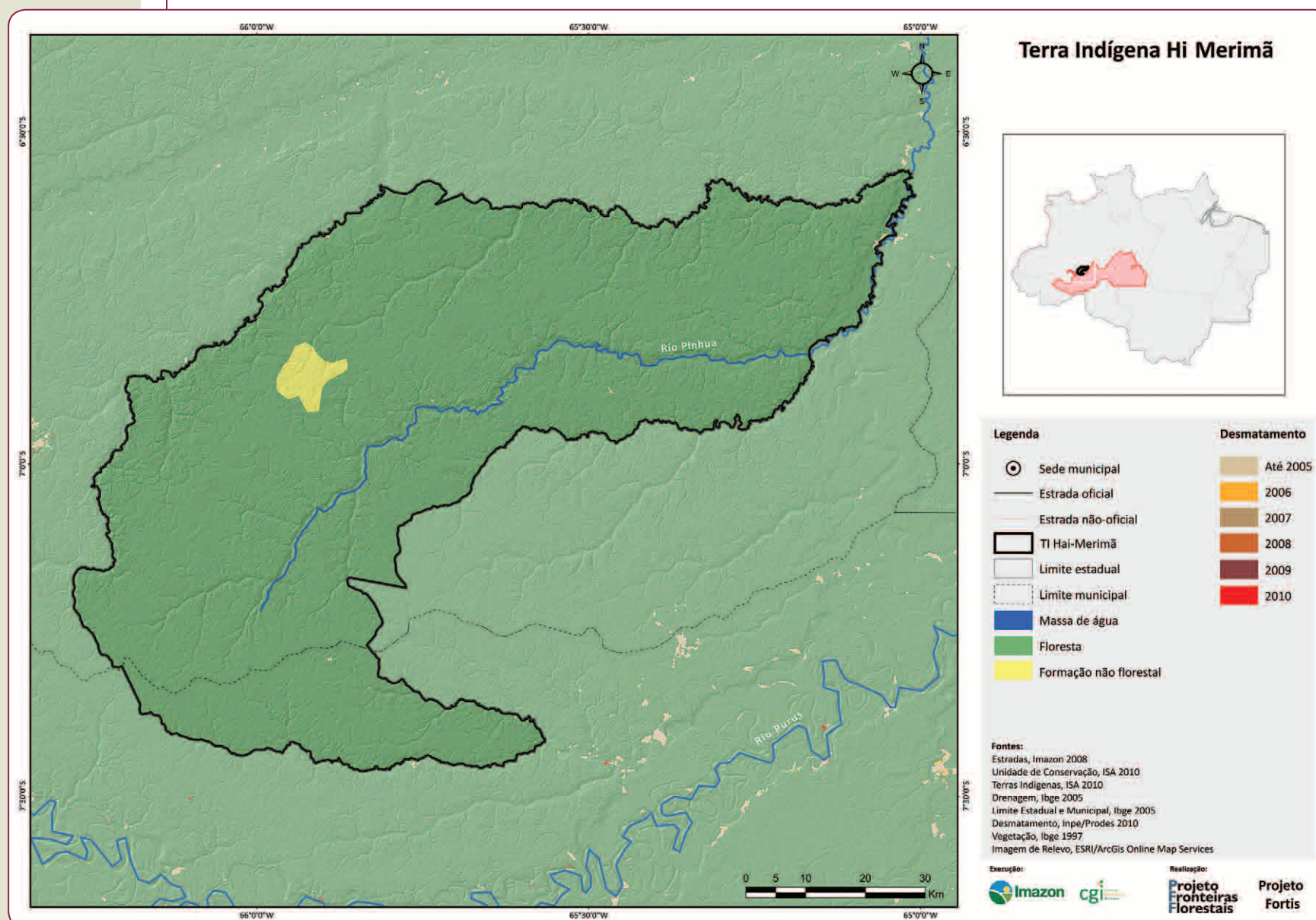
Fontes: Brasil, 2005b; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 4,68 km², equivalente a 0,07% da área total da TI. Nenhum desmatamento foi detectado nos últimos cinco anos.

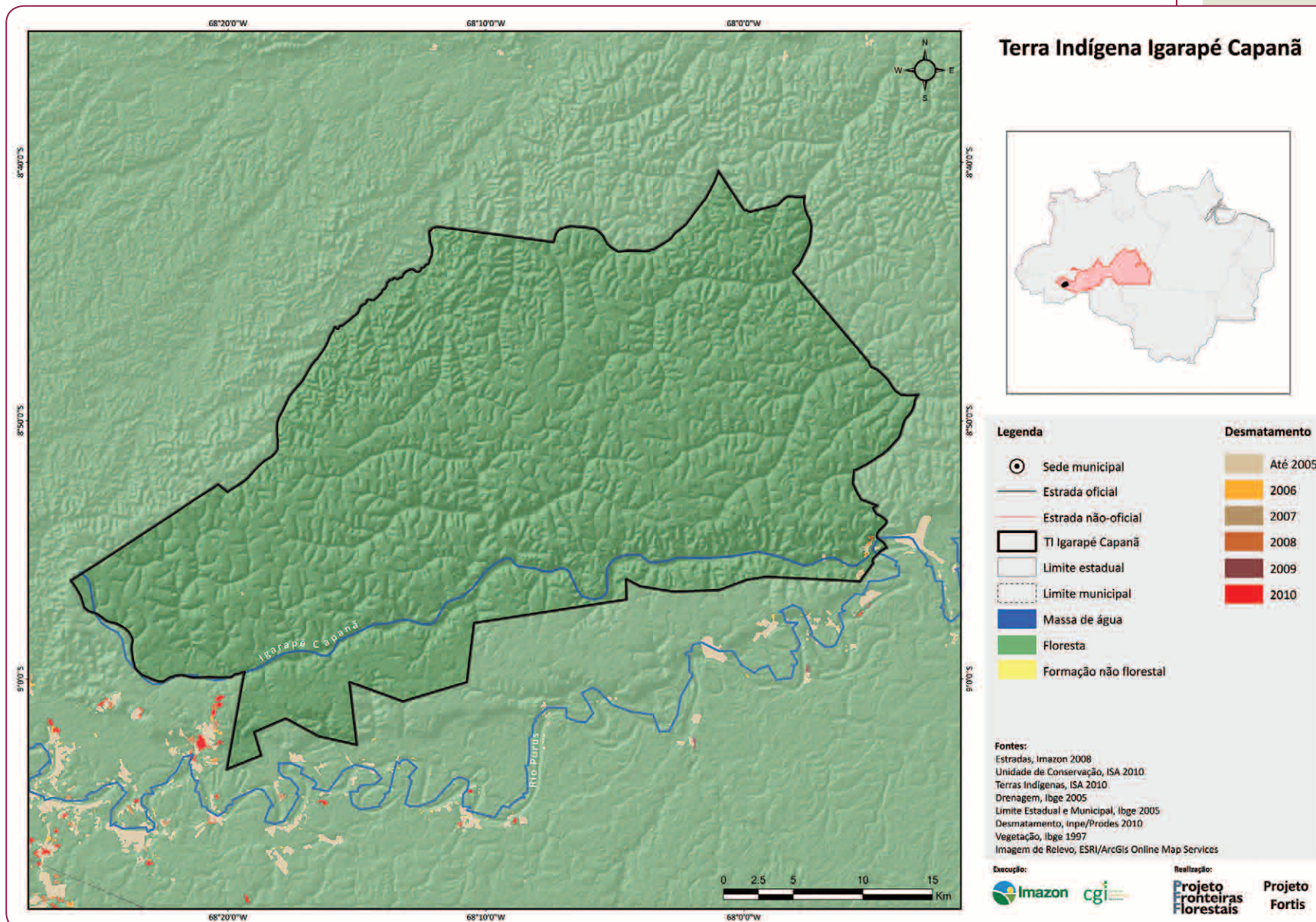
Anos	Área (km ²)
Até 2005	4,68
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	4,68

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 45. Terra Indígena Hi Merimã, Lábrea e Tapauá/AM.

TERRA INDÍGENA IGARAPÉ CAPANÃ



Características Gerais:

Localização: Boca do Acre/AM.
 Área: 1.225,6 km².
 Situação jurídica: Homologada em 1997.
 Povo: Jamamadi.
 População: 40 pessoas (Funai, 1999).
 Fontes: Brasil, 1997c; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 1,19 km², equivalente a 0,1% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados pequenos incrementos no desmatamento em 2006, 2009 e 2010.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,87
2006	0,12
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	0,11
2010	0,09
Total	1,19

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 46. Terra Indígena Igarapé Capanã, Boca do Acre/AM.

TERRA INDÍGENA INAUINI/TEUINI

Características Gerais:

Localização: Boca do Acre e Pauini/AM.

Área: 4.690 km².

Situação jurídica: Homologada em 1997 (Decreto s/nº, de 03/11/1997)

Povo: Jamamadi.

População: 107 pessoas (Funai/Rio Branco, 1993).

Sobreposições:

13% com Flona Purus;

1% com Flona Mapiá-Inauini.

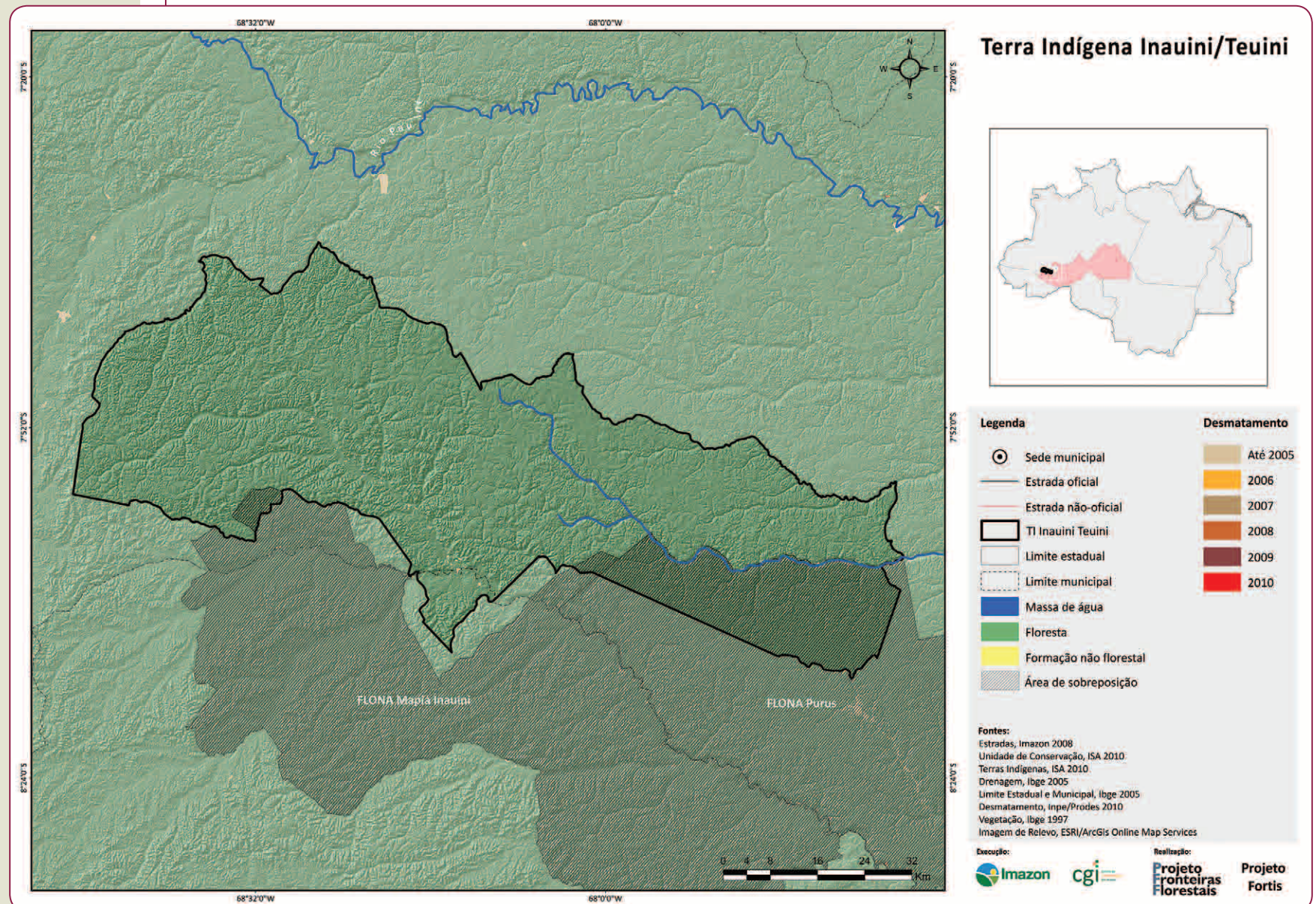
Fontes: Brasil, 1997d; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 5,85 km², equivalente a 0,12% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados apenas pequenos incrementos no desmatamento em 2006 e 2009.

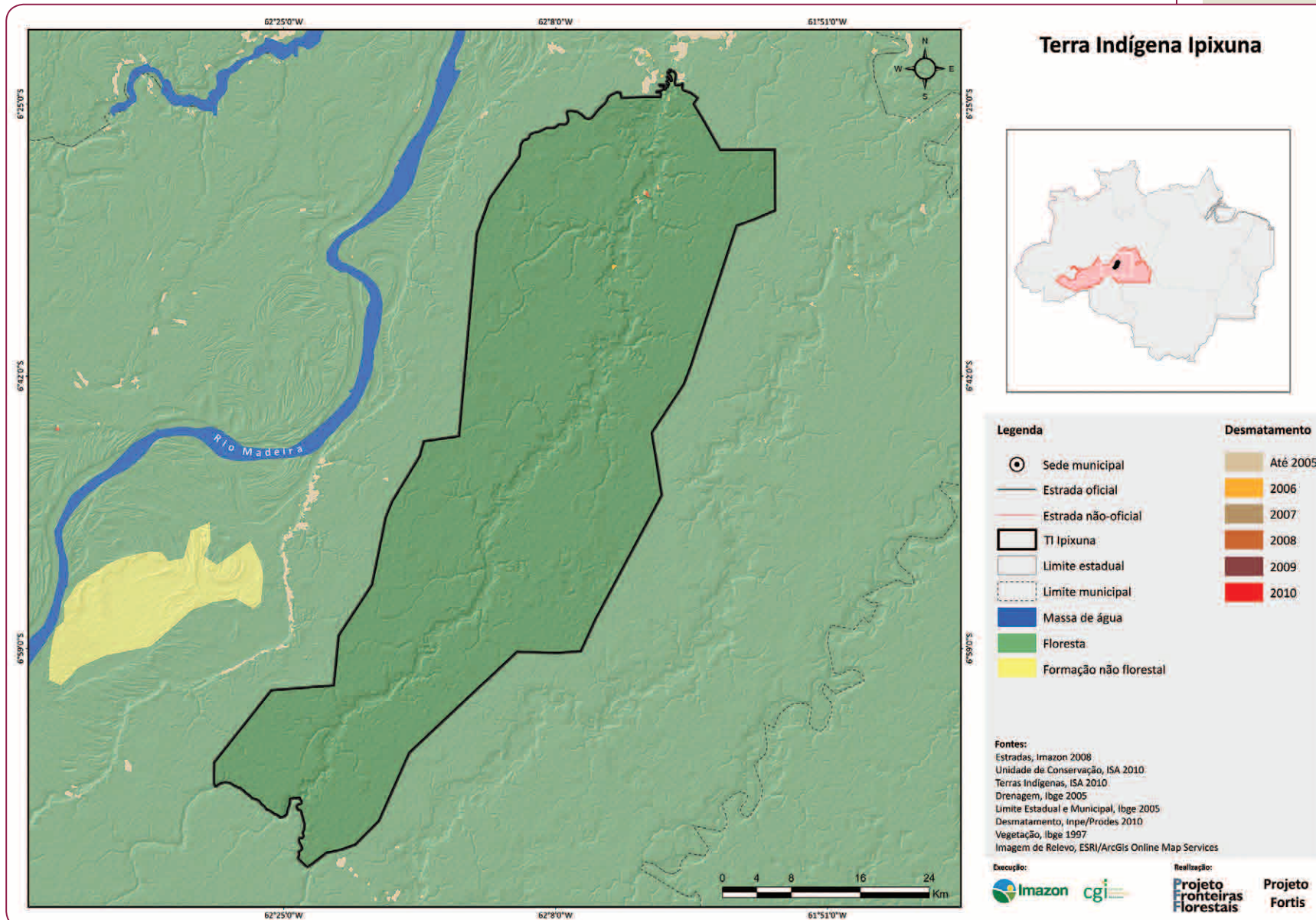
Anos	Área (km ²)
Até 2005	5,62
2006	0,03
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	0,2
2010	Não detectado
Total	5,85

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 47. Terra Indígena Inauini/Teuini, Boca do Acre e Pauini/AM.

TERRA INDÍGENA IPIXUNA



Características Gerais:

Localização: Humaitá/AM.
Área: 2.153,6 km².
Situação jurídica: Homologada em 1997.
Povo: Parintintin.
População: 62 pessoas (Funai/Madeira, 2010).
Fontes: Brasil, 1997e; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 1,14 km², equivalente a 0,05% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados apenas pequenos incrementos no desmatamento em 2006, 2009 e 2010.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,73
2006	0,21
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	0,08
2010	0,12
Total	1,14

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 48. Terra Indígena Ipixuna, Humaitá/AM.

TERRA INDÍGENA JACAREÚBA/KATAUIXI

Características Gerais:

Localização: Canutama e Lábrea/AM.

Área: 4.534 km².

Situação jurídica: Com restrição de uso em 2010.

Povo: Isolados Katawixi.

População: Sem informação.

Sobreposição:

89% com Parna Mapinguari;

4% com Resex Ituxi.

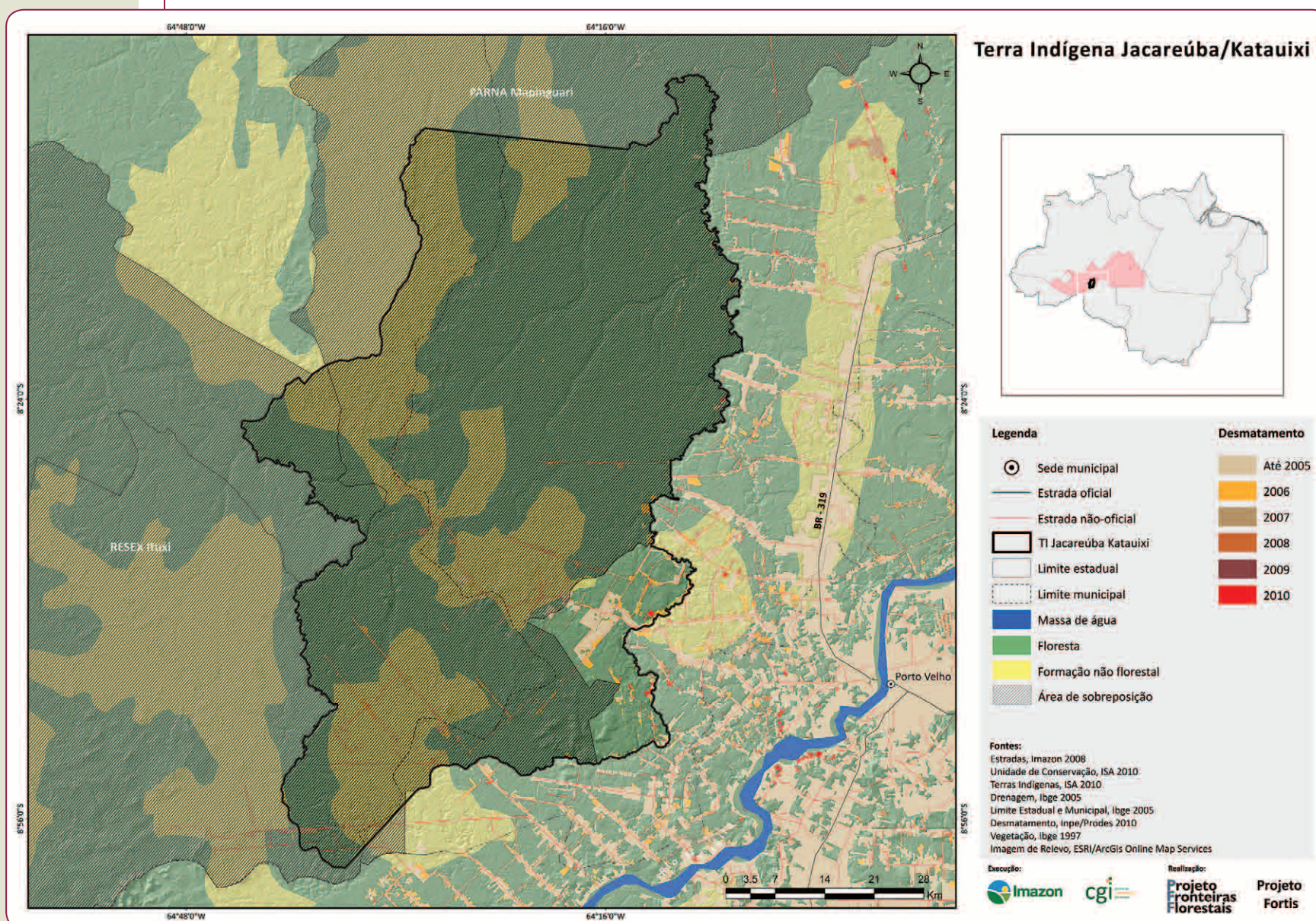
Fontes: Funai, 2010; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 76,08 km², equivalente a 1,68% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados grandes desmatamentos em 2006 e 2007 e incrementos bem menores em 2009 e 2010.

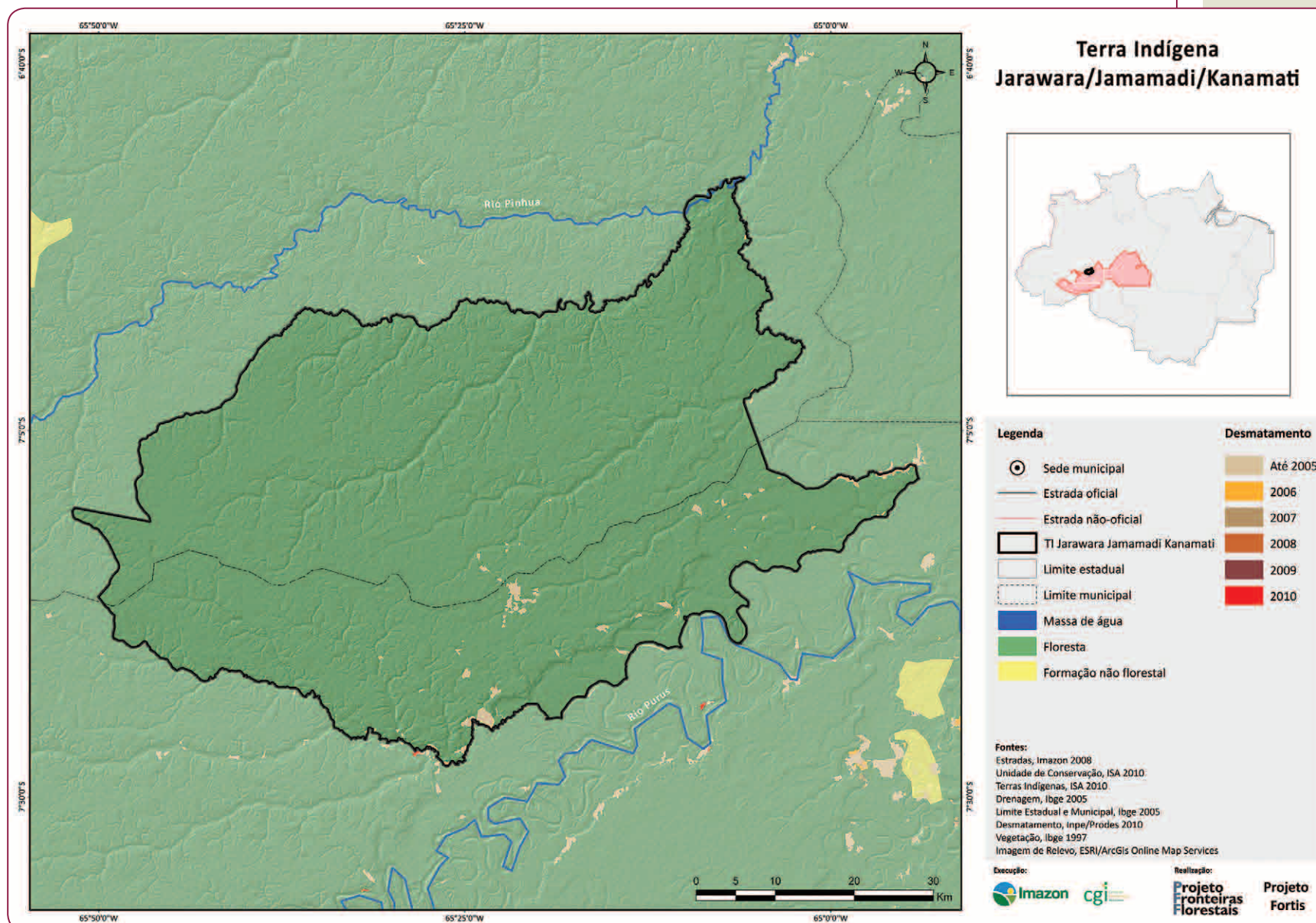
Anos	Área (km ²)
Até 2005	31,06
2006	23,37
2007	16,48
2008	Não detectado
2009	2,21
2010	2,96
Total	76,08

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 49. Terra Indígena Jacareúba/Katauixi, Canutama e Lábrea/AM.

TERRA INDÍGENA JARAWARA/JAMAMADI/KANAMATI



Características Gerais:

Localização: Lábrea e Tapauá/AM.
Área: 3.902,3 km².
Situação jurídica: Homologada em 1998.
Povos: Jamamadi, Jarawara.
População: 530 pessoas (Funai/Purus, 2010).
Fontes: Brasil, 1998b; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 28,91 km², equivalente a 0,74% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados pequenos incrementos anuais em 2007, 2008 e 2009.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	28,59
2006	Não detectado
2007	0,07
2008	0,13
2009	0,12
2010	Não detectado
Total	28,91

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 50. Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, Lábrea e Tapauá/AM.

TERRA INDÍGENA JUMA

Características Gerais:

Localização: Canutama/AM.

Área: 383,5 km².

Situação jurídica: Homologada em 2004 (Decreto s/nº, de 19/04/2004).

Povo: Juma.

População: Sem informação.

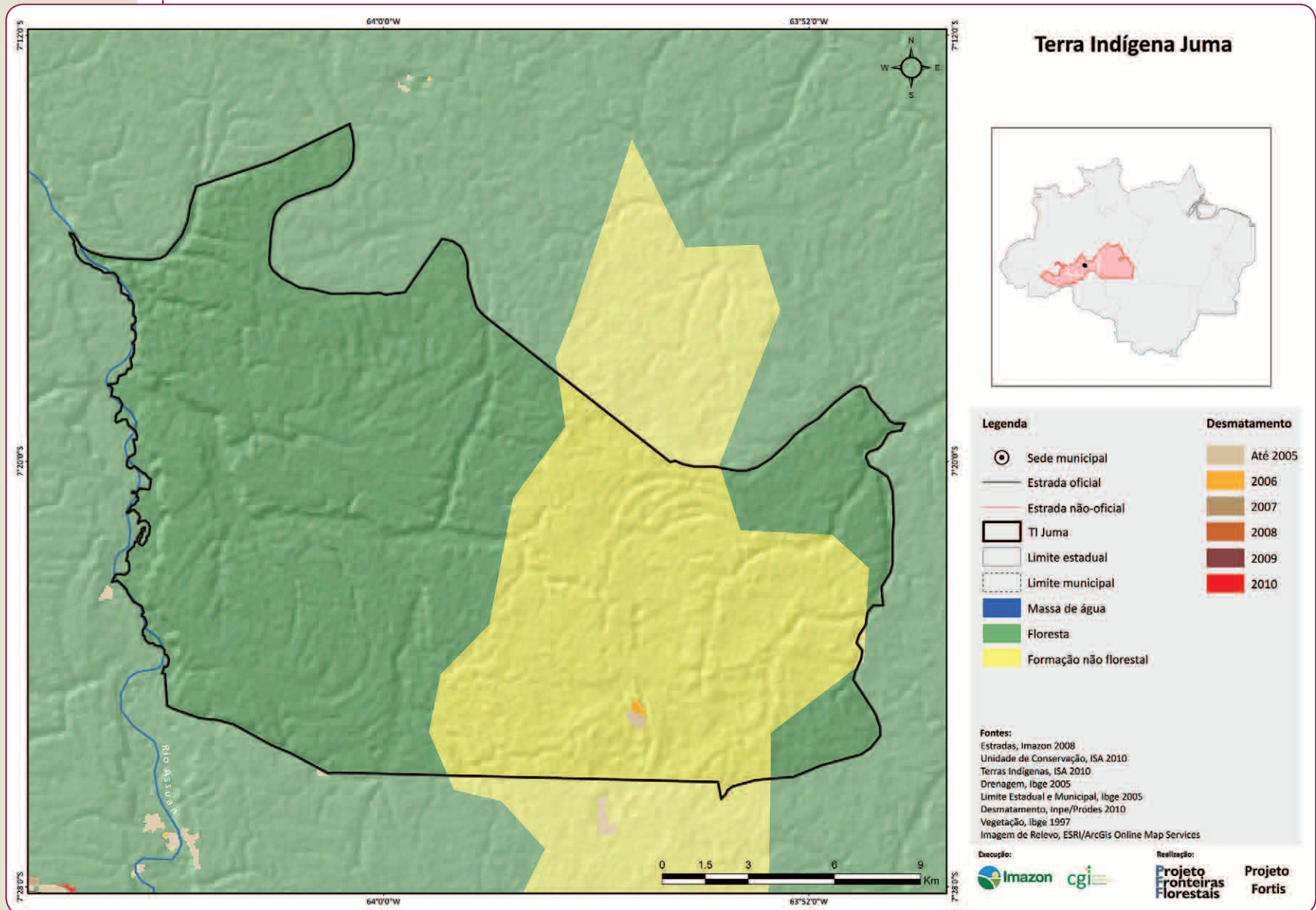
Fontes: Brasil, 2004d; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,46 km², equivalente a 0,12% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foi detectado apenas um pequeno desmatamento em 2006, sem nova detecção nos quatro anos seguintes.

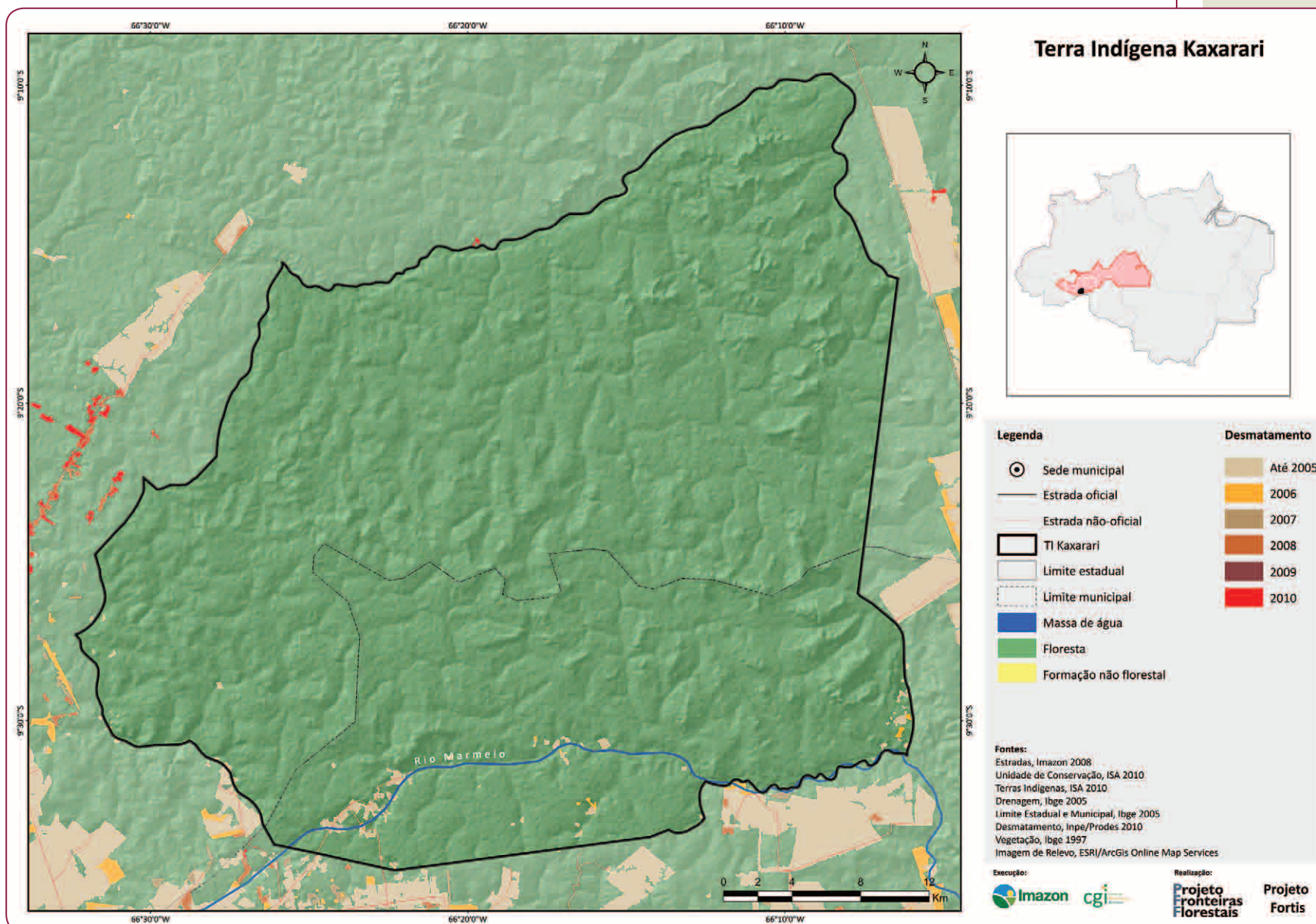
Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,30
2006	0,16
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,46

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 51. Terra Indígena Juma, Canutama/AM.

TERRA INDÍGENA KAXARARI



Mapa 52. Terra Indígena Kaxarari, Lábrea/AM e Porto Velho/RO.

Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM e Porto Velho/RO.

Área: 1.458,9 km².

Situação jurídica: Homologada em 1992.

Povo: Kaxarari.

População: 323 pessoas (Funasa, 2006).

Fontes: Brasil, 1992; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 8,33 km², equivalente a 0,57% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados pequenos incrementos anuais em 2006, 2009 e 2010.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	7,67
2006	0,45
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	0,20
2010	0,01
Total	8,33

Fonte: Inpe/Prodes.

TERRA INDÍGENA LAGO CAPANÃ

Características Gerais:

Localização: Manicoré/AM.

Área: 63,2 km².

Situação jurídica: Homologada em 2001.

Povo: Mura.

População: 28 pessoas (Funai, 1996).

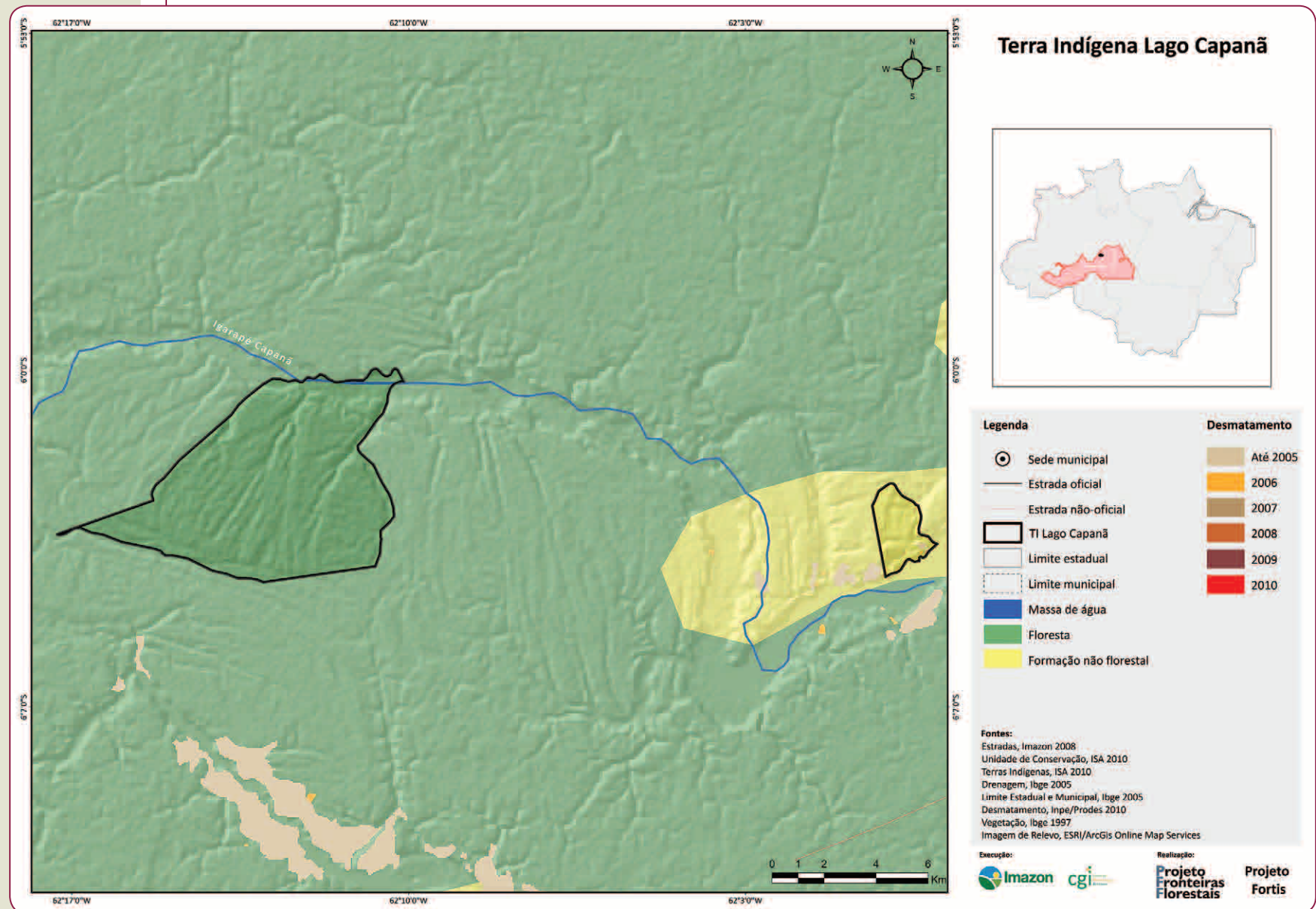
Fontes: Brasil, 2001c; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,07 km², equivalente a 0,11% da área total da TI. Nenhum desmatamento foi detectado nessa área nos últimos cinco anos.

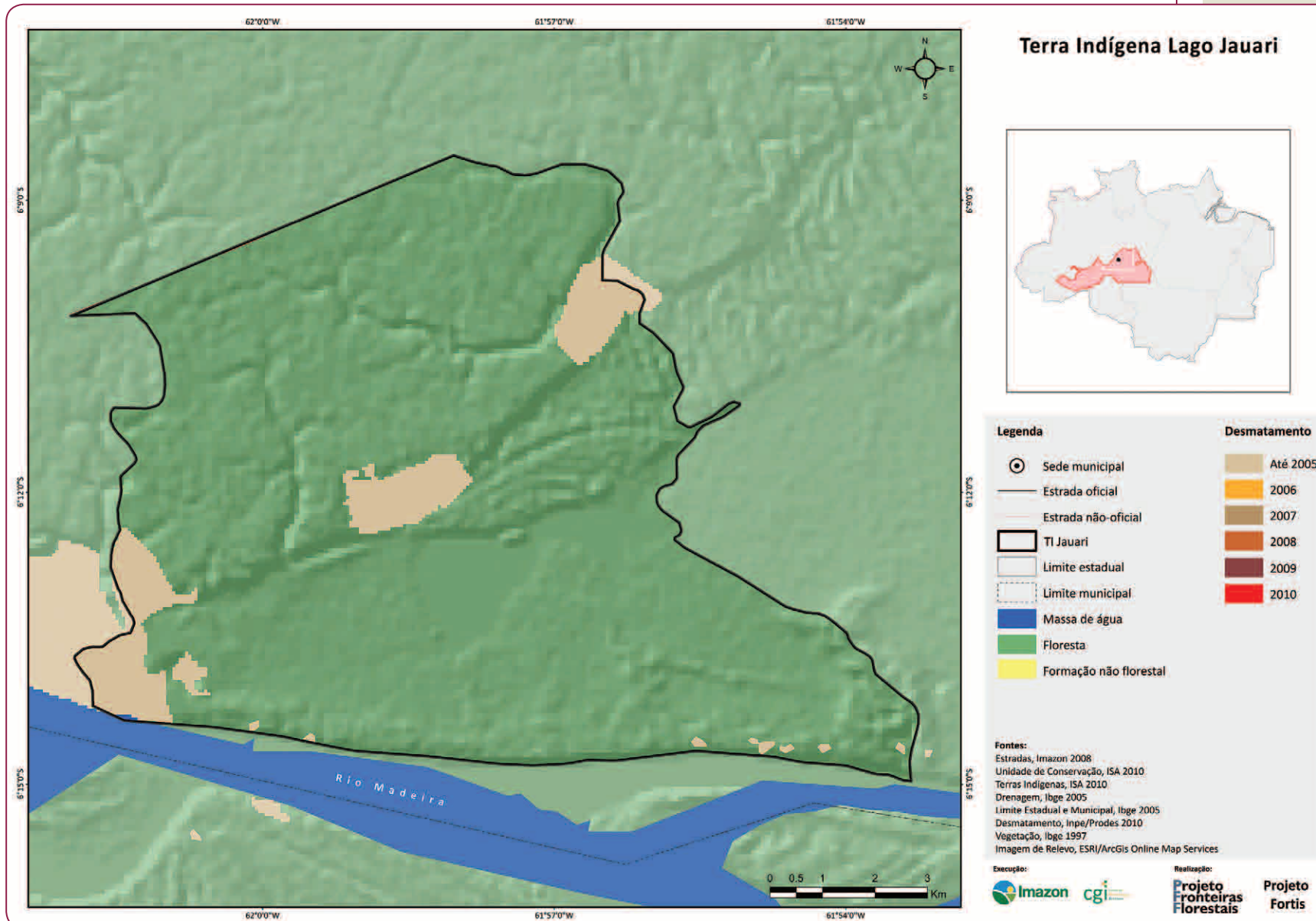
Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,07
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,07

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 53. Terra Indígena Lago Capanã, Manicoré/AM.

TERRA INDÍGENA LAGO JAUARI



Mapa 54. Terra Indígena Lago Jauari, Manicoré/AM.

Características Gerais:

Localização: Manicoré/AM.
Área: 120,2 km².
Situação jurídica: Homologada em 2004.
Povo: Mura.
População: 145 pessoas (Funai, 1996).
Fontes: Brasil, 2004e; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 8,88 km², equivalente a 7,39% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados pequenos incrementos anuais no desmatamento apenas em 2008 e 2010.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	8,13
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	0,07
2009	Não detectado
2010	0,68
Total	8,88

Fonte: Inpe/Prodes.

TERRA INDÍGENA NOVE DE JANEIRO

Características Gerais:

Localização: Humaitá/AM.

Área: 2.287,8 km².

Situação jurídica: Homologada em 1997.

Povo: Parintintin.

População: 206 pessoas (Funai/Madeira, 2010).

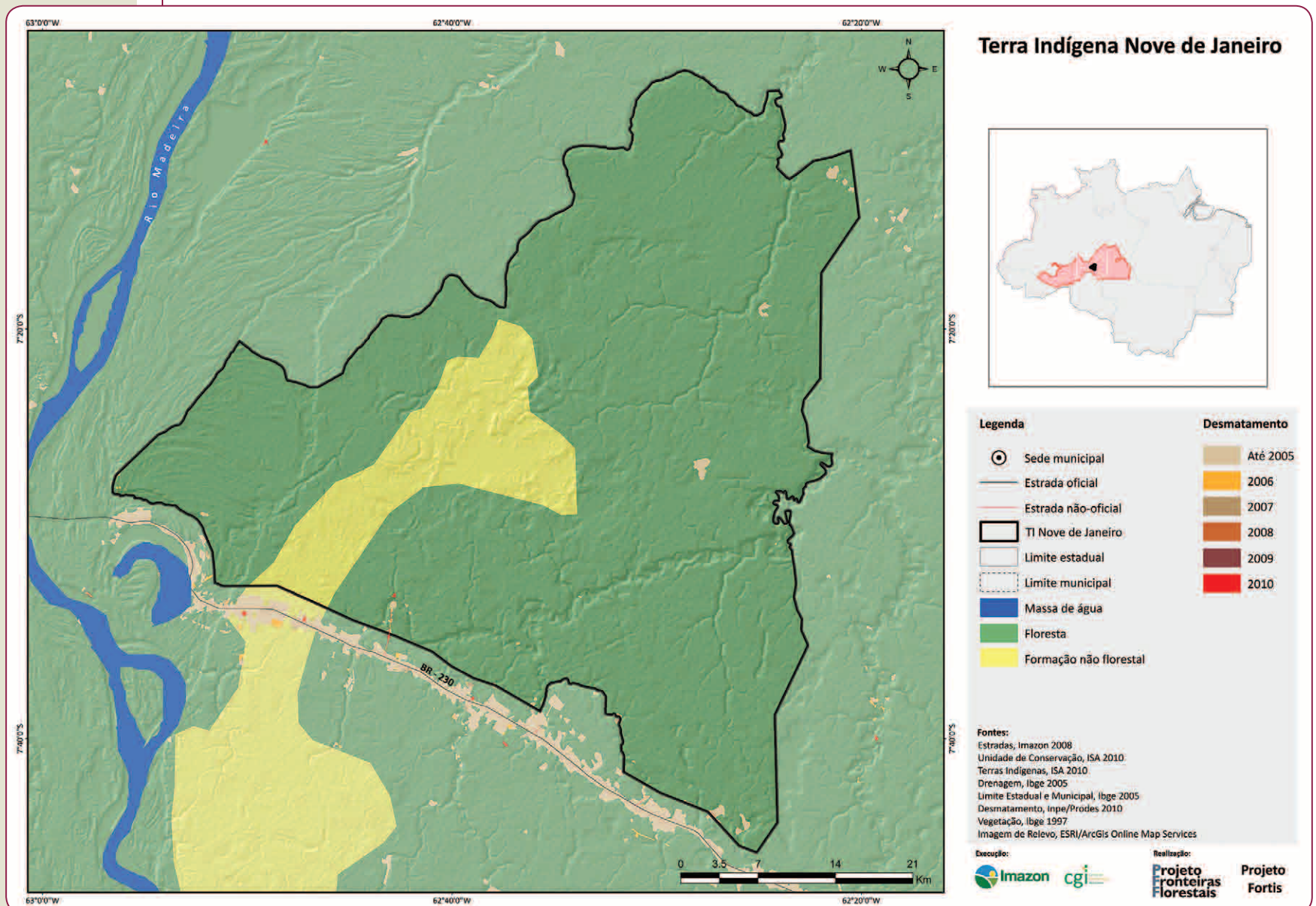
Fontes: Brasil, 1997f; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 7,64 km², equivalente a 0,33% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados pequenos incrementos anuais no desmatamento apenas em 2007 e 2010.

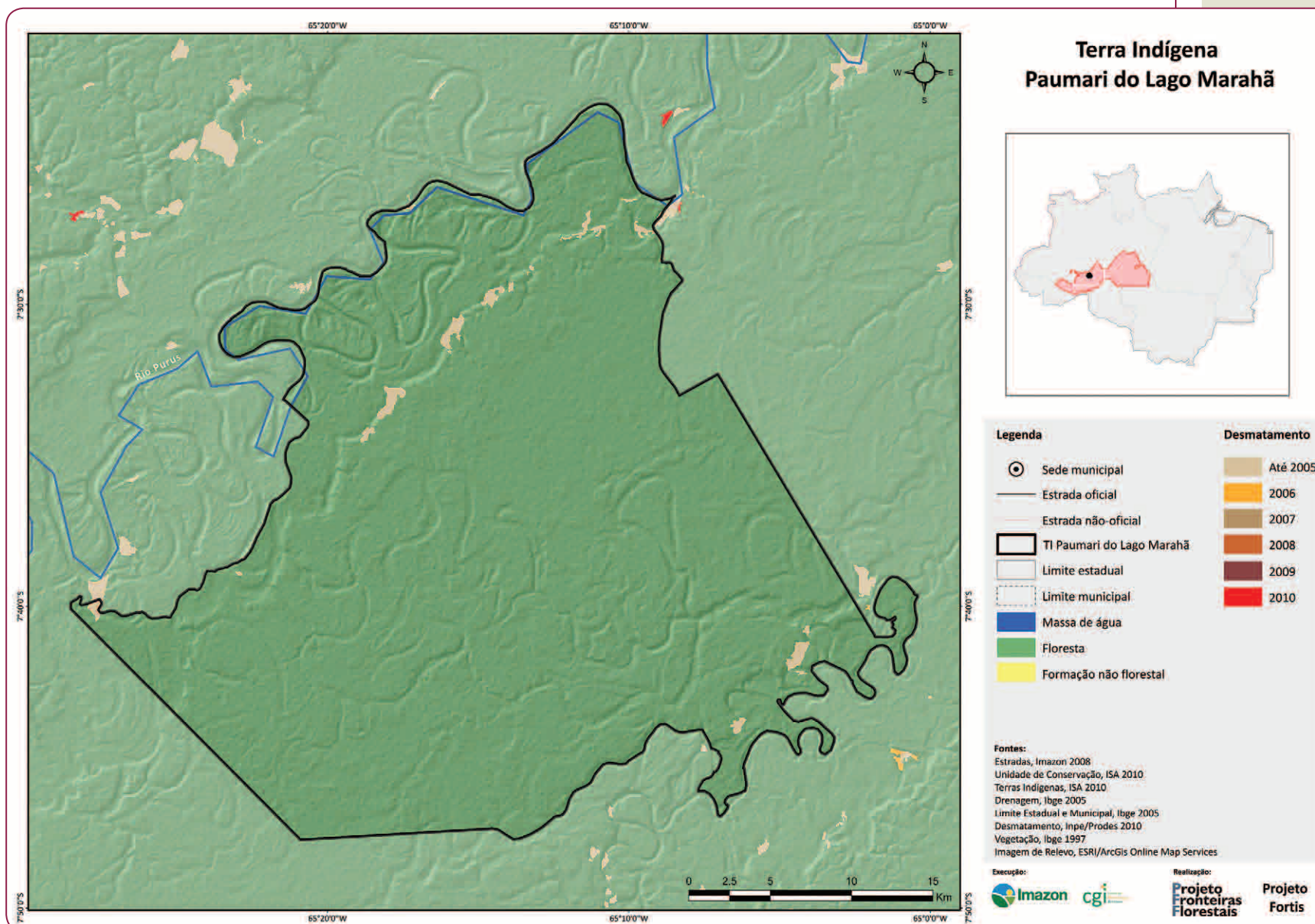
Anos	Área (km ²)
Até 2005	7,55
2006	Não detectado
2007	0,02
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	0,07
Total	7,64

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 55. Terra Indígena Nove de Janeiro, Humaitá/AM.

TERRA INDÍGENA PAUMARI DO LAGO MARAHÃ



Mapa 56. Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, Lábrea/AM.

Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM.
 Área: 1.187,7 km².
 Situação jurídica: Homologada em 1998.
 Povos: Apurinã e Paumari.
 População: 1.076 pessoas (Funai/Purus, 2010).
 Fontes: Brasil, 1998c; Brasil, 2003; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 9,14 km², equivalente a 0,77% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foi detectado pequeno incremento anual no desmatamento apenas em 2009.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	8,9
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	0,24
2010	Não detectado
Total	9,14

Fonte: Inpe/Prodes.

TERRA INDÍGENA PAUMARI DO RIO ITUXI

Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM.

Área: 75,7 km².

Situação jurídica: Homologada em 1998.

Povo: Paumari.

População: 235 pessoas (Funai/Purus, 2010).

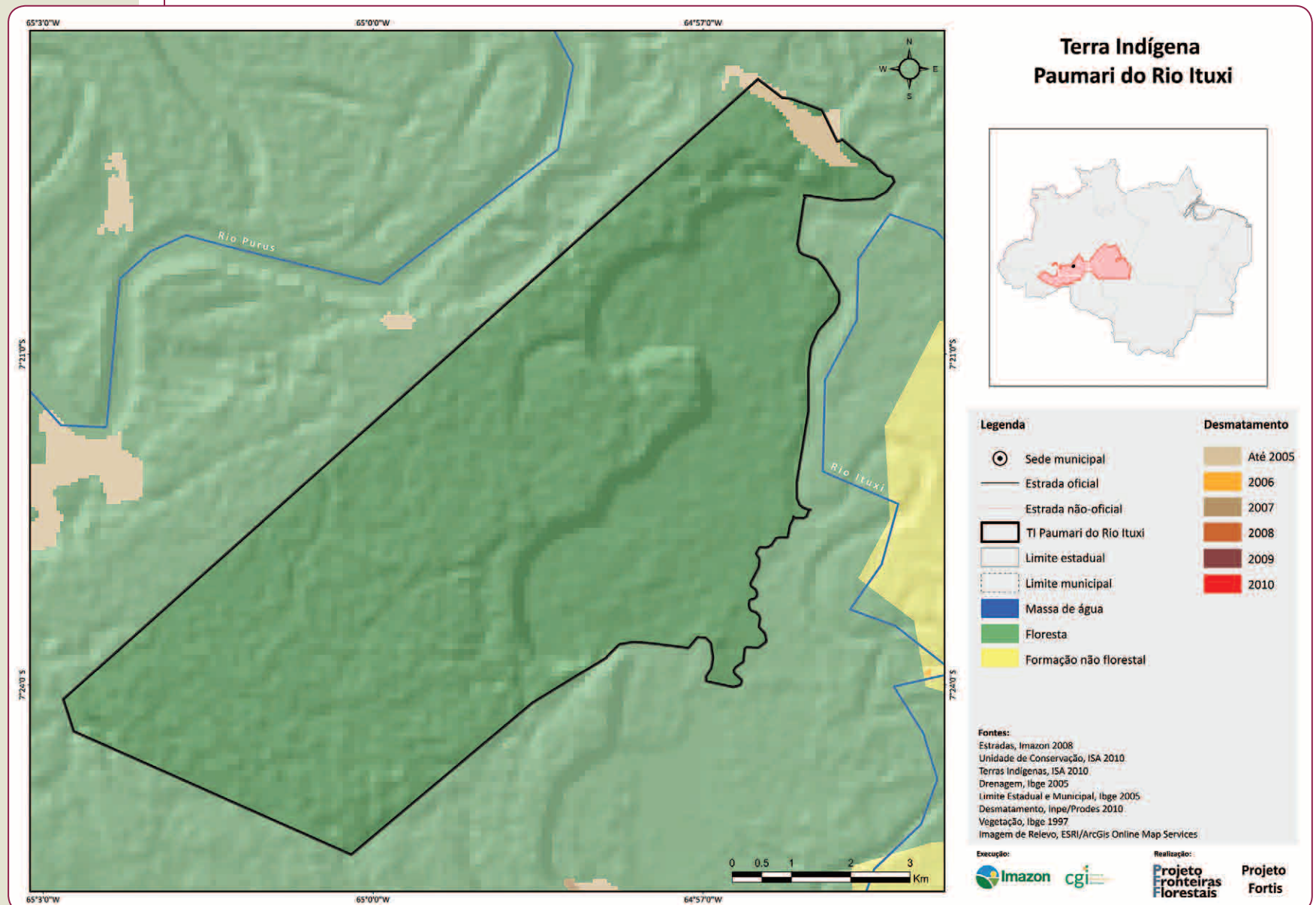
Fontes: Brasil, 1998d; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,72 km², equivalente a 0,95% da área total da TI. Nenhum desmatamento anual foi detectado nos últimos cinco anos.

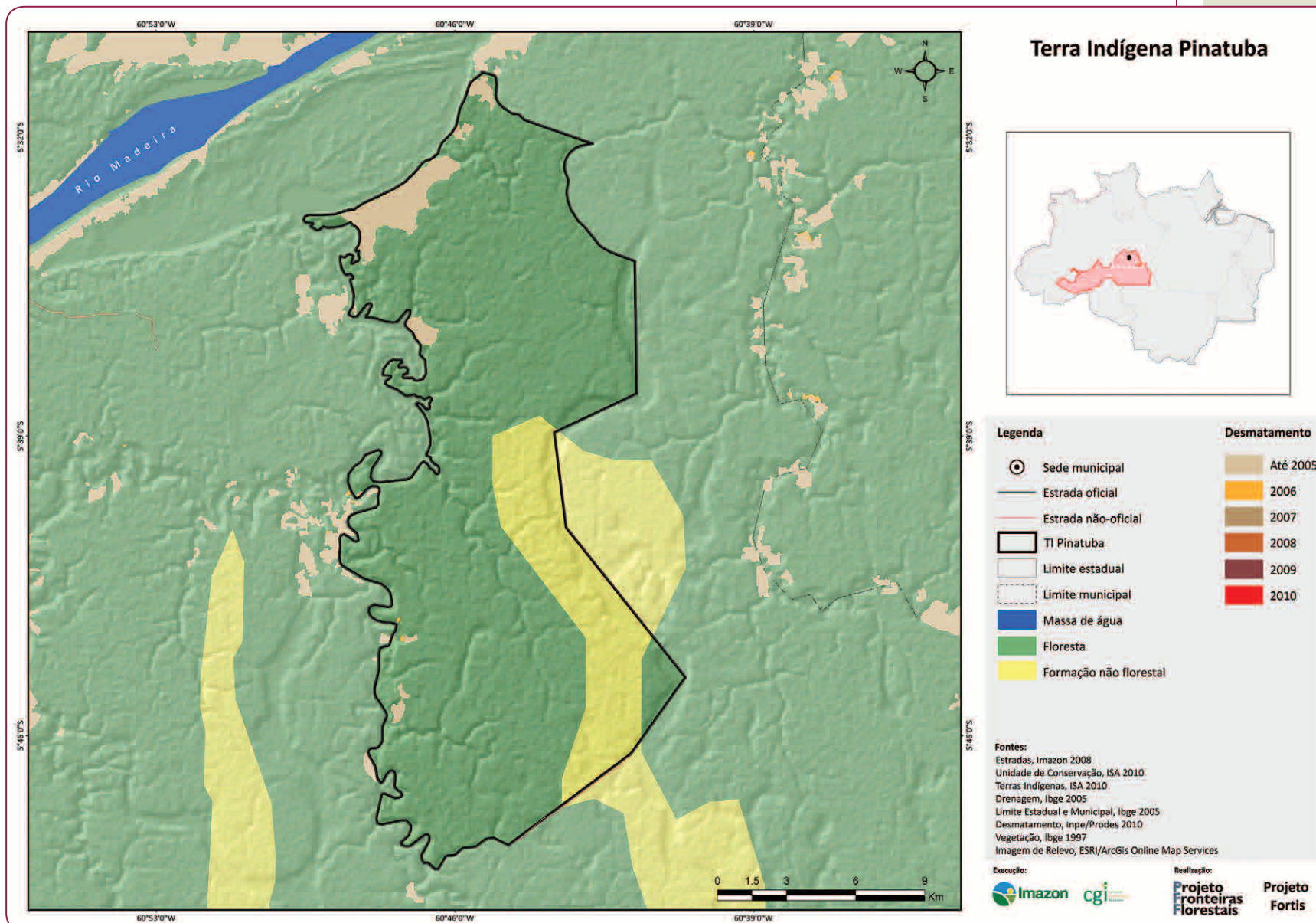
Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,72
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,72

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 57. Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi, Lábrea/AM.

TERRA INDÍGENA PINATUBA



Características Gerais:

Localização: Manicoré/AM.
 Área: 295,6 km².
 Situação jurídica: Homologada em 2001.
 Povo: Mura.
 População: 458 pessoas (GT-Funai, 2010).
 Fontes: Brasil, 2001b; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 10,5 km², equivalente a 3,55% da área total da TI. Nenhum desmatamento anual foi detectado nos últimos cinco anos nessa área.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	10,50
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	10,50

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 58. Terra Indígena Pinatuba, Manicoré/AM.

TERRA INDÍGENA PIRAHÃ

Características Gerais:

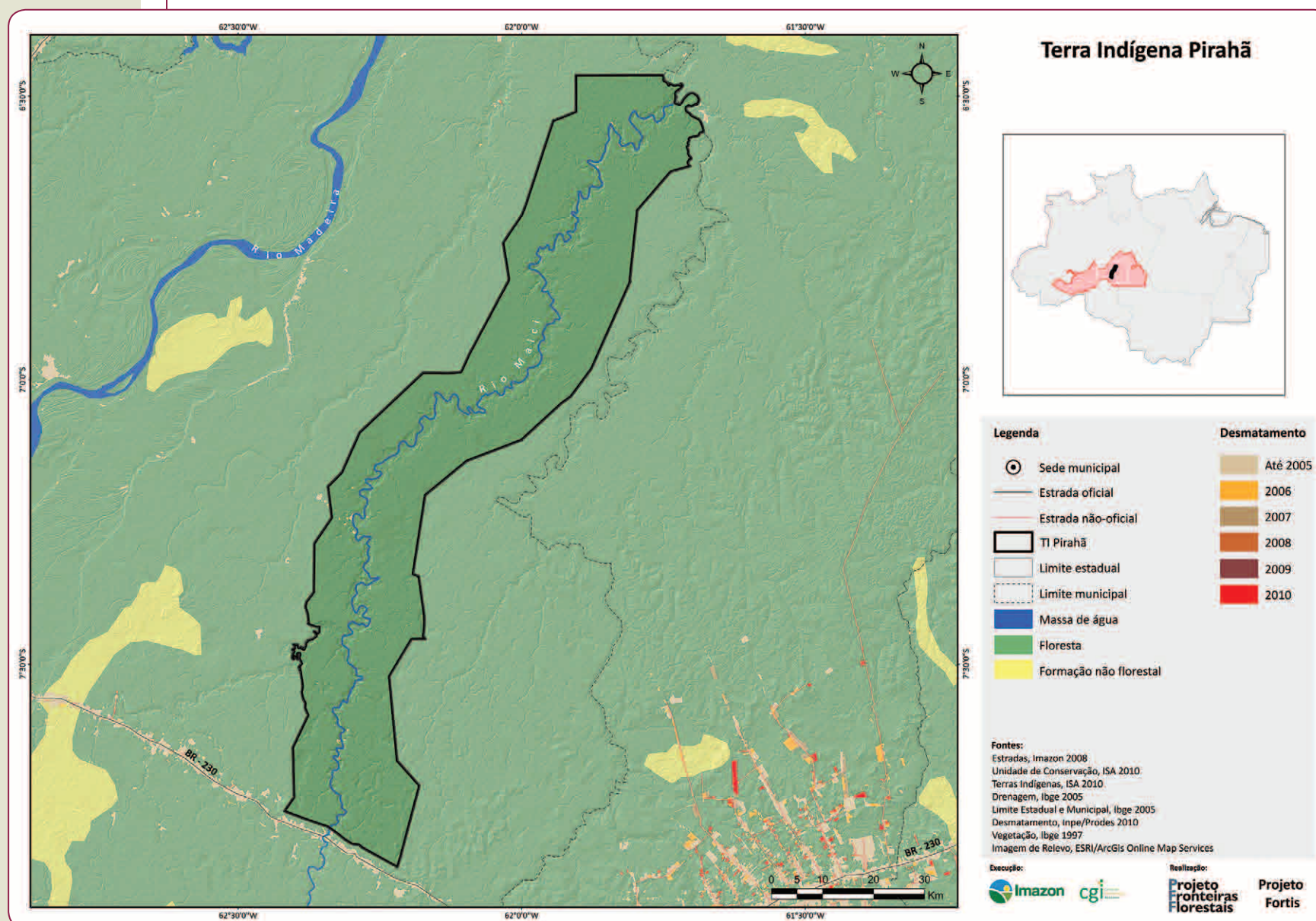
Localização: Humaitá/AM.
 Área: 3.469,1 km².
 Situação jurídica: Homologada em 1997.
 Povo: Pirahã.
 População: 477 pessoas (Funai/Madeira, 2010).
 Fontes: Brasil, 1997g; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 6,42 km², equivalente a 0,19% da área total da TI. Nos últimos cinco anos houve incremento de desmatamento em todos eles, com maiores altas em 2008 e 2009.

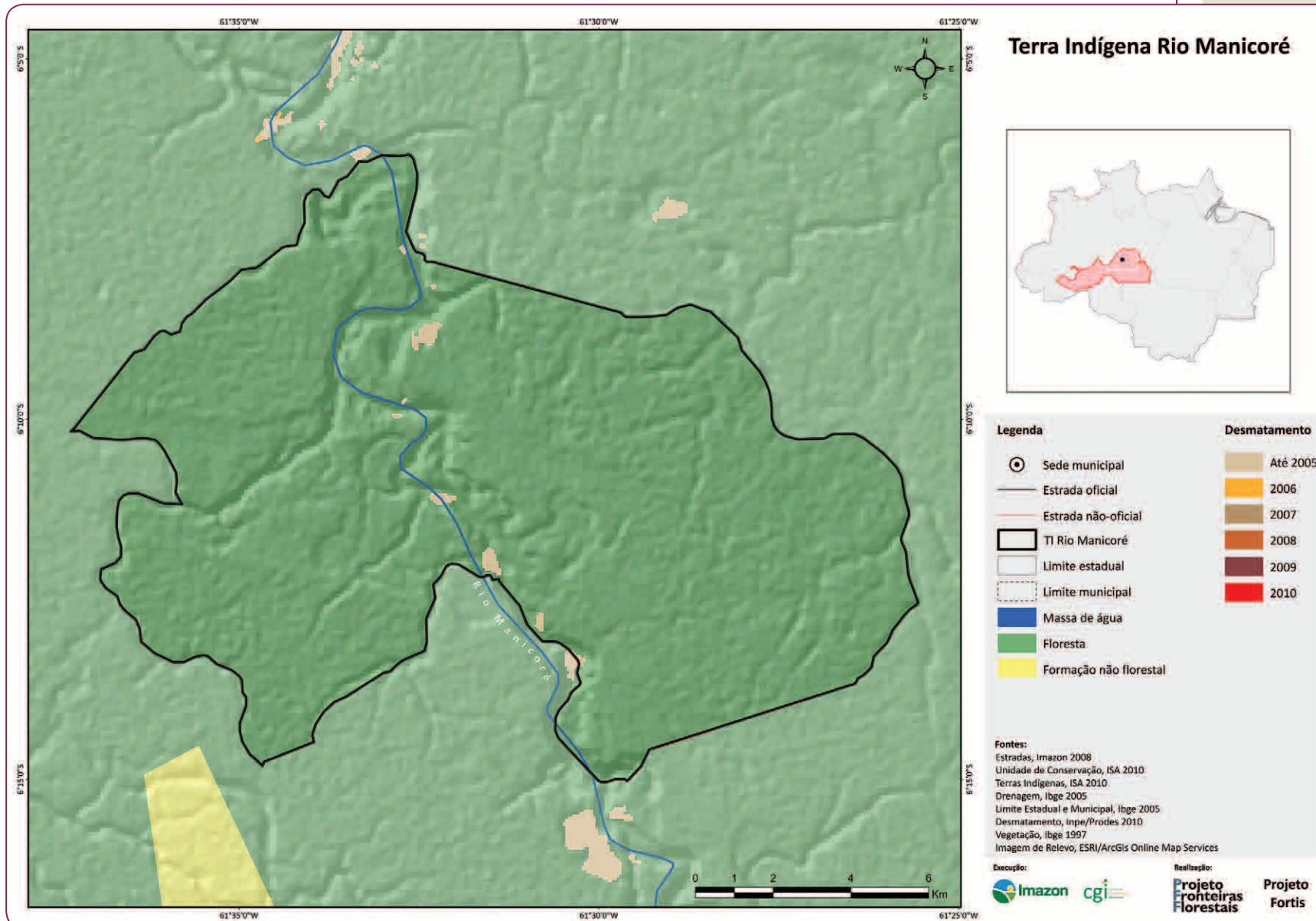
Anos	Área (km ²)
Até 2005	3,67
2006	0,07
2007	0,08
2008	1,41
2009	1,12
2010	0,07
Total	6,42

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 59. Terra Indígena Pirahã, Humaitá/AM.

TERRA INDÍGENA RIO MANICORÉ



Mapa 60. Terra Indígena Rio Manicoré, Manicoré/AM.

Características Gerais:

Localização: Manicoré/AM.
Área: 194,8 km².
Situação jurídica: Homologada em 2001.
Povo: Mura.
População: 52 pessoas (GT-Funai, 1998).
Fontes: Brasil, 2001e; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,93 km², equivalente a 0,48% da área total da TI. Nenhum desmatamento anual foi detectado nos últimos cinco anos nessa área.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,93
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,93

Fonte: Inpe/Prodes.

TERRA INDÍGENA SÃO PEDRO DO SEPATINI

Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM.

Área: 276,4 km².

Situação jurídica: Homologada em 1997.

Povo: Apurinã.

População: 121 pessoas (Funai/Lábrea, 2006).

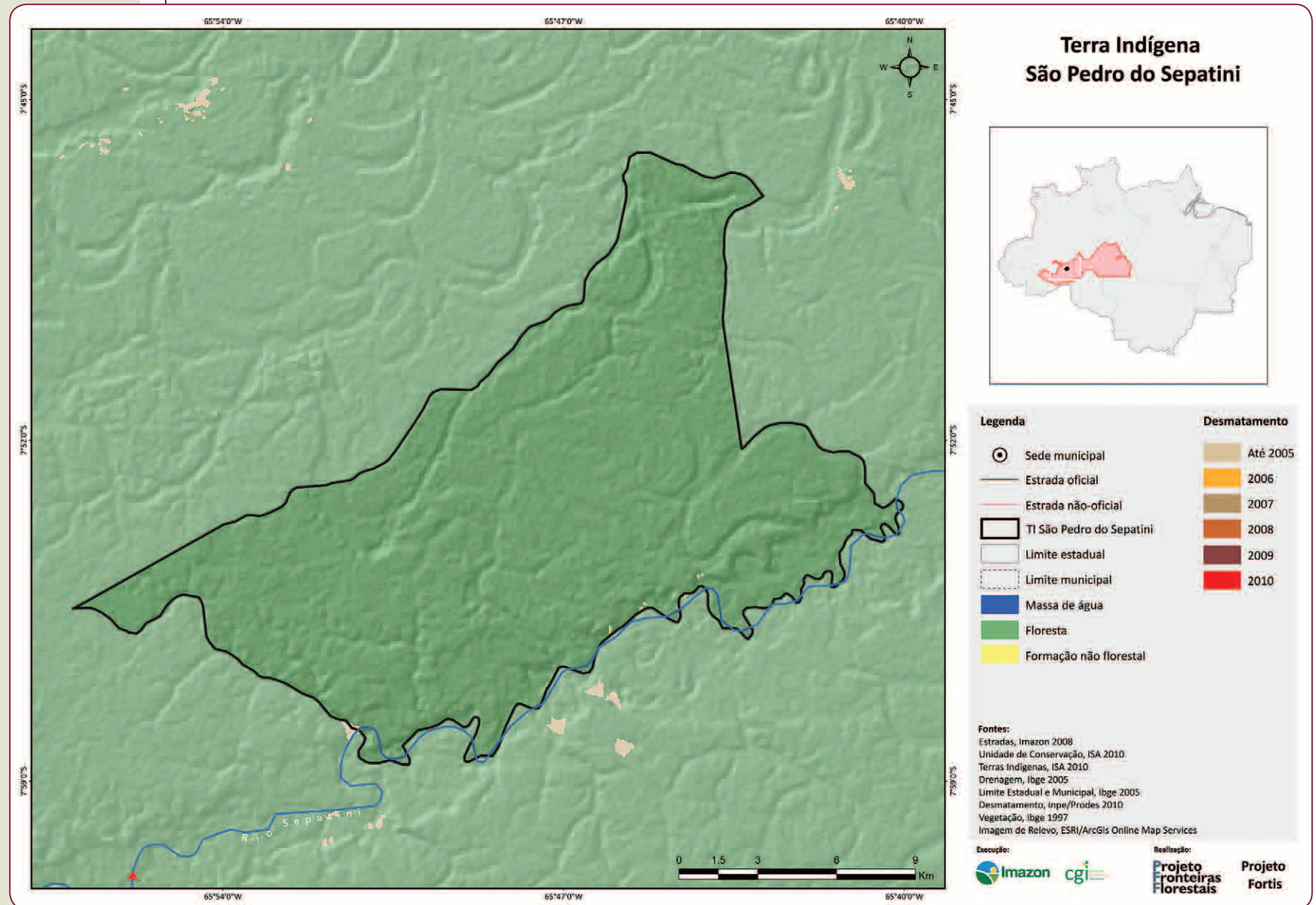
Fontes: Brasil, 1997h; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,64 km², equivalente a 0,23% da área total da TI. Nenhum desmatamento anual foi detectado nos últimos cinco anos nessa área.

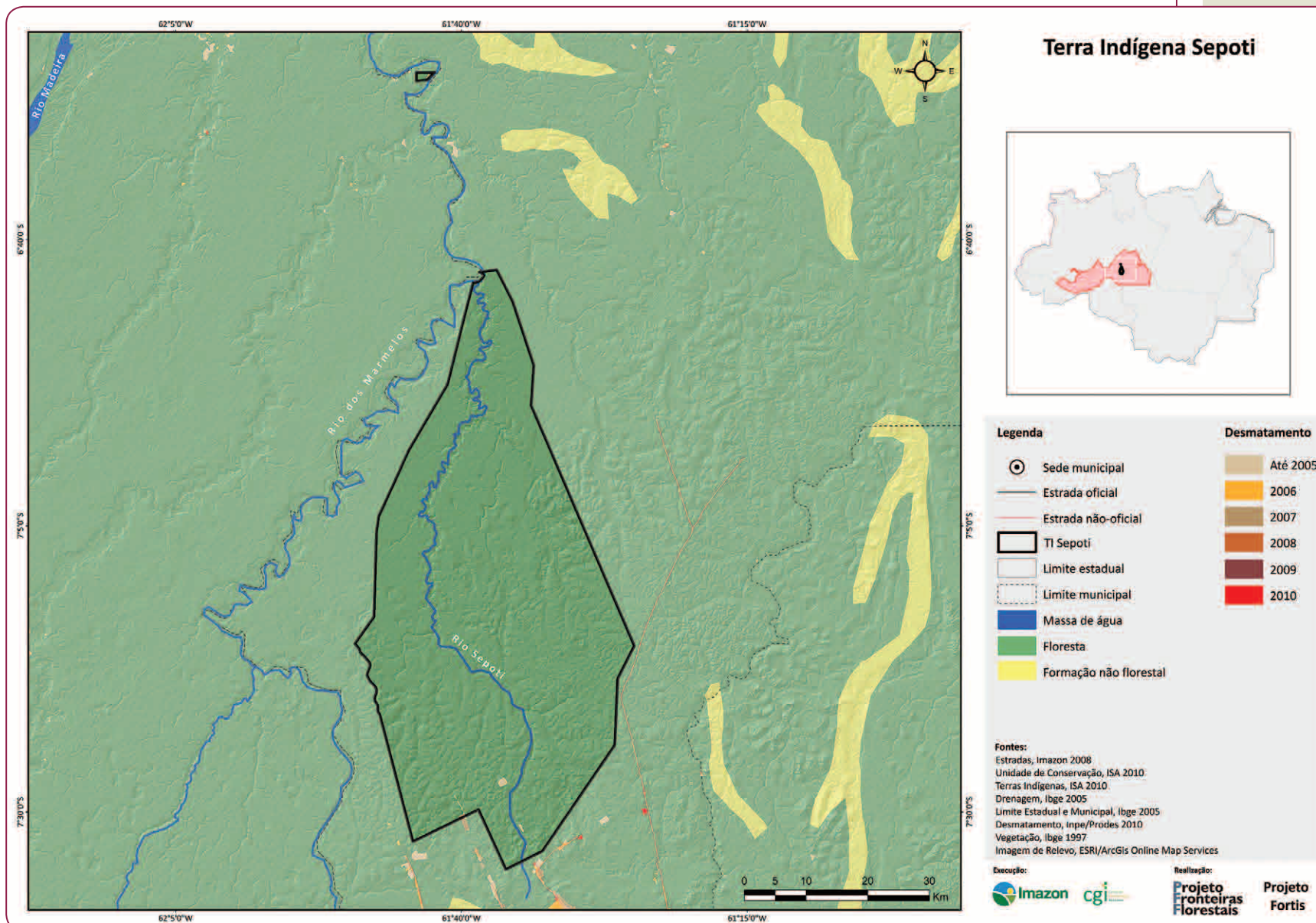
Anos	Área (km²)
Até 2005	0,64
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	0,64

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 61. Terra Indígena São Pedro do Sepatini, Lábrea/AM.

TERRA INDÍGENA SEPOTI



Mapa 62. Terra Indígena Sepoti, Manicoré/AM.

Características Gerais:

Localização: Manicoré/AM.
Área: 2.513,5 km².
Situação jurídica: Homologada em 2004.
Povo: Tenharim.
População: 66 pessoas (Funai/Madeira, 2010).
Fontes: Brasil, 2004f; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 3,07 km², equivalente a 0,12% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foi detectado pequeno incremento no desmatamento apenas no ano de 2007.

Anos	Área (km²)
Até 2005	2,79
2006	Não detectado
2007	0,28
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	Não detectado
Total	3,07

Fonte: Inpe/Prodes.

TERRA INDÍGENA SERUINI/MARIENÊ

Características Gerais:

Localização: Lábrea e Pauini/AM.

Área: 1.449,7 km².

Situação jurídica: Homologada em 2000.

Povo: Apurinã.

População: 160 pessoas (Funai, 2003).

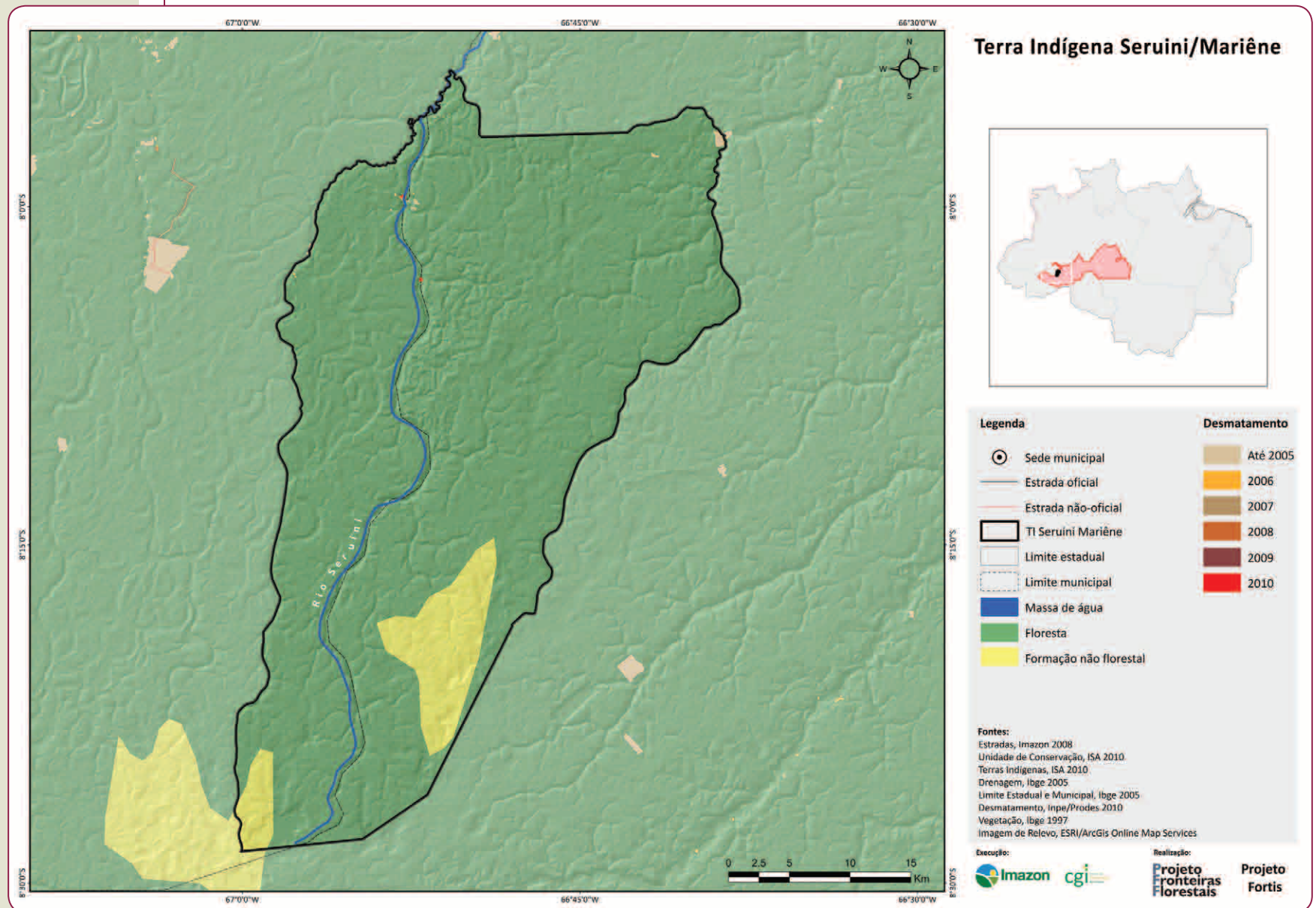
Fontes: Brasil, 2000b; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 2,07 km², equivalente a 0,14% da área total da TI. Nos últimos cinco anos houve pequenos incrementos de desmatamento em todos eles, sendo os maiores detectados em 2009 e 2010.

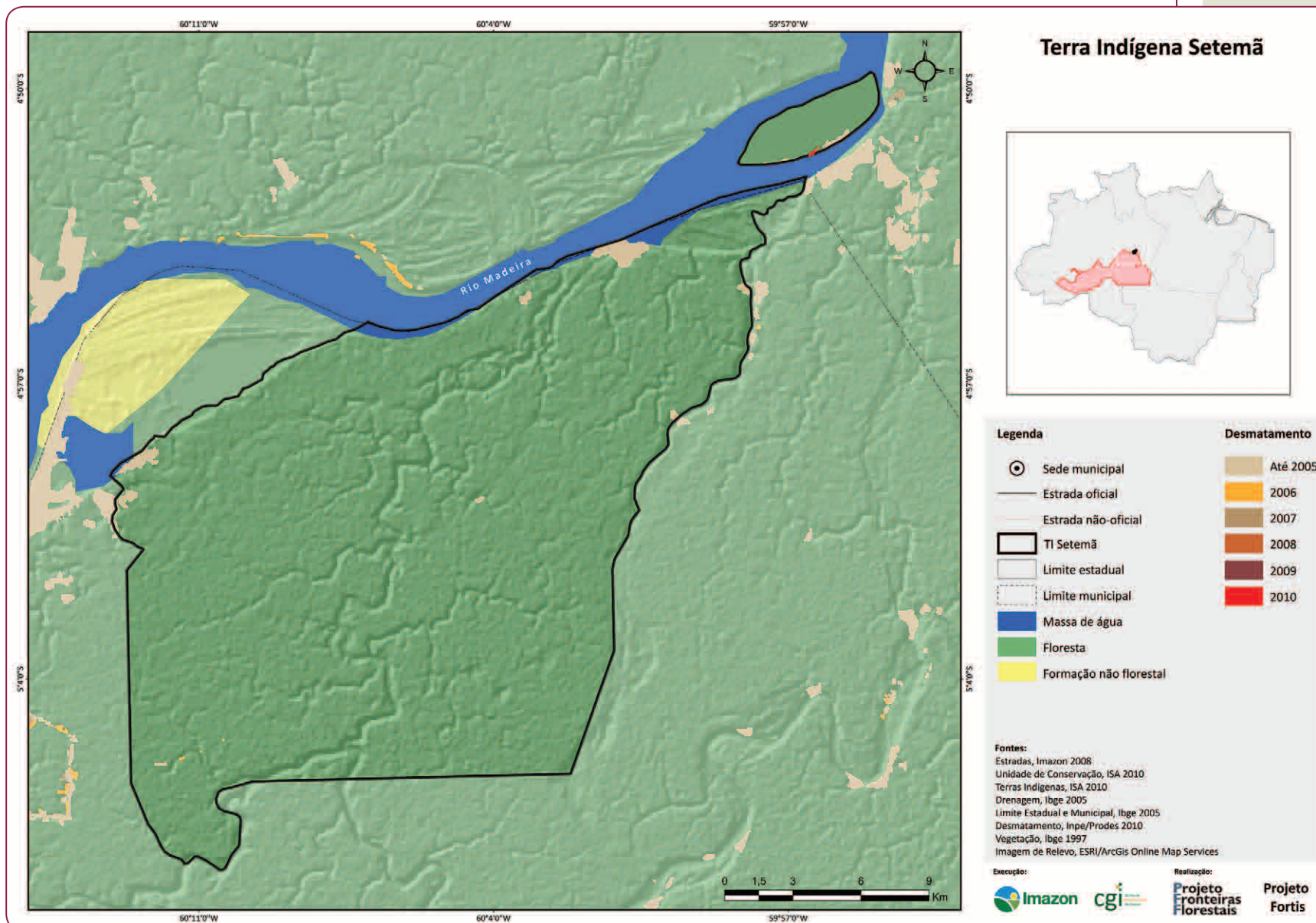
Anos	Área (km ²)
Até 2005	1,63
2006	0,04
2007	0,07
2008	0,07
2009	0,13
2010	0,13
Total	2,07

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 63. Terra Indígena Seruini/Mariênê, Lábrea e Pauini/AM.

TERRA INDÍGENA SETEMÃ



Características Gerais:

Localização: Borba e Novo Aripuanã/AM.
 Área: 493,4 km².
 Situação jurídica: Declarada em 2009.
 Povo: Mura.
 População: 129 pessoas (Funai/Manaus, 2010).
 Fontes: Ministério de Estado da Justiça, 2009; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 4,31 km², equivalente a 0,91% da área total da TI. Nos últimos cinco anos houve pequenos incrementos de desmatamento apenas em 2008 e 2010.

Anos	Área (km²)
Até 2005	4,31
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	0,12
2009	Não detectado
2010	0,05
Total	4,48

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 64. Terra Indígena Setemã, Borba e Novo Aripuanã/AM.

TERRA INDÍGENA TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO

Características Gerais:

Localização: Novo Aripuanã/AM.

Área: 874,1 km².

Situação jurídica: Homologada em 2004.

Povo: Tenharim.

População: 100 pessoas (Funai/Madeira, 2010).

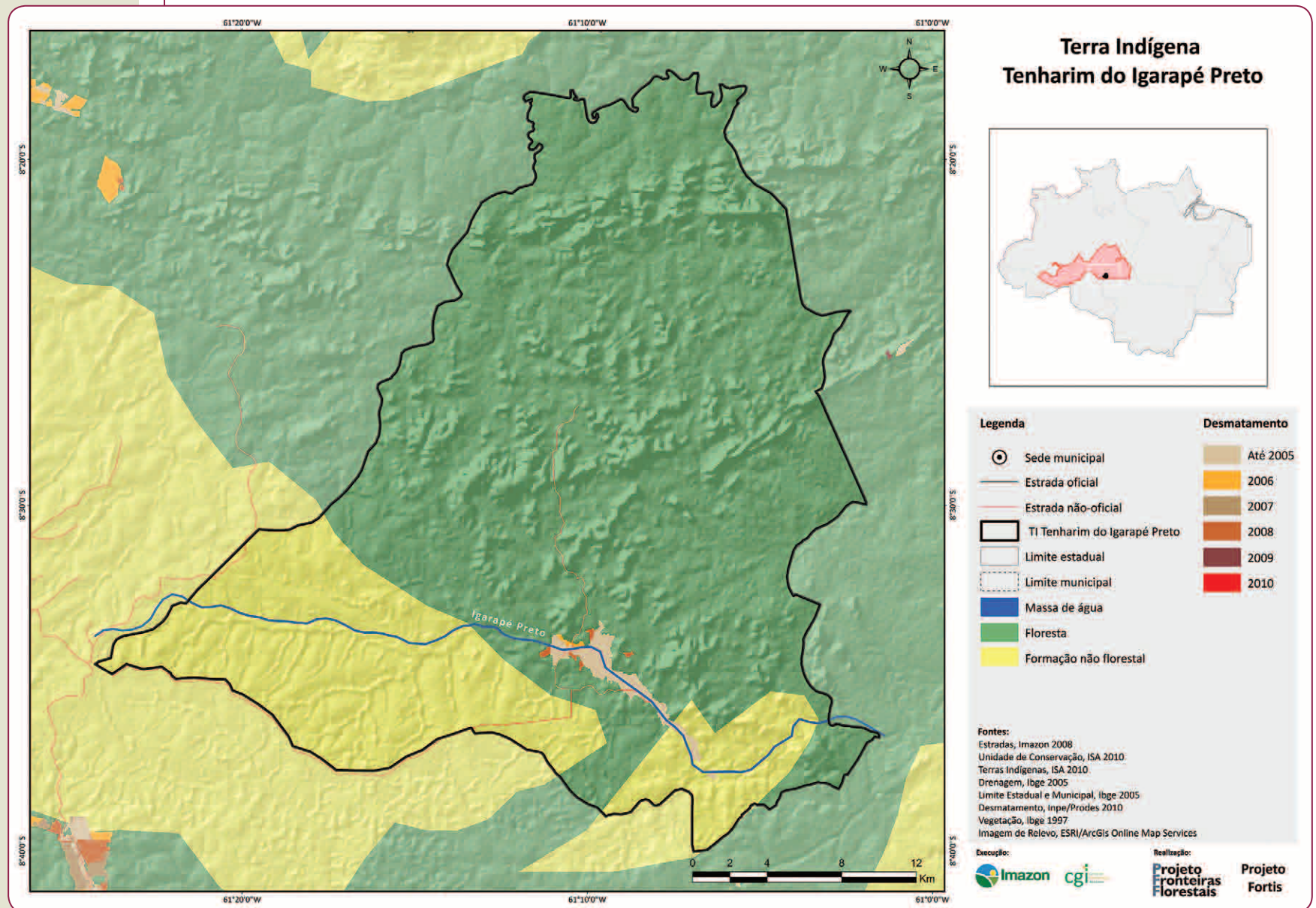
Fontes: Brasil, 2004g; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 9,78 km², equivalente a 1,12% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados pequenos incrementos de desmatamento nos anos de 2006, 2008 e 2009.

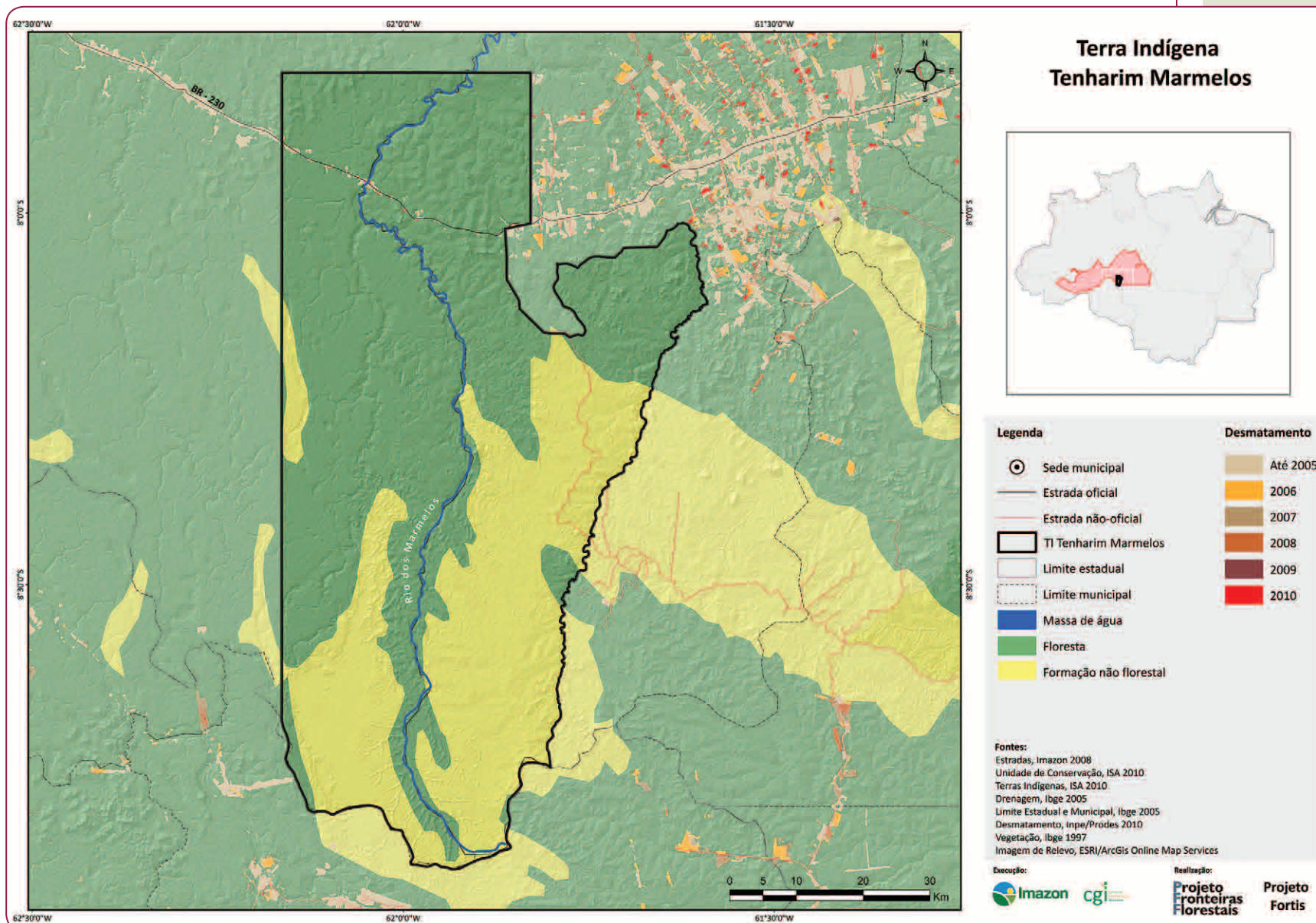
Anos	Área (km ²)
Até 2005	8,37
2006	0,31
2007	Não detectado
2008	0,63
2009	0,47
2010	Não detectado
Total	9,78

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 65. Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto, Novo Aripuanã/AM.

TERRA INDÍGENA TENHARIM MARMELOS



Características Gerais:

Localização: Humaitá e Manicoré/AM.
 Área: 4.975,2 km².
 Situação jurídica: Homologada em 1996.
 Povo: Tenharim.
 População: 535 pessoas (Funai/Madeira, 2010).
 Fontes: Brasil, 1996; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 15,61 km², equivalente a 0,31% da área total da TI. Nos últimos cinco anos, com exceção de 2006, foram detectados pequenos incrementos de desmatamento com pico de 0,4 km² em 2010.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	14,58
2006	Não detectado
2007	0,30
2008	0,19
2009	0,14
2010	0,40
Total	15,61

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 66. Terra Indígena Tenharim Marmelos, Humaitá e Manicoré/AM.

TERRA INDÍGENA TENHARIM MARMELOS - GLEBA B

Características Gerais:

Localização: Humaitá e Manicoré/AM.

Área: 4.739,6 km².

Situação jurídica: Declarada em 2006.

Povo: Tenharim.

População: 393 pessoas (GT-Funai, 2010).

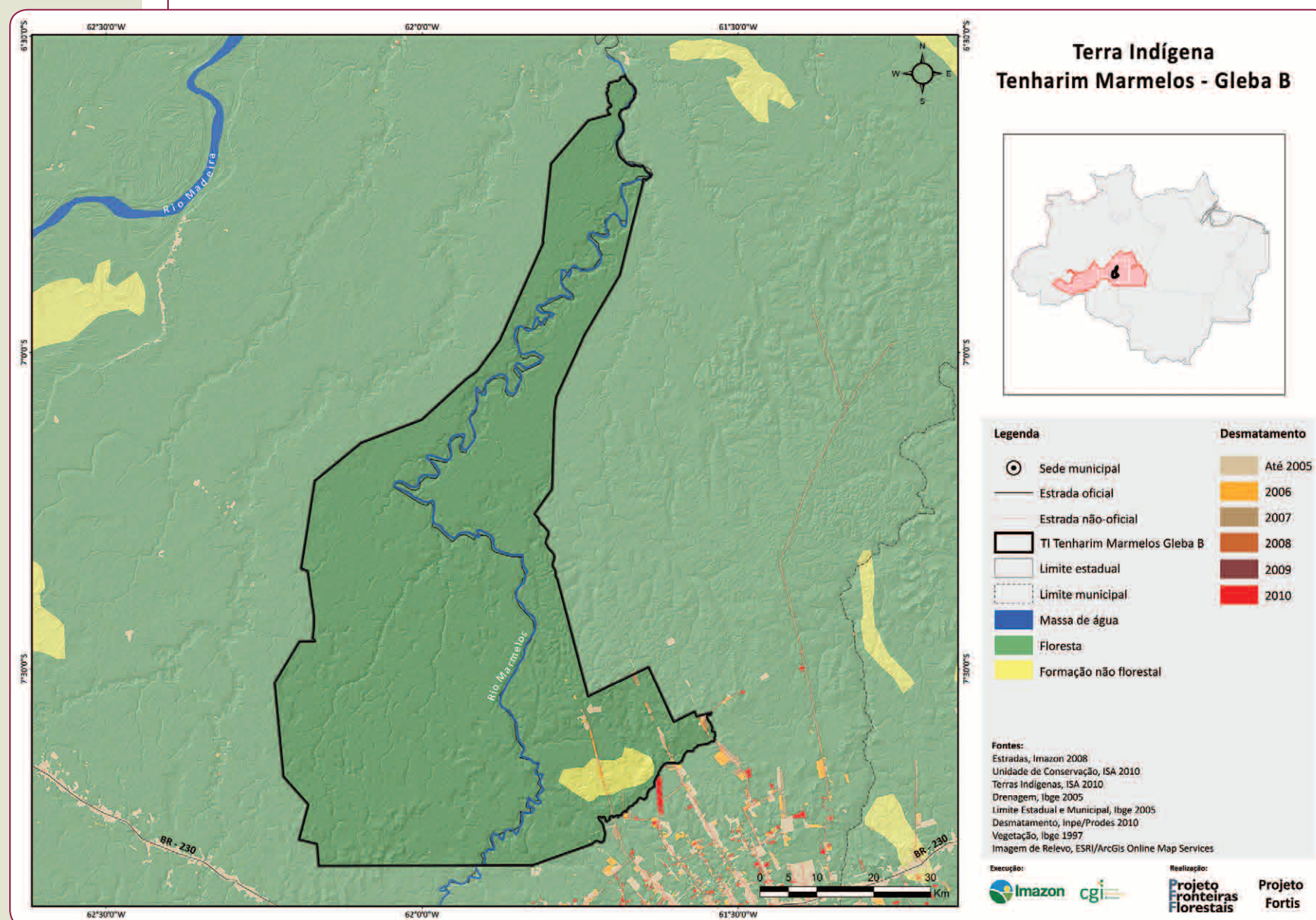
Fontes: Ministério de Estado da Justiça, 2006; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 18,77 km², equivalente a 0,40% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foram detectados desmatamentos anuais, sendo que os maiores ocorreram em 2006 e 2007.

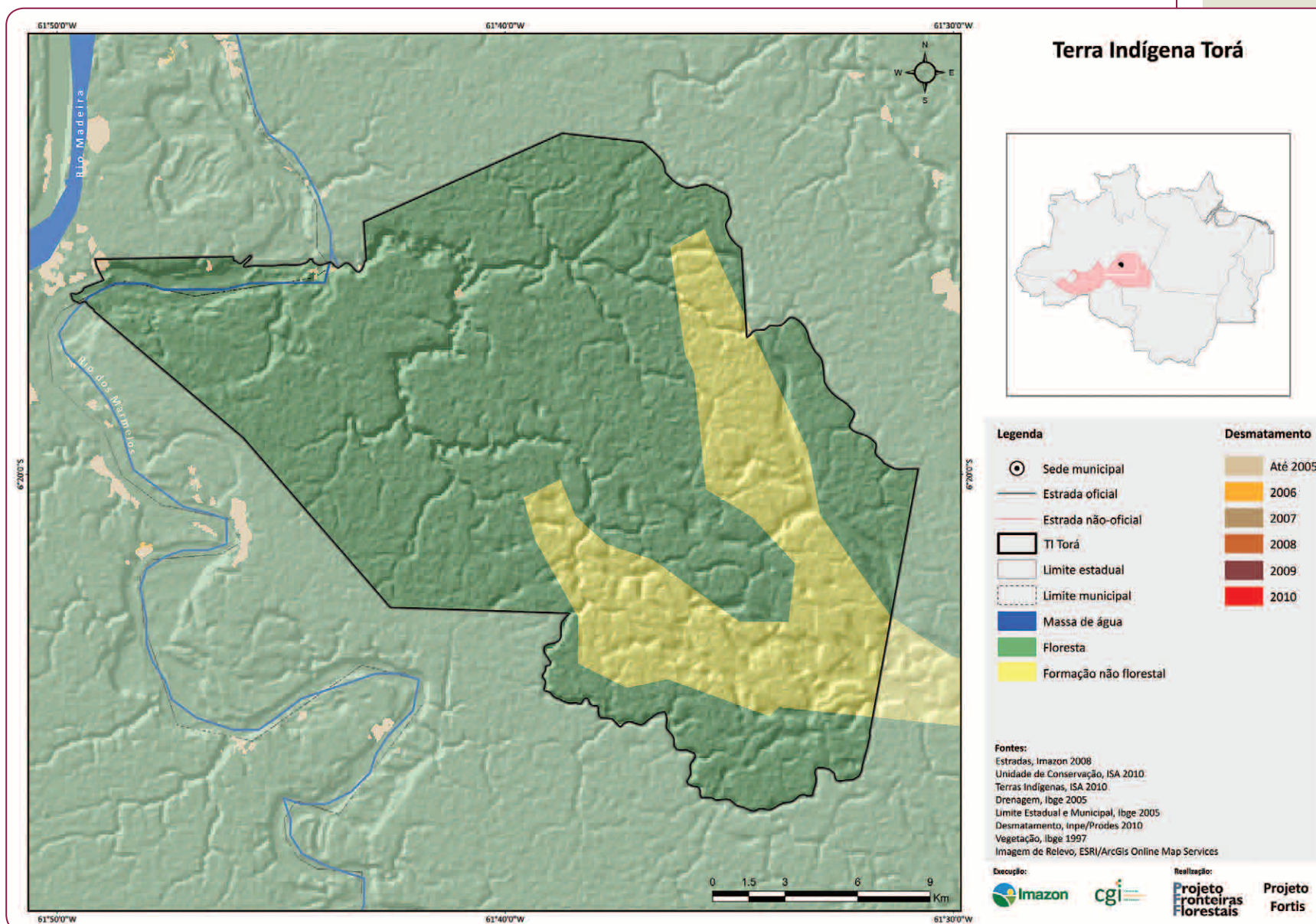
Anos	Área (km ²)
Até 2005	10,73
2006	3,29
2007	3,94
2008	0,30
2009	0,27
2010	0,24
Total	18,77

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 67. Terra Indígena Tenharim Marmelos - Gleba B, Humaitá e Manicoré/AM.

TERRA INDÍGENA TORÁ



Características Gerais:

Localização: Manicoré e Humaitá/AM.
 Área: 549,6 km².
 Situação jurídica: Homologada em 2004.
 Povos: Apurinã e Torá.
 População: 211 pessoas (Funai/Madeira, 2010).
 Fontes: Brasil, 2004h; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 0,86 km², equivalente a 0,16% da área total da TI. Nos últimos cinco anos foi detectado novo desmatamento apenas em 2010.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	0,70
2006	Não detectado
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	0,16
Total	0,86

Fonte: Inpe/Prodes.

Mapa 68. Terra Indígena Torá, Manicoré e Humaitá/AM.

TERRA INDÍGENA TUMIÃ

Características Gerais:

Localização: Lábrea/AM.

Área: 1.243,6 km².

Situação jurídica: Homologada em 1997.

Povo: Apurinã.

População: 85 pessoas (Funai/Rio Branco, 2006).

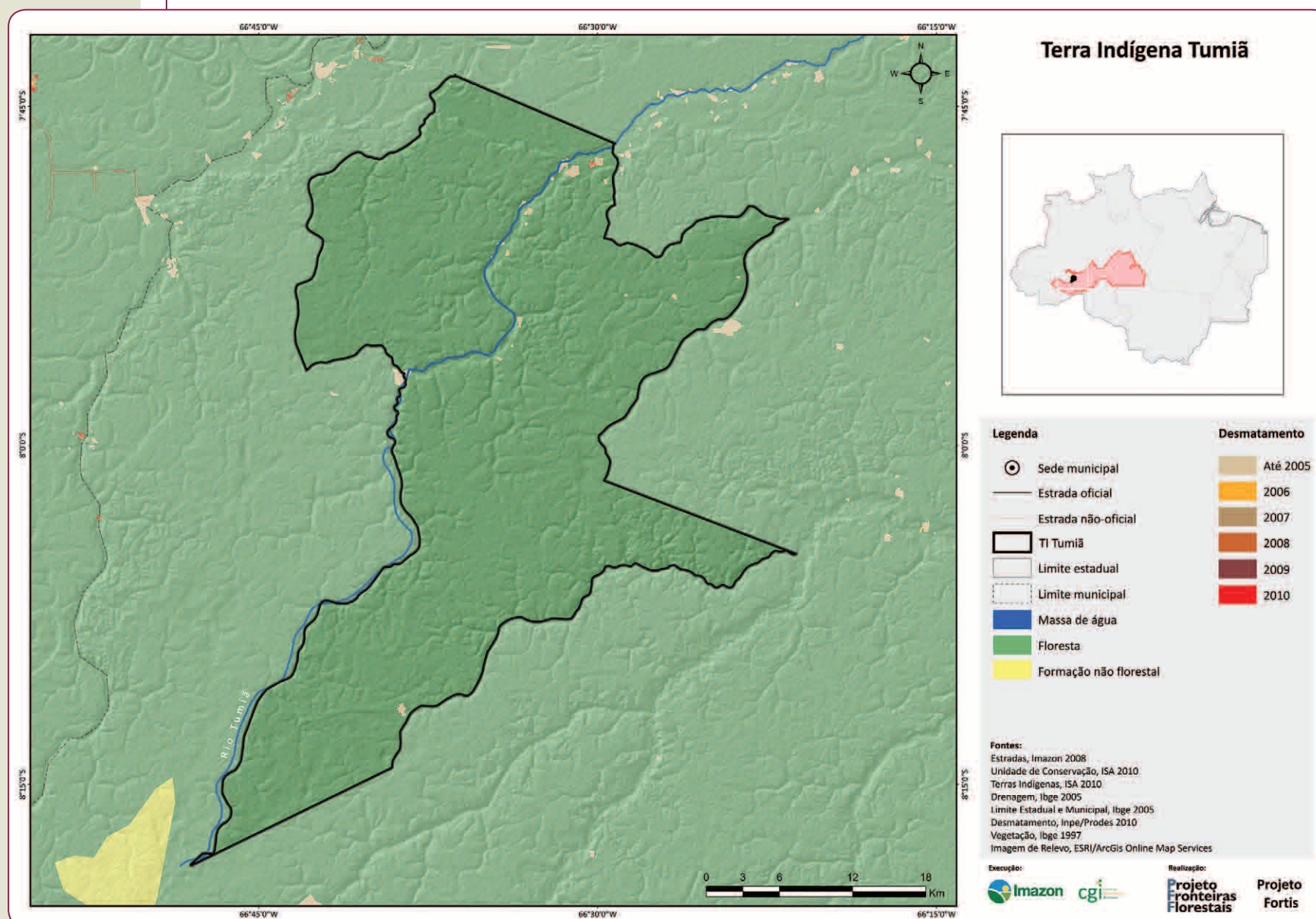
Fontes: Brasil, 1997i; ISA, 2010b.

Desmatamento:

O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 4,53 km², equivalente a 0,36% da área total da TI. Nos últimos cinco anos, pequenos incrementos no desmatamento foram detectados apenas em 2006 e 2010.

Anos	Área (km ²)
Até 2005	4,43
2006	0,01
2007	Não detectado
2008	Não detectado
2009	Não detectado
2010	0,09
Total	4,53

Fonte: Inpe/Prodes.



Mapa 69. Terra Indígena Tumiã, Lábrea/AM.



Considerações Finais

Apesar das 30 UCs e 36 TIs situadas ao sul do estado do Amazonas apresentarem, em ambos os casos, apenas 0,5% de suas áreas desmatadas até 2010, o ritmo do desmatamento recente tem sido bem mais acelerado dentro dessas áreas protegidas do que no estado como um todo.

Com 2,3% (35.058 km²) de sua área florestal desmatada, o Amazonas apresentou nos últimos cinco anos (de 2006 a 2010) um incremento de 9% no desmatamento em relação ao acumulado até 2005 (Inpe, 2010, 2011), enquanto que, nesse mesmo período, as UCs de proteção integral (n=07), as UCs de uso sustentável (n=23) e as TIs tratadas neste atlas apresentaram aumento de 56%, 15% e 24%, respectivamente.

Para que essas áreas protegidas resistam à pressão de desmatamento que avança pelo sul do es-

tado do Amazonas é fundamental a existência de um sistema de gestão fortalecido e operante. Entretanto, estudos sobre a efetividade da gestão de UCs têm demonstrado que esta não é a realidade da maioria delas, nem no âmbito nacional, tampouco no estado do Amazonas. Em geral, os sistemas de gestão são deficitários em recursos humanos, infraestrutura, processos (pesquisa, avaliação e monitoramento) e resultados, embora apresentem melhor desempenho em indicadores de planejamento (Ibama & WWF-Brasil, 2007; WWF-Brasil et al, 2011).

Diante desse quadro, fortalecer a capacidade operacional do sistema de gestão das áreas protegidas é uma medida urgente, mas que deve ir além da estruturação institucional local. As populações tradicionais residentes nesse mosaico de áreas protegidas devem ser integradas ao processo de governança,

como aliadas na conservação da sociobiodiversidade e no combate ao desmatamento. Essas populações estão presentes em no mínimo 90% das áreas que formam o mosaico (entre TIs e UCs de uso sustentável), de modo que dificilmente outro ator local teria tanta capilaridade e identidade sociocultural com a área.

Por fim, além da consolidação de seus sistemas de gestão, a integridade das áreas protegidas também é favorecida pela valorização socioeconômica da floresta em pé. O manejo florestal sustentável (comunitário e familiar) e o pagamento por serviços ambientais são, por exemplo, oportunidades concretas de fomento a uma economia de base florestal nas quais o Amazonas tem se destacado dentre os estados da Amazônia Legal (Pinto et al, 2011; Wunder et al, 2009; respectivamente).

Referências

Amazonas. 2005a. Decreto nº 24.812, de 24 de janeiro de 2005. Cria a Floresta Estadual de Apuí, no Município de Apuí, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 24 de janeiro. Manaus-AM.

Amazonas. 2005b. Decreto nº 24.807, de 19 de janeiro de 2005. Cria a Floresta Estadual do Aripuanã, no Município de Apuí, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 19 de janeiro. Manaus-AM.

Amazonas. 2005c. Decreto nº 24.806, de 19 de janeiro de 2005. Cria a Floresta Estadual de Manicoré, no Município de Manicoré, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 19 de janeiro. Manaus-AM.

Amazonas. 2005d. Decreto nº 24.808, de 20 de janeiro de 2005. Cria a Floresta Estadual do Sucunduri, no Município de Apuí, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 20 de janeiro. Manaus-AM.

Amazonas. 2005e. Decreto nº 24.811, de 21 de janeiro de 2005. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã, Município de Apuí, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 21 de janeiro. Manaus-AM.

Amazonas. 2005f. Decreto nº 24.813, de 25 de janeiro de 2005. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati, Município de Apuí, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 25 de janeiro. Manaus-AM.

Amazonas. 2005g. Decreto nº 25.041, de 1º de junho de 2005. Cria e delimita a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 2 de junho. Manaus -AM.

Amazonas. 2005h. Decreto nº 25.040, de 1º de junho de 2005. Cria a Unidade de Conservação “Reserva Extrativista do Guariba”, nos moldes de art. 18, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 2 de junho. Manaus-AM.

Amazonas. 2005i. Decreto nº 24.810, de 21 de janeiro de 2005. Cria o Parque Estadual do Sucunduri, no Município de Apuí, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 21 de janeiro. Manaus-AM.

Amazonas. 2005j. Decreto nº 24.805, de 19 de janeiro de 2005. Cria o Parque Estadual do Guariba, Município de Manicoré, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 19 de janeiro. Manaus-AM.

Amazonas. 2006a. Decreto nº 26.010, de 3 de julho de 2006. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, no Município Novo Aripuanã, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 3 de julho. Manaus-AM.

Amazonas. 2006b. Decreto nº 26.009, de 3 de julho de 2006. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira, nos Municípios de Novo

Aripuanã e Manicoré, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 3 de julho. Manaus-AM.

Amazonas. 2009a. Decreto nº 28.422, de 27 de março de 2009. Cria a Floresta Estadual Canutama, no Município de Canutama, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 30 de março. Manaus-AM.

Amazonas. 2009b. Decreto nº 28.419, de 27 de março de 2009. Cria a Floresta Estadual Tapauá, nos Municípios de Tapauá e Canutama, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 30 de março. Manaus-AM.

Amazonas. 2009c. Decreto nº 28.420, de 27 de março de 2009. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu, nos Municípios de Borba, Manicoré e Beruri, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 30 de março. Manaus-AM.

Amazonas. 2009d. Decreto nº 28.421, de 27 de março de 2009. Cria a Reserva Extrativista Canutama, localizada no Município de Canutama, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 30 de março. Manaus-AM.

Amazonas. 2009e. Decreto nº 28.424, de 27 de março de 2009. Cria o Parque Estadual do Matupiri, nos Municípios de Borba e Manicoré, e dá outras providências. *Diário Oficial Estado do Amazonas*, 30 de março. Manaus-AM.

Brasil. 1953. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 7 de janeiro. Brasília-DF.

Brasil. 1989. Decreto nº 98.051, 14 de agosto de 1989. Cria a Floresta Nacional Mapiá-Inauini, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 15 de agosto. Brasília-DF.

Brasil. 1991a. Decreto nº 251, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Apurinã Km-124 BR-317, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 30 de outubro. Brasília-DF.

Brasil. 1991b. Decreto nº 263, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Boca do Acre, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 30 de outubro. Brasília-DF.

Brasil. 1991c. Decreto nº 282, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Caititu, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 30 de outubro. Brasília-DF.

Brasil. 1991d. Decreto nº 381, de 24 de dezembro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Camicuã, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 26 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 1992. Decreto de 13 de agosto de 1992. Homologa a demarcação administrativa da área indígena Kaxarari, nos Estados do Amazonas e Rondônia. *Diário Oficial da União*, 14 de agosto. Brasília-DF.

Brasil. 1996. Decreto de 5 de janeiro de 1996. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Tenharim Marmelos, localizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 8 de janeiro. Brasília-DF.

Brasil. 1997a. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Acimã, localizada no Município de Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1997b. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Alto Sepatini, localizada no Município de Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1997c. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Igarapé Capanã, localizada no Município de Boca do Acre, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1997d. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Inauini/Teuini, localizada nos Municípios de Boca do Acre e Pauini, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1997e. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Ipixuna, localizada no Município de Humaitá, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1997f. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Nove de Janeiro, localizada no Município de Humaitá, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1997g. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Pirahã, localizada no Município de Humaitá, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1997h. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação da Terra Indígena São Pedro do Sepatini, localizada no Município de Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1997i. Decreto de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Tumiã, localizada no Município de Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 4 de novembro. Brasília-DF.

Brasil. 1998a. Decreto nº 2.485, 02 de fevereiro de 1998. Cria a Floresta Nacional de Humaitá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 3 de fevereiro. Brasília-DF.

Brasil. 1998b. Decreto de 14 de abril de 1998. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, localizada no Município de Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 15 de abril. Brasília-DF.

Brasil. 1998c. Decreto de 8 de setembro de 1998. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, localizada no Município de Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 9 de setembro. Brasília-DF.

Brasil. 1998d. Decreto de 11 de dezembro de 1998. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi, localizada no Município de Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 14 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 2000a. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 19 de julho. Brasília-DF.

Brasil. 2000b. Decreto de 12 de setembro de 2000. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Seruini/Mariênê, localizada nos Municípios de Lábrea e Pauini, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 13 de setembro. Brasília-DF.

Brasil. 2001a. Decreto de 27 de setembro de 2001. Cria a Estação Ecológica de Cuniã, no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 29 de setembro. Brasília-DF.

Brasil. 2001b. Decreto de 10 de dezembro de 2001. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Ariramba, localizada no Município de Manicoré,

Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 11 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 2001c. Decreto de 11 de dezembro de 2001. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Lago Capanã, localizada no Município de Manicoré, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 12 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 2001d. Decreto de 10 de dezembro de 2001. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Pinatuba, localizada no Município de Manicoré, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 11 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 2001e. Decreto de 10 de dezembro de 2001. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio Manicoré, localizada no Município de Manicoré, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 11 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 2002. Decreto de 19 de setembro de 2002. Cria a Floresta Nacional do Jatuarana, no Município de Borba, Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 20 de setembro. Brasília-DF.

Brasil. 2003. Decreto de 10 de fevereiro de 2003. Retifica o art. 1º do Decreto de 08 de setembro de 1998, que homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 11 de fevereiro. Brasília-DF.

Brasil. 2004a. Decreto de 3 de junho de 2004. Cria a Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas, e

dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 4 de junho. Brasília-DF.

Brasil. 2004b. Decreto de 27 de outubro de 2004. Homologa a demarcação da Terra Indígena Deni, localizada nos Municípios de Itamarati, Tapauá, Lábrea e Pauini, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 28 de outubro. Brasília-DF.

Brasil. 2004c. Decreto de 27 de outubro de 2004. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Diahui, localizada no Município de Humaitá, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 28 de outubro. Brasília-DF.

Brasil. 2004d. Decreto de 19 de abril de 2004. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Juma, localizada no Município de Canutama, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 20 de abril. Brasília-DF.

Brasil. 2004e. Decreto de 27 de outubro de 2004. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Lago Jauari, localizada no Município de Manicoré, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 28 de outubro. Brasília-DF.

Brasil. 2004f. Decreto de 27 de outubro de 2004. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Sepoti, localizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 28 de outubro. Brasília-DF.

Brasil. 2004g. Decreto de 19 de abril de 2004. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto, localizada no Município de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 20 de abril. Brasília-DF.

Brasil. 2004h. Decreto de 27 de outubro de 2004. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Torá, localizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 28 de outubro. Brasília-DF.

Brasil. 2005a. Decreto de 17 de fevereiro de 2005. Cria a Floresta Nacional de Balata-Tufari, nos Municípios de Tapauá e Canutama, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 18 de fevereiro. Brasília-DF.

Brasil. 2005b. Decreto 22 de setembro de 2005. Homologa a demarcação da Terra Indígena Hi Merimã, localizada nos Municípios de Lábrea e Tapauá, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 23 de setembro. Brasília-DF.

Brasil. 2006a. Decreto de 5 de junho de 2006. Cria o Parque Nacional do Juruena, nos Estados de Mato Grosso e Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 6 de junho. Brasília-DF.

Brasil. 2006b. Decreto de 21 de junho de 2006. Cria a Reserva Extrativista Arapixi, no Município de Boca do Acre, Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 22 de junho. Brasília-DF.

Brasil. 2006c. Decreto de 21 de junho de 2006. Cria o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, nos Estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. *Diário Oficial da União*, 22 de junho. Brasília-DF.

Brasil. 2006d. Decreto de 18 de abril de 2006. Retifica o Decreto de 27 de outubro de 2004, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Deni, localizada no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 19 de abril. Brasília-DF.

Brasil. 2007a. Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no bioma Amazônia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 21 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 2007b. Decreto de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a ampliação dos limites da Estação Ecológica de Cuniã, localizada nos Municípios de Porto Velho e Canutama, nos Estados de Rondônia e Amazonas. *Diário Oficial da União*, 21 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 2008a. Decreto de 8 de maio de 2008. Dispõe sobre a ampliação dos limites da Floresta Nacional de Balata-Tufari, no município de Canutama, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 9 de maio. Brasília-DF.

Brasil. 2008b. Decreto de 8 de maio de 2008. Dispõe sobre a criação da Floresta Nacional do Iquiri, no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 9 de maio. Brasília-DF.

Brasil. 2008c. Decreto de 5 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Ituxi, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 6 de junho. Brasília-DF.

Brasil. 2008d. Decreto de 8 de maio de 2008. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Médio Purus, localizada nos Municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 9 de maio. Brasília-DF.

Brasil. 2008e. Decreto de 5 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação do Parque Nacional Mapinguari, nos Municípios de Canutama e Lábrea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 6 de junho. Brasília-DF.

Brasil. 2010a. Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 14 de junho. Brasília-DF.

Brasil. 2010b. Decreto de 31 de dezembro de 2010. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apurinã do Igarapé Mucumim, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 31 de dezembro. Brasília-DF.

Brasil. 2012. Medida Provisória de 5 de janeiro de 2012. Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 9 de janeiro. Brasília-DF.

Funai (Fundação Nacional do Índio). 2010. Portaria nº 215, de 3 de março de 2010. Estabelece restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na área denominada Terra Indígena Jacareúba/Katauixi, localizada nos municípios de Canutama e Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 8 de março. Brasília-DF.

Guimarães, J; Veríssimo, A; Amaral, P; Demachki, A. 2011. Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade. Belém-PA: Imazon. 154p. Disponível em: www.imazon.org.br.

Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); WWF-Brasil. 2007. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil. Brasília-DF: Ibama. 96p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010a. Censo Demográfico 2010: Área e Densidade demográfica da unidade territorial (Tabela 1301). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=3&i=P&c=1301>. Acesso em 13 de dezembro 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010b. Censo Demográfico 2010: População residente (Tabela 608). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=3&i=P&c=608>. Acesso em: 13 de dezembro 2011.

Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). 2010. Projeto Prodes: Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>. Acesso em: 7 de dezembro de 2011.

Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). 2011. Prodes: Taxas anuais do desmatamento - 1988-2011. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2011.htm. Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

ISA (Instituto Socioambiental). 2010a. Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira. Disponível

em: <http://uc.socioambiental.org/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2012.

ISA (Instituto Socioambiental). 2010b. De olho nas Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <http://ti.socioambiental.org/#!/terras-indigenas>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2012.

Ministério de Estado da Justiça. 2004. Portaria nº 2.583, de 21 de setembro de 2004. Declara de posse permanente do grupo indígena Banawá a Terra Indígena Banawá, localizada nos municípios de Canutama, Tapauá e Lábrea, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 22 de setembro. Brasília-DF.

Ministério de Estado da Justiça. 2006. Portaria nº 2.367, de 15 de dezembro de 2006. Declarar de posse permanente do grupo indígena Tenharim a Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B) localizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, no Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 18 de dezembro. Brasília-DF.

Ministério de Estado da Justiça. 2009. Portaria nº 913, de 5 de maio de 2009. Declara de posse permanente do grupo indígena Mura a Terra Indígena Setemã localizada nos municípios de Novo Aripuanã e Borba, Estado do Amazonas. *Diário Oficial da União*, 6 de maio. Brasília-DF.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). 2008. Portaria nº 28, de 24 de janeiro de 2008. Dispõe sobre os municípios situados no bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. *Diário Oficial da União*, 25 de janeiro. Brasília-DF.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). 2011. Portaria nº 175, de 24 de maio de 2011. Dispõe sobre a lista de municípios situados no bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. *Diário Oficial da União*, 25 de maio. Brasília-DF.

Pinto, A., Amaral, P. & Amaral, M. 2011. Iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira 2009/2010. Belém-PA: Imazon; Brasília-DF: IEB. 84p.

Ricardo, F. 2011. Terras Indígenas na Amazônia Legal (pp. 43-50). In: Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. Veríssimo, A.; Rolla, A.; Vedoveto, M.; Futada, S. (Organizadores). Belém-PA: Imazon; São Paulo-SP: Instituto Socioambiental. 87p.

Veríssimo, A.; Rolla, A.; Ribeiro, M.; Salomão, R. 2011. Áreas Protegidas na Amazônia Legal (pp. 15-21). In: Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. Veríssimo, A.; Rolla, A.; Vedoveto, M.; Futada, S. (Organizadores). Belém-PA: Imazon; São Paulo-SP: Instituto Socioambiental. 87p.

Wunder, S., Börner, J., Tito, M. & Pereira, L. 2009. Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal (2ª edição). Brasília-DF: MMA. Série Estudos 10. 144p.

WWF-Brasil; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). 2011. Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado do Amazonas. Brasília-DF: WWF-Brasil. 72p.



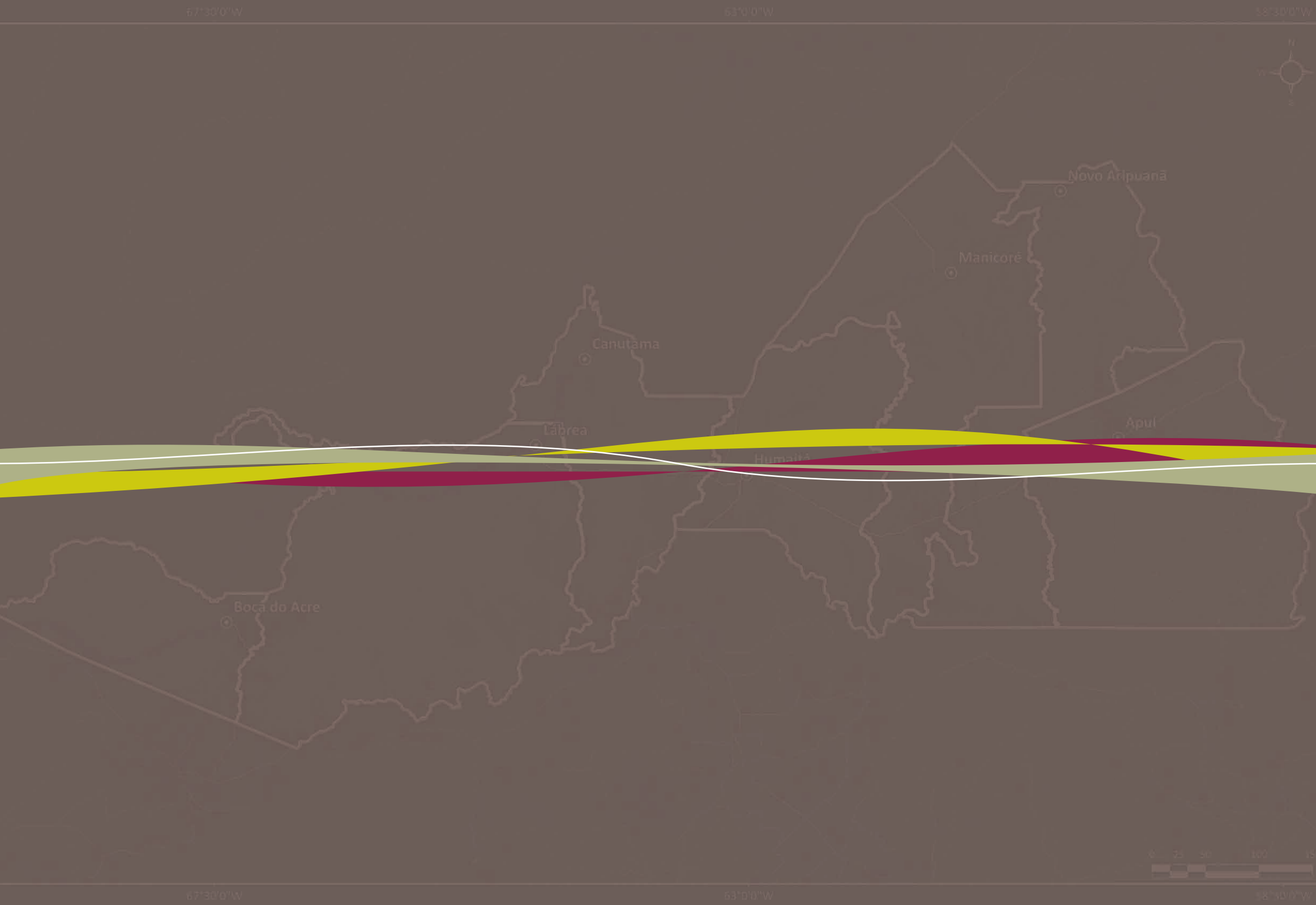
A P Ê N D I C E

Apêndice

Apêndice 1. Características gerais das categorias de unidades de conservação segundo a Lei Federal nº 9.985/2000.

Unidades de Conservação de Proteção Integral					
Categoria	Objetivo	Posse e domínio	Visitação pública	Pesquisa científica	Alterações dos ecossistemas
Estação Ecológica (Esec)	Preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.	Público	Proibida, exceto com objetivo educacional, de acordo com o Plano de Manejo e regulamento específico da unidade.	Sob autorização do órgão gestor.	Medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados; manejo de espécies com fim de preservar a diversidade biológica; coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas.
Reserva Biológica (Rebio)	Preservação integral, sem interferência humana direta ou modificações ambientais.	Público	Proibida, exceto com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico da unidade.	Sob autorização do órgão gestor.	Medidas de recuperação dos ecossistemas alterados e ações para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
Parque Nacional (Parna)	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica que possibilita a realização de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico.	Público	Permitida, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável.	Sob autorização do órgão gestor.	
Monumento Natural (MN)	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica e proporcionar oportunidades para recreação, educação ambiental e investigação.	Público ou particular	Permitida, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão gestor.	Sob de autorização do órgão responsável pela unidade.	
Refúgio de Vida Silvestre (Revis)	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.	Público ou particular	Permitida, de acordo com as normas estabelecidas e as restrições pelo órgão responsável ou pela direção da unidade.	Sob autorização do órgão responsável pela unidade.	A manipulação da área ocorre de acordo com as suas próprias características e necessidades para que ocorra o equilíbrio ambiental.

Unidade de Conservação de Uso Sustentável					
Categoria	Objetivo	Posse e domínio	Visitação pública	Pesquisa científica	Características
Área de Proteção Ambiental (APA)	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais	Público ou particular	Permitida, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão gestor (domínio público) e/ou pelo proprietário (domínio privado).	Sob autorização do órgão gestor e/ou do proprietário.	Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas.
Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie)	Manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas visando a conservação da natureza.	Público ou particular	Permitida, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão gestor (domínio público) e/ou pelo proprietário (domínio privado).	Sob autorização do órgão gestor e/ou do proprietário.	Área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, abriga exemplares raros da biota regional.
Floresta Nacional (Flona)	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.	Público	Permitida, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão gestor.	Permitida e incentivada, sob autorização do órgão gestor.	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e é permitida a permanência de populações tradicionais.
Reserva Extrativista (Resex)	Proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.	Público	Permitida, de acordo com as normas estabelecidas e as restrições pelo órgão gestor.	Permitida e incentivada, sob autorização do órgão gestor.	A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na reserva.
Reserva de Fauna (Refau)	Proteger a área natural com populações de animais de espécies nativas, terrestres e aquáticas, residentes ou migratórias e incentivar para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos	Público	Permitida, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão gestor.	Sob autorização do órgão responsável pela unidade.	É proibido o exercício da caça amadora ou profissional.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para reprodução e a melhoria dos de qualidade de vida das populações tradicionais	Público	Permitida e incentivada, de acordo com as normas estabelecidas e as restrições pelo órgão gestor e de acordo com o disposto no Plano de Manejo.	Permitida e incentivada, sob autorização do órgão responsável pela unidade.	É admitida a exploração dos recursos naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo.
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Conservar a diversidade biológica.	Particular	Permitida, com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.	Permitida de acordo com o regulamento específico da unidade.	





“O Projeto Fronteiras Florestais promoveu na região de Humaitá e Canutama forte reflexão e mudanças nas atividades produtivas, promovendo reavaliação dos valores para a conservação dos recursos naturais e produção sustentável. Este ATLAS de Áreas Protegidas no Sul do Amazonas servirá de guia à sociedade local e instituições socioambientais como referência didática geográfica dos limites e objetivos das Unidades de Conservação, além da importância para estratégia de conservação nesta região de fronteira do desflorestamento em avanço ao coração da Amazônia Central.”

Leila Mattos
Diretora Técnica
Instituto Pacto Amazônico (IPA)

“O Sul do Amazonas se desenha como um dos mosaicos de áreas protegidas mais complexo do Brasil onde dois modelos de desenvolvimento se encontram. Na atualidade diferentes iniciativas promovidas pela sociedade civil junto ao poder público discutem desafios como a gestão territorial e o uso dos recursos naturais pelos povos da floresta. O IIEB aposta no acesso às políticas públicas e no fortalecimento dos espaços públicos de discussão como principais ferramentas para o avanço de tais discussões.”

Aurélio Diaz Herraiz
Assistente de Campo
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Projeto Fortis

Apoio



Coordenação



Parceiros



Projeto Fronteiras Florestais

Apoio



Coordenação



Parceiros



ISBN 978-85-86212-42-0

